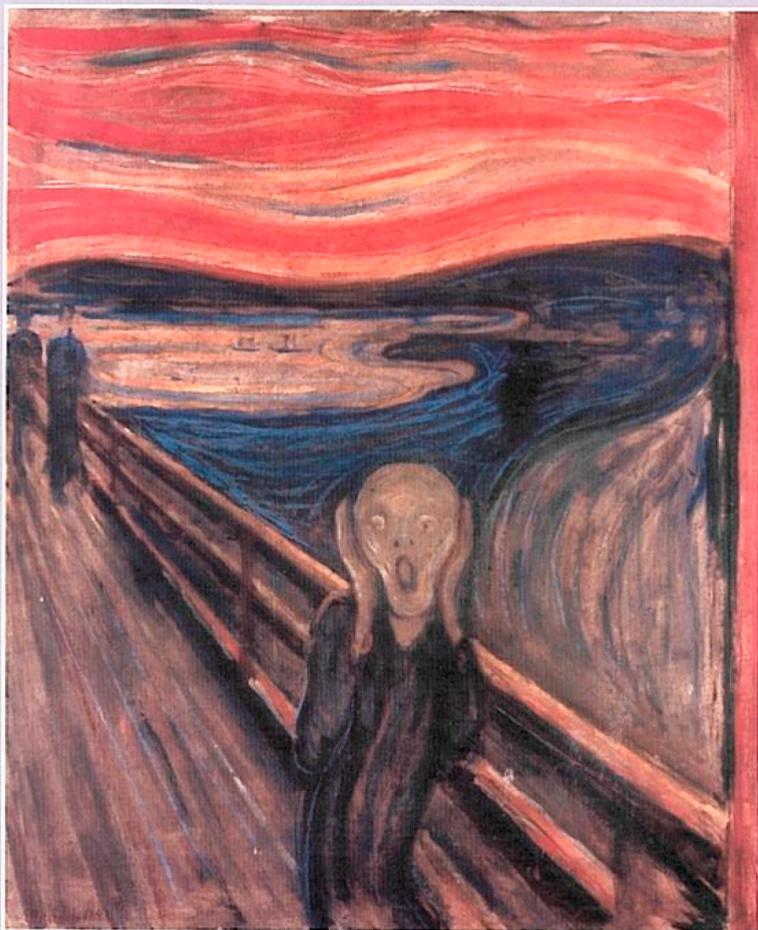


IDÉIAS

Ano 10 (2)

2003

TERRORISMO E GUERRA



IDÉIAS

Ano 10(2)

2003

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



UNICAMP

IDÉIAS

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

ISSN 0104-7876

Diretor: Rubem Murilo Leão Rêgo

Diretor Associado: Rita de Cássia Lahoz Morelli

Comissão Editorial: Ciro Flamarion S. Cardoso – Décio Saes – Eduardo Viola – Jacynto Lins Brandão – João José Reis – José Cavalcanti de Souza – José Vicente Tavares dos Santos – Lygia Osório Machado – Marilena Chauí – Marisa Lajolo – Octavio Ianni – Pedro Jacobi – Roberto Cardoso de Oliveira – Ubirajara Rebouças

Editor e Organizador deste número: Marcelo Ridenti

Comissão de Redação: Hector Benoit – Leandro Karnal – Leila da Costa Ferreira – John Monteiro – Reginaldo C. Moraes

Setor de Publicações: Marilza A. Silva – Magali Mendes

Editoração: Marilza A. Silva

Projeto da capa: Carlos Roberto Fernandes

Capa: Edvard Munch. O grito, 1893, têmpera sobre prancha (91 x 73,5 cm). Nasjornalgalleriet, Oslo.

Impressão: Gráfica do IFCH – Unicamp.

SUMÁRIO

DOSSIÊ: TERRORISMO E GUERRA

- 7 Apresentação
Marcelo Ridenti
- 9 Violência e globalização
Renato Ortiz
- 17 A luta do Santo Guerreiro contra o Dragão da
Maldade: considerações sobre o 11 de setembro
João Roberto Martins Filho
- 55 As faces e conseqüências do terror: de
11/09 à Doutrina Bush
Cristina Soreanu Pecequilo
- 83 A Doutrina Bush e o terrorismo
Eliézer Rizzo de Oliveira
- 111 O grande império delinqüente e a caça ao
terrorista
João Quartim de Moraes
- 129 A necessidade política e a conveniência
estratégica de definir “Terrorismo”
Héctor Luis Saint-Pierre

163	Trindade de Clausewitz e sua aplicação à análise do terrorismo <i>Carlos Eduardo M. Viegas da Silva</i>
185	RESUMOS/ABSTRACTS
191	Normas para apresentação dos artigos

DOSSIÊ

TERRORISMO E GUERRA

APRESENTAÇÃO

*Marcelo Ridenti**

Um tema tem mobilizado corações e mentes neste início de século, sobretudo a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001: terrorismo e guerra. Convocamos reconhecidos especialistas da Unicamp e de outras universidades para abordá-lo neste número da revista *Idéias* – inspirado num seminário realizado no IFCH em setembro de 2002.

Renato Ortiz abre o dossiê com reflexões sobre “Violência e globalização”, apresentando resumidamente alguns pontos abordados nos outros artigos, como o 11 de setembro, o terrorismo e o intervencionismo norte-americano. Em seguida, João Roberto Martins Filho faz uma análise do evento desencadeador do debate em “A luta do Santo Guerreiro contra o Dragão da Maldade: considerações sobre o 11 de setembro”. Os desdobramentos do 11 de setembro estão em “As Faces e Conseqüências do Terror: De 11/09 à Doutrina Bush” de Cristina Soreanu Pecequilo. Ela entende que o 11 de setembro forneceu o elemento legitimador de um processo interno de mudança conservadora para os americanos, a chamada “doutrina Bush”, que é retomada por Eliézer Rizzo de Oliveira em

* Professor do Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP; organizador do dossiê e editor da revista *Idéias*.

“A Doutrina Bush e o terrorismo”. Essa doutrina representaria a “atualização da estratégia americana em sua mais elevada versão imperial”, à margem do ordenamento jurídico internacional.

A definição do terrorismo e sua ligação indissociável com o imperialismo norte-americano aparecem no texto de João Quartim de Moraes intitulado “O grande império delinqüente e a caça ao terrorista”. Já Héctor Luis Saint-Pierre questiona um certo emprego do “conceito extensional” de terrorismo em “A necessidade política e a conveniência estratégica de definir *terrorismo*”. Por fim, Carlos Eduardo M. Viegas da Silva lança mão de um clássico para pensar o fenômeno do terrorismo em “A Trindade de Clausewitz e sua aplicação à análise do terrorismo”.

Em suma, nas próximas páginas o leitor encontrará uma rica variedade de perspectivas diante da violência política no mundo de hoje, assolado pelo terrorismo e pela guerra.

Campinas, julho de 2003.

VIOLÊNCIA E GLOBALIZAÇÃO*

*Renato Ortiz***

Refletir a partir de uma data determinada é sempre problemático, sobretudo quando as implicações políticas, sociais e humanas, estão muito próximas do observador. Elas turvam a visão e o discernimento. Por isso é preciso, artificialmente, construir um distanciamento em relação ao que se passou, conferindo ao olhar analítico um relativo grau de liberdade. Há ainda uma outra dificuldade. Passado um tempo em relação à destruição da World Trade Center, escutamos repetidamente na mídia internacional, a redundante frase, “tudo mudou”, como se o fato, em si, fosse o marco zero de uma nova era. Não se deve banalizar o que aconteceu. O evento é heurístico, isto é, contém diversos níveis, camadas de significado, que condensam elementos de compreensão da realidade. Pensá-lo, permite-nos decifrar questões do mundo contemporâneo que vão muito além de um simples atentado terrorista. Mas seria ingênuo tomar um fato heurístico como sinônimo de marco, ruptura supostamente dividindo a história em um antes e um depois. No panorama das transformações mundiais, visto na sua abrangência,

* Uma versão diferente deste texto, mais sintética, foi publicada no Caderno Idéias, *Jornal do Brasil*, em 10 de novembro de 2001.

** Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP.

não apenas do ponto de vista dos Estados Unidos, o acontecimento se explica por razões anteriores, situando-se numa cadeia interpretativa bem mais complexa de argumentos.

Qualquer reflexão a partir de um ato de violência é sempre polêmica. Diante da brutalidade do fato a mente oscila entre a faculdade de compreensão e a reprovação ética. Para evitar malentendidos digo logo no início deste texto: o ataque ao World Trade Center, ceifando a vida de milhares de inocentes, é um ato condenável. Como todo atentado contra a população civil – bombardeio das cidades européias durante a II Guerra Mundial, bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, napalm no Vietnã, massacres étnicos na África – não podemos com ele ser coniventes. Mas a condenação moral, malgrado sua intenção, não nos ajuda a compreender o que passou. A indignação não pode cegar-nos a ponto de desconhecermos o significado do evento. Por isso, qualquer explicação do tipo, “trata-se de obra de” – “fanatismo”, “um ato irracional”, “um comportamento psicótico” – nada acrescenta ao que se quer analisar. Categorias como essa têm talvez uma compensação psicológica diante do que ocorreu mas dificilmente apreendem o ângulo da questão. A violência não é algo gratuito (como gostaríamos que fosse) pois se insere na lógica da sociedade. Como o crime para Durkheim, ela é um fato social “normal”, isto é, um fenômeno social significativo sendo portanto passível de entendimento. Essa verdade dolorosa, incômoda, é corroborada pela existência de uma formidável indústria bélica, pelos conflitos e pelas guerras.

Muito do que ocorreu pode ser considerado sob o ângulo da globalização. Esta é uma chave importante para entendermos o quadro da sociedade contemporânea. Durante os inúmeros debates que participei ao longo da década de 90, costumava dizer que, entre a queda do muro de Berlim e a Guerra do Golfo, eu preferia esta última como metáfora de uma nova época. A debacle soviética determinou mais o fim de uma ordem do que o início de outra. Já a Guerra do Golfo trazia os germes de algo desconhecido. Foi uma ação militar orquestrada no seio de uma organização internacional

(ONU), havia um inimigo claro a ser abatido, e a vontade de uma ação coletiva realizada em nome de “todos” os países do planeta. A invasão ao Iraque (não tenho a menor intenção de justificá-la) contou inclusive com o apoio do mundo árabe, e se os americanos não conseguiram derrubar o regime de Sadam Hussein foi porque as próprias regras que iniciaram o ataque (fazer com que os iraquianos recuassem seu exército para atrás de uma zona considerada ocupada) mantiveram sua validade. O conflito se esgotou quando os objetivos foram atingidos, ou seja, a comunidade internacional havia circunscrito sua legitimidade à determinadas condições. O atentado ao World Trade Center expressa o movimento de globalização de forma ainda mais perfeita. O inimigo já não é mais um Estado-nação, mas um grupo nômade capaz de controlar e administrar em escala ampliada um conjunto de técnicas de violência. Sabendo que uma das características do processo atual é a fragilização do Estado-nação, nos encontramos diante de um evento paradigmático. Até recentemente, sobretudo na literatura sobre as relações internacionais, predominava uma visão que apontava para a existência de uma “desordem mundial”. Lida de maneira ingênua, tal afirmação levava a um entendimento inteiramente equívoco do século passado. Não se pode esquecer que a “ordem” anterior conteve dentro dela duas guerras mundiais, diversas guerras de descolonização, um primeiro experimento atômico, além de múltiplos massacres de populações civis nas esferas de influência soviética e norte-americana. No entanto, tudo isso “fazia sentido” nos marcos da Guerra Fria. A noção de ordem advinha da existência de um quadro organizado das forças envolvidas mas nada tinha a ver com uma situação de paz. A ordem mundial que inaugura este século XXI não dispensa a presença da violência, o novo é que ela se organiza em outro molde, distinto do monopólio que a confinava aos limites dos territórios nacionais. Neste sentido as fronteiras dos países, a separação entre “interno” e “externo”, “nós” e “eles”, se dilui. Ficou clara a dificuldade de se nomear um inimigo sem rosto, desterritorializado, de se detectar o centro de operações que

deslanchou a ação militar. Não há centro, existe apenas a intenção violenta amparada por uma rede descontínua que lhe dá sustentação material. Por outro lado, os americanos tinham se acostumado a se pensar como estando fora do mundo, como se ainda fosse possível traçar uma linha divisória, nítida e segura, entre eles e os outros. Esta ilusão, alimentada por uma política internacional isolacionista, se desfez (os reiterados atritos entre os Estados Unidos e a Unesco, sua retirada do protocolo de Kyoto, a política no Oriente Médio, etc.). Mas seria errôneo pensarmos que o embaralhamento das fronteiras diz respeito apenas a “eles”, na verdade, todos estamos envolvidos. Se estamos discutindo sobre o 11 de setembro é porque o fato nos interpela diretamente. Não se trata pois de algo que aconteceu “longe”, “distante” de nós. Os desdobramentos em questão (uma eventual generalização da guerra com a invasão do Iraque) têm conseqüências para “todos”, brasileiros, japoneses, ou franceses. Neste sentido, o atentado não se passou nos Estados Unidos mas numa província do mundo.

O evento do World Trade Center simboliza também o declínio do império americano. A rigor, um domínio de curta duração, estendendo-se da II Grande Guerra ao final do século XX. As análises econômicas apontavam para isso já há algum tempo. A emergência do Japão e da Comunidade Européia, sem esquecer o desenvolvimento recente da China, criou novas zonas de produção e comércio diretamente concorrentes com os produtos americanos. O capitalismo “flexível”, descentrando as unidades produtivas, infligiu uma reestruturação radical na economia dos Estados Unidos. A própria indústria cultural, que até então reinava sem contestação, foi obrigada a redimensionar suas ambições. Pokemon desbancou Pato Donald e a indústria televisiva da comunidade européia e asiática (e mesmo latino-americana) deslocou a predominância das séries americanas para as ficções televisivas locais. Permaneceu apenas a hegemonia dos filmes de Hollywood, sem esquecer porém que boa parte de seus estúdios são hoje propriedade de capitais japoneses e europeus. Dificilmente poderíamos escre-

ver, como o fez na década de 70, Jeremy Thunstall (um ideólogo do domínio americano) que a “media are American”. Neste momento, a preponderância dos Estados Unidos era indiscutível. Não quero com isso dizer que o país já não tenha mais importância. Seria um equívoco. Mas as bases materiais para exercer sua dominação se desfizeram. Vive-se no entanto uma contradição, diante dessas transformações, contrapondo-se a ela, a mentalidade imperialista sobrevive e se manifesta. Em 1941 a revista *Life*, com orgulho e auto-segurança, dizia: “América é o centro dinâmico dos trabalhadores da humanidade. América é o bom samaritano. América é a casa de força dos ideais da Liberdade e da Justiça”. Versão popular e apologética do americanismo. Hoje o lema, “Quem não está conosco está contra nós” é de outra natureza. Sua função é meramente reativa. As convocações à guerra do presidente Bush, a vontade da retaliação a qualquer custo, a oposição entre o “bem” e o “mal”, a desqualificação da civilização islâmica, são parte desta mentalidade *béligerente*. O que nos leva à uma primeira conclusão: os Estados Unidos tornam-se uma ameaça mundial. Pois a busca por uma compensação ao ataque cometido pode colocar em marcha um perigoso mecanismo para a convivência planetária. Dito em termos mais abstratos: qualquer ação imperialista num mundo globalizado é fonte potencial de conflito. Segue desta argumentação o seu corolário: a retomada do nacionalismo, pois afinal, o conceito de imperialismo funda-se na idéia da centralidade da nação. Na discussão sobre a globalização, o nacionalismo é muitas vezes visto como um freio ao processo de integração. Como se ele fosse capaz de reafirmar a autoridade do Estado-nação face ao movimento de sua debilitação. Exemplo: o esfacelamento das antigas repúblicas soviéticas. Na verdade, deve-se pensar as coisas do ponto de vista inverso. O nacionalismo norte-americano, liberado pelo acontecimento sangrento em New York, não foge à regra. Diante da impossibilidade de uma ação imediata, não se sabe onde se encontra o inimigo, a retórica nacional atua como consciência coletiva unindo os indivíduos em pânico. Ela tem ainda uma função ide-

ológica, preparar o país para a guerra e as medidas de exceção. Mas não nos iludamos. Não se trata do retorno do Estado-nação. Retomo de Marx uma metáfora sugestiva, ela caracteriza bem nossa situação. Ele dizia que durante a Revolução Industrial a burguesia tinha tido um papel heróico ao romper com a ordem social anterior. Porém, no final do XIX, esta mesma burguesia vivia à sombra de si mesma. No mundo atual o Estado-nação perdeu o seu lado “heróico”. Sua afirmação revela mais a fragilidade do que sua força. Ele não mais cria, como antes, sociedade civil e democracia, sua intenção é puramente reativa. Retaliar para afirmar-se. O nacionalismo é certamente um capítulo deste século que se abre, desmentindo a tese apressada do desaparecimento do Estado-nação, mas a sua face e o seu significado mudaram de sentido.

Por fim a questão dos valores. O advento da modernidade-mundo implica na emergência de um território público em escala ampliada. Ele transcende e atravessa os espaços locais e nacionais. Por isso os meios de comunicação, que já haviam transformado a política nacional – particularmente a televisão – tornam-se cada vez mais importantes. Satélites, cabos, computadores, fibras óticas, transnacionalização das empresas de comunicação, são fatores determinantes no quadro político atual. Não é sem razão que as ONG, espécie de metáfora do fazer política em âmbito global, se identificam ao uso das “novas tecnologias” (utilização vista usualmente como sendo “alternativa”). Também é sintomático que se inicie neste século XXI um debate sobre uma possível “democracia cosmopolita”, uma “sociedade civil mundial”, uma “cidadania mundial”, isto é, temas extensivos ao planeta como um todo e já não mais restritos às fronteiras do Estado-nação. Ele envolve atores diferenciados, ONGs, movimento ecológico, religiões. É significativo constatar que nos últimos anos a discussão sobre a ética tenha ressurgido em termos planetários. Na década de 90 a Unesco organizou dois debates sobre “ética universal” e sua relação com a temática da globalização (Paris, março 1997; Nápoles, dezembro 1997). O filósofo Karl Apel tem insistido sobre a necessidade dos

problemas mundiais serem equacionados a partir de uma base comum de valores partilhados por “todos”. O livro de Edgar Morin, *Pátria Terra*, exprime o mesmo estado de espírito. Como os problemas ambientais existentes têm uma envergadura planetária, seria urgente, segundo o autor, construirmos uma plataforma comum de valores eticamente partilhados. Pode-se ler essa discussão de várias formas, concordarmos ou discordarmos dos pontos de vista apresentados. Às vezes tenho a impressão de que a ênfase na ética significa um abandono da política, porém, o que gostaria de sublinhar neste texto, é que no quadro atual o debate encontra-se comprometido. Valores como democracia, cidadania, liberdade, estão ameaçados quando no plano mundial o tema da segurança adquire uma dimensão desproporcional. Tudo se passa como se estivéssemos assistindo à emergência de uma “ideologia da segurança”, não mais nacional, como a conhecíamos no Brasil na época da ditadura militar, mas mundial. Diante de uma violência ilegítima (os atos terroristas) e outra orquestrada pelo poderio militar, os ideais anteriores têm pouco espaço para se manifestar. Isso não é apenas inquietante mas profundamente perigoso. Pois as questões do abuso aos direitos individuais, da xenofobia, da discriminação, da desigualdade, que vivemos no cotidiano de nossas cidades (do terceiro ao primeiro mundo), são traduzidas em linguagem de “insegurança”, demandando daqueles que têm os meios da força, mas não a autoridade, uma resposta simples: a legitimação da violência em escala planetária. Este é o ponto central da discussão em curso. Invasão de um país, seja esta uma vontade unilateral do governo dos Estados Unidos, ou partilhada pelo conselho de segurança da ONU, significa fundar a autoridade de tal decisão, nesta ou naquela instituição. Daí a importância da mídia neste contexto. Ela funciona como espaço estratégico de formulação de crença, ou como preferem os cientistas políticos, de consenso. Entretanto, diante da guerra, as verdadeiras questões são eludidas. Pois a nova ordem em que vivemos requer outras instituições para arbitrar a “política interna mundial”. Instituições que não sejam o mero reflexo das

ambições e dos interesses dos países mais ricos, reproduzindo, em nível global, as desigualdades existentes. Neste sentido, nem os Estados Unidos, nem o conselho de segurança da ONU, têm autoridade para decidir pelo planeta como um todo, embora, é claro, disponham da força para isso. Fundar uma decisão desta monta em bases tão díspares é no fundo validar a exclusão da maioria das sociedades em sua formulação. O que está em jogo é saber quem irá deter o monopólio da violência em escala planetária.

A LUTA DO SANTO GUERREIRO CONTRA O DRAGÃO DA MALDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O 11 DE SETEMBRO

*João Roberto Martins Filho**

P: “O senhor não se arrepende de ter apoiado o fundamentalismo islâmico, de ter dado armas e orientação a futuros terroristas?”

R: “O que é mais importante para o mundo?

O Talibã ou o colapso do império soviético?

Alguns poucos muçulmanos enlouquecidos ou a libertação da Europa Central e o fim da guerra fria?”

(Zbigniew Brzezinski, assessor de segurança nacional do presidente Carter, ao *Nouvel Observateur* 15 a 21-1-1998 (Ali, 2002: 289)

“As sementes de dragão plantadas em 2.500 madrassas produziram uma colheita de 225.000 fanáticos prontos para matar e morrer por sua fé quando seus líderes religiosos o ordenassem” (Ali, 2002: 273).

O objetivo deste artigo é expor algumas idéias muito simples sobre o significado dos ataques terroristas do 11 de setembro, suas causas e conseqüências. Nas páginas seguintes, com o máximo de

* Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do CNPq e da Fapesp.

evidências concretas, procuramos mostrar que os ataques ao Pentágono e às torres gêmeas de Nova Iorque – imprevistos e imprevisíveis na forma específica em que aconteceram – eram, no entanto, possíveis de antever diante dos indícios de que um grupo de fundamentalistas antes incentivados pelos Estados Unidos crescera a ponto de se tornar uma ameaça ao mais poderoso império da história e de que Osama bin Laden e a Al-Qaeda já eram suficientemente conhecidos dos serviços de inteligência norte-americanos. Por outro lado, tentaremos enfocar os atentados como um exemplo trágico e terrível do tipo de reação tardia a políticas militaristas americanas que o historiador Chalmers Johnson chamou de *blowback*.¹ Com esse propósito, examinaremos suas origens mais imediatas e, principalmente, a seqüência de reações americanas que provocaram. Estas, no nosso entender, colocaram o mundo numa rota instável, arriscada e de final imprevisível. De certa forma, depois destes acontecimentos tudo parece possível aos EUA e assim parece que as coisas continuarão, a menos que surja, em escala internacional, um movimento pacifista e antiimperialista capaz de repercutir, principalmente, no interior da superpotência.

Por motivos de espaço, nossa pesquisa se restringirá a algumas regiões do globo e aos aspectos mais importantes dos temas abordados. As evidências aqui examinadas têm o objetivo de fundamentar uma tese central: a de que o mundo nada ganhou com o episódio de 11 de setembro. Nesse sentido, nem os agentes daqueles atentados, nem seu programa de ação e muito menos as conseqüências que provocaram podem ser vistos com condescendência pelo pensamento crítico. Em outros termos, não há o que admirar naquilo que um autor como Noam Chomsky chamou de “atrocidade de proporções colossais” e “horrendo crime terrorista” (Chomsky, 2002: 26, 65). Nem por isso, porém, deixa de ser fundamental

¹ O termo tem sido traduzido em português como “contra-explosão”, e poderia ser substituído aproximadamente por “ricochete” ou “tiro pela culatra”, mas neste artigo optarei por usar a expressão em sua forma original, mais precisa e sintética.

situá-los no processo mais geral que os gerou e ainda os alimenta. Diante da deterioração da política externa norte-americana e do surgimento de tendências antiamericanas marcadas pelo mais acentuado obscurantismo, mais do que nunca parece indispensável aguçar os instrumentos da crítica.

Um ato sem precedentes

“Quando se é forte, a guerra fica na casa dos outros”, disse o historiador Fernand Braudel na sua magnífica obra dedicada à análise da civilização material e do capitalismo nos séculos XV ao XVIII (1998: 49-50). Para ele, um dos objetivos da guerra travada pelos impérios em seu apogeu é o de “levar obstinadamente o combate ao vizinho, ao mais fraco ou ao mais forte”. No entanto, alertava, “se um ricochete a traz de volta ao Santo dos Santos, adeus primazia!” (Idem: 49). Guardadas as proporções, o ataque ao centro militar do império, mais exatamente, às instalações do Pentágono na capital americana, sinaliza não apenas o advento de um estágio crítico da hegemonia americana, mas marca um acontecimento de características históricas de certa forma inéditas. Por outro lado, faz-se necessário também reconhecer que o acontecimento que roubou completamente a cena do 11 de setembro, tornando-se o próprio símbolo daquele dia, foi a estúpida destruição das torres do World Trade Center e das vidas que elas abrigavam. Afinal, já se disse que o poder americano tem três sedes – Washington, DC, no aspecto militar; Los Angeles, no da dominação cultural e Nova Iorque, como sede mundial do capital financeiro. Referindo-se a uma época passada, Fernand Braudel afirmava: “Uma economia-mundo possui sempre um pólo urbano, uma cidade no centro da logística de seus negócios: as informações, as mercadorias, os capitais, os créditos, os homens, as encomendas, as cartas comerciais chegam a ela e dela voltam a sair. Nela quem dita as regras são os grandes comerciantes, por vezes excessiva-

mente ricos” (Braudel, 1998: 20). E acrescentava: “Uma cidade-mundo não pode atingir nem manter o seu alto nível de vida sem o sacrifício, desejado ou não, das outras. Das outras com as quais se parece – uma cidade é uma cidade – mas das quais difere: é uma supercidade”. Por fim, salientava o historiador:

“Excepcionais, enigmáticas, essas cidades raríssimas deslumbram. Para Philippe de Comynes, em 1495, Veneza ‘é a mais triunfante cidade que já vi’. Na opinião de Descartes, Amsterdam é uma espécie de ‘inventário do possível’ (...). Mas essas cidades deslumbrantes também desconcertam, escapam ao observador. No tempo de Voltaire ou de Montesquieu, qual o estrangeiro que não se empenha em compreender, em explicar Londres. (...) E quem nos contaria, hoje, o verdadeiro segredo de Nova Iorque?” (Braudel, 1998: 20).

As raízes do 11 de setembro

Chalmers Johnson é hoje provavelmente o maior especialista norte-americano em estudos sobre os países do Leste asiático. Professor da Universidade da Califórnia em San Diego, ele se constituiu num dos poucos exemplos disponíveis de um professor politicamente moderado que, a partir de suas próprias observações sobre os rumos da política de projeção de poder de seu país, evoluiu para uma posição extremamente crítica sobre a postura imperial dos Estados Unidos. Em um livro recentemente publicado – *Blowback, the Costs and Consequences of American Empire* (2001) – seu foco principal são as conseqüências das políticas imperialistas dos EUA na última metade de século em países como Japão, China e as duas Coreias. Com profusão de evidências, ele defende aí a tese de que a política militarista dos Estados Unidos cria e prepara incessantemente as condições para a eclosão de processos e atos que, no final, se voltarão contra esse próprio país. A esse processo de explosão tardia em casa de uma bomba que a superpotência plantou fora do país ele apelidou de *blowback*. Na sua própria defini-

ção, “*Blowback* significa, em forma taquigráfica, que uma nação colhe o que semeia, ainda que não saiba ou compreenda inteiramente o que está semeando”. Mais especificamente, a expressão se aplica às conseqüências de políticas calcadas na pressuposição de invulnerabilidade típica das nações imperiais, com toda a soberba que lhes conferiu seu imenso poder militar e econômico. Em resumo, diz ele, “o problema é o Império”. E conclui: “Quanto mais projetos imperialistas, mais se gera *blowback*” (p.223).

É bom lembrar que o livro de Johnson foi escrito mais de dois anos antes dos atentados de 11 de setembro. Assim, soa ainda mais interessante sua advertência de que “dados sua riqueza e poder, os Estados Unidos serão um receptor primordial, no futuro previsível, de todas as mais esperadas formas de *blowback*, particularmente ataques terroristas contra americanos dentro ou fora das Forças Armadas, em qualquer parte da terra, inclusive dentro dos Estados Unidos” (Johnson, 2001: 223). No entanto, o país parecia pouco sensível a essas ameaças e não parecia não enxergar que a própria forma de tratar o terrorismo pode levar a uma espiral de violência. Nesse sentido, Johnson cita como exemplos positivos os casos das negociações diplomáticas que, em 1994, permitiram, ao governo francês receber do Sudão o terrorista de origem venezuelana Carlos e, em setembro de 1998, a entrega a uma corte internacional em Haia, Holanda, dos supostos culpados pela derrubada de um avião da Pan Am sobre a localidade de Lockerbie, na Escócia. Para ele, esses exemplos de enfrentamento do terror com armas não violentas “impediram a espiral de *blowback* e retaliação”. E completa: esta, “sem sombra de dúvida, está longe de um fim, no caso de bin Laden” (Johnson, 2001: 11).

“Cria cuervos...”

Note-se que nessa análise o terrorista árabe não apareceu como um raio em céu azul. Seu surgimento só pode ser entendido no

contexto de uma série de ações promovidas pela política militarista dos Estados Unidos. Com efeito, como veremos a seguir, tanto em documentos oficiais como em obras jornalísticas e acadêmicas, é possível encontrar antes do 11 de setembro menções relativamente frequentes ao novo terrorismo. O que parece faltar é uma explicação plausível de sua origem. Tudo se passa como se bin Laden e a Al-Qaeda tivessem surgido do éter. Assim, a 20 de agosto de 1998 – três anos antes do 11 de setembro e duas semanas depois dos atentados contra embaixadas dos EUA na Tanzânia e no Quênia -, o presidente Bill Clinton procurou, em nota oficial, justificar ao povo americano por que mandara atacar com mísseis instalações “terroristas” no Afeganistão e no Sudão², “devido à ameaça iminente que apresentavam” à segurança nacional dos EUA. Segundo o presidente: “Nosso alvo foi o terror. Nossa missão foi clara, atacar a rede de grupos radicais associada a Osama bin Laden, talvez o mais importante organizador e financiador do terrorismo internacional hoje” (Alexander e Swetnam, Apêndice 5 A). Nenhuma palavra sobre de onde tinha surgido tão maligno personagem.

Seis meses depois, em depoimento para uma comissão do Senado americano, o então diretor do FBI, Louis Freeh, referia-se aos mesmos episódios: “como resultado de nossas investigações, 11 indivíduos associados a Al-Qaeda, inclusive Osama bin Laden, foram indiciados individualmente por conspiração com o propósito de matar cidadãos americanos, por atentados a bomba das embaixadas dos EUA na Tanzânia e no Quênia, e por assassinato”. No mesmo documento, o FBI dividia a ameaça terrorista em três categorias: aquela que se apresenta como instrumento de Estados fora-

² Nessa ocasião, sob o pretexto de destruir instalações onde se produziam armas químicas, os bombardeios destruíram, na localidade de Al-Shifa, uma fábrica de medicamentos responsável pela produção de metade dos remédios consumidos pelo Sudão (Chomsky, 2002: 50 segs). Não se deve esquecer que tais ataques se deram no auge das tentativas republicanas de conseguir o *impeachment* de Clinton, no bojo do escândalo provocado por suas relações com a estagiária da Casa Branca.

da-lei; o terrorismo constituído por organizações mais formais e de carácter em geral transnacional e, finalmente aquele que provém de “extremistas fluidamente associados, caracterizado por terroristas vilões como Ramzi Ahmed Yousef e o financista terrorista internacional Osama bin Laden” (Idem, Apêndice 5 B).

Dois dias antes desse depoimento, a 2 de fevereiro de 1999, o diretor da CIA, George Tenet, diante da comissão do Senado encarregada de examinar as ameaças atuais e futuras à segurança nacional dos EUA, afirmava:

“Olhando para o próximo ano, Sr. Presidente, deixe-me mencionar duas ameaças específicas. Em primeiro lugar, não há sombra de dúvida de que Osama bin Laden, seus aliados em todo o mundo, e seus simpatizantes planejam futuros ataques contra nós. A despeito de certos progressos contra as suas redes, a organização de bin Laden tem contactos praticamente em todo o mundo, inclusive nos Estados Unidos – e ele declarou inequivocamente – Sr. Presidente – que qualquer americano é um alvo. O alvo mais abrangente de bin Laden é expulsar os Estados Unidos (sic) do Golfo Pérsico, mas ele atacará em qualquer parte do mundo onde ache que somos vulneráveis. Antecipamos atentados a bomba com explosivos convencionais, mas seus militantes (*operatives*) são capazes também de seqüestros e assassinatos” (Idem, apêndice 5 E).³

Também aqui, nenhuma palavra nos ajudava a entender o que os Estados Unidos foram fazer no Golfo Pérsico e quais as condições que permitiram a uma única organização desafiar um império tão poderoso como o americano. De resto, até mesmo uma Resolução (1267) do Conselho de Segurança da ONU, datada de 15 de outubro de 1999, cujo tema era a situação no Afeganistão, condenava fortemente “o uso do território afegão, especialmente áreas controladas pelo Taleban, para o abrigo e treinamento de terroristas e planejamento de ataques terroristas”. A mesma resolução de-

³ Idem, ver www.cia.gov/cia/public_affairs/speeches/archives/1999/ps020299.html

plorava o “fato de que o Taleban continua a prover abrigo seguro a Osama bin Laden e a permitir que ele e seus associados operem uma rede de campos de treinamento terrorista, a partir do território controlado pelo Taleban e utilizem o Afeganistão como base da qual patrocinam operações terroristas internacionais” (Idem, Apêndice 6 A).⁴ No mesmo sentido, o jornalista inglês William Shawcross referia-se a um relatório anual do Secretário-Geral da ONU dirigido à Assembléia Geral daquele organismo, em que Kofi Annan afirmava que “o Afeganistão está se tornando um celeiro para o extremismo religioso e a violência sectária assim como várias formas de terrorismo”. Segundo Annan, “tudo indica que o incêndio começou a se espalhar em todas as direções” (Shawcross, 2000: 405).

Vê-se, assim, que o sistema de informações do EUA tinha pleno conhecimento da ameaça colocada por bin Laden. Ainda assim, ele foi capaz de efetuar uma ação que, na sua forma específica, não foi prevista por nenhuma agência do complexo sistema de inteligência dos Estados Unidos. Afinal, como salientou Donald Snow, professor de Ciência Política na Universidade do Alabama uma das dificuldades da luta contra o terror é justamente que “a eficácia terrorista reside em atacar em hora e em local impossíveis de serem visados. Dada a natureza clandestina das organizações terroristas é muito mais fácil reconstruir uma trama terrorista em retrospecto que prevê-la antecipadamente” (Snow, 1997: 158).

Mas voltando à idéia de que bin Laden surgiu do nada, vale mencionar o livro *O Lexus e a Oliveira* publicado em 1999 por Thomas Friedman, o colunista de assuntos internacionais do *New York Times*, cujo subtítulo era “Entendendo a globalização”. Aí, o famoso jornalista explicava que no mundo da globalização, “os países – em especial a superpotência americana – ainda são de enorme importância, hoje em dia, mas também o são os Supermercados e os Indivíduos com Superpoderes”. E concluía, “é impossível

⁴ Idem, ver www.un.org/Docs/scres/1999/99sc1267.htm.

compreender o sistema da globalização ou a primeira página dos jornais, sem a visão da interação complexa entre esses três agentes: os Estados em choque com os Estados, os Estados em choque com os Supermercados e Estados em choque com os superindivíduos”. Como exemplo supremo destes últimos, Friedman dizia: “Osama bin Laden, milionário saudita com a sua própria rede global, declarou guerra aos Estados Unidos, em fins dos anos 90, e a Força Aérea americana desfechou contra ele um ataque com mísseis *cruise*, como se fosse contra outro país. Disparamos mísseis *cruise* contra um indivíduo!” (Friedman, 1999: 37).

O que Friedman não disse, embora soubesse à exaustão, é que bin Laden, o superindivíduo, era em parte uma criatura das políticas da superpotência durante a guerra fria, um típico caso de feitiço que se volta contra o feiticeiro. Nesse sentido, num artigo muito oportuno publicado na revista norte-americana *Extra!*, em sua edição de janeiro-fevereiro de 2002, o professor de Ciência Política da Universidade do Arizona, David N. Gibbs, lembra justamente que, para a grande imprensa dos EUA, “os vilões das notícias de hoje eram heróis nos anos 80”. E complementa:

“Houve, em resumo, uma mudança bastante dramática e orwelliana no tom do discurso público com relação ao Afeganistão. Enquanto o extremismo islâmico é agora visto com grande hostilidade, nos anos 1980, a política dos EUA apoiava vigorosamente esse extremismo; raramente se reconhece que, pouco mais de uma década atrás, a imprensa dos EUA expandia-se em eloquência sobre os ‘combatentes da liberdade’ afegãos” (Gibbs, 2002: 13)

Gibbs também se encarrega de nos lembrar a cronologia básica do surgimento do terrorismo islâmico e do Taleban. Em 1978, o Partido Democrático do Povo do Afeganistão tomou o poder, provocando a resistência fundamentalista que levou à fatídica decisão da União Soviética de mandar tropas para proteger o governo aliado. No contexto da guerra fria, a CIA americana despejou dinheiro e

prodigalizou toda forma de apoio para os grupos de *mujahidin* cujas bases se situavam em Peshawar, no Paquistão.⁵ Em suma, a política imperial americana criou as cobras que depois iriam picar o povo americano. Difícil imaginar um caso mais típico de *blow-back*. Não por acaso, o jornalista do *Guardian* Fred Halliday salientou, em 1986, que diante dos rebeldes afegãos, Khomeini parecia um estudante de pós-graduação do MIT”. Com efeito, aproveitando-se das facilidades fornecidas pelos serviços de inteligência dos EUA, grupos guerrilheiros logo passaram a traficar ópio para o Paquistão. A CIA, como mostrou Alfred McCoy no livro *The Politics of Heroin*, citado por Gibbs, fez o possível para que ninguém atrapalhasse os negócios de seus aliados.⁶ Desnecessário dizer que os guerrilheiros usavam contra os soviéticos e contra grupos rivais métodos bárbaros de guerra. Em suma, todos os traços hoje empregados para satanizar bin Laden e os Taleban estavam nitidamente presentes nos anos 80 entre os grupos de guerrilha então aliados dos EUA na luta contra o império do mal soviético (Gibbs, 2002: 14).

⁵ Um dos mais conhecidos guerrilheiros patrocinados pela CIA, Gulbadin Hekmatyar, especializou-se em jogar ácido no rosto de mulheres afegãs encontradas em público sem véu (Gibbs, 2002: 13). De resto, em 1985, documentos de organizações humanitárias deixavam claro quem eram os homens apoiados pela CIA. Uma das características mais notadas foi a proibição de exercício da profissão médica pelas mulheres, num país onde os médicos homens eram também proibidos de tratar pacientes femininas. Nesse sentido, como aponta Gibbs (2002: 15), documentos reservados do próprio governo dos EUA notavam, já em 1987 que, para os guerrilheiros anti-soviéticos, “qualquer mudança no modo de vida tradicional é considerada um erro e as idéias modernas – fossem comunistas ou ocidentais, eram vistas como ameaça”.

⁶ Conforme Tariq Ali (2002: 264), “o islamismo fundamentalista e a produção de heroína cresceram no mesmo ritmo” e “a Cia fechou os olhos para a venda da heroína, supostamente destinada a financiar a guerra no Afeganistão. O número de viciados em heroína registrado oficialmente no Paquistão cresceu de 130 em 1977 para 30.000 em 1988” (Idem, p.271).

Mas a história, como se sabe, não para por aí. Ávidos de aumentar a eficiência da guerrilha anti-soviética, os Estados Unidos incentivaram a entrada de jovens militantes islâmicos no Afeganistão, vindos de países de todo o Oriente Médio. Entre eles, o saudita Osama bin Laden que, segundo o *Le Monde* de 15 de setembro de 2001, foi recrutado pela CIA. Como recorda Gibbs, a *Jane's Intelligence Review*, dizia que bin Laden atuava ao longo da fronteira paquistanesa, especializando-se em arrecadar dinheiro para a guerrilha, “em íntima associação com agentes norte-americanos”. Por sua vez, o jornal inglês *Daily Telegraph* mostrou logo depois dos atentados que bin Laden tinha conta no Bank for Credit and Commerce International (BCCI), instituição amplamente usada pela CIA para o financiamento de operações clandestinas.⁷ “Sabíamos que não era gente muito boa. Tínhamos esse terrível problema de fazer escolhas”, reconheceu à *Economist* de 25 de junho de 1998, o próprio secretário de Defesa dos EUA (todas as citações em Gibbs, 2002: 15).

Mas a parte mais interessante e original do artigo de Gibbs é sua pesquisa no noticiário da época, a fim de mostrar como os grandes órgãos da imprensa dos EUA tratavam então os futuros inimigos máximos dos Estados Unidos. Segundo ele, apesar das nuances, “praticamente todos os jornais apoiavam algum tipo de apoio militar americano; e havia quase acordo unânime em que os guerrilheiros eram ‘heróicos’, ‘corajosos’ e, acima de tudo, ‘combatentes da liberdade’” Assim, o *Los Angeles Times* de 23-6-86 afirmava que “os guerrilheiros afegãos ganharam a admiração do povo americano por sua corajosa luta. Os rebeldes merecem irrestrito apoio político e, dentro dos limites da prudência, equipamento militar”. O *Christian Science Monitor* de 9-1-87 dizia que “heróis aparecem em muitas formas e tamanhos”, comparando os guerrilheiros afegãos aos militantes pelos direitos civis norte-americanos e aos dissidentes soviéti-

⁷ Tariq Ali refere-se ao BCCI como o banco que “funcionava como o canal para a CIA financiar atividades clandestinas e lavava os lucros do tráfico da heroína” (Ali, 2002: 292)

cos. O *Washington Post* de 27-12-84 elogiava também os futuros inimigos: “Eles conseguiram estabelecer uma brava resistência. Gente simples, lutando com armas elementares, suportaram tremendos custos e impediram um estado bem armado de impor uma vontade política externa” (todas as citações em Gibbs, 2002:15).

Rumo à estação Al-Qaeda

“A *Al-Qaeda*⁸ surgiu a partir do *mekhtab al khidemat* (MAK), o ‘escritório de serviços’ dos mujahadin afegãos, por volta de 1989”, afirmava-se num livro cujo prefácio data de 28 de fevereiro de 2001 e cuja quarta edição ainda teve tempo de inserir um breve pós-escrito que prometia incluir os acontecimentos de Nova Iorque e Washington numa edição posterior. Também chamada de al-Qaida, al Qadr ou outras cinco longas denominações, ela “atuava como rede terrorista internacional pesadamente financiada e liderada por seu ‘príncipe’, Usama bin Laden”. Ainda segundo essa fontes, “essa rede frouxamente tecida compreende várias organizações terroristas, como a *al-Jihad* egípcia e dezenas de outras. A *Al-Qaeda* serve como uma estrutura organizacional informal para árabes-afegãos, ao lado de milhares de novos recrutas e simpatizantes em cerca de 55 países”, incluindo o Brasil (Alexander e Swetnam, 2001: x).⁹ Por sua

⁸ A Base.

⁹ O alcance geográfica da organização é ainda matéria polêmica e a menção a 55 países deve ser vista com cuidado. O grupo ganhou notoriedade por ser acusada de participação numa série de atentados contra alvos americanos: 1) explosão no World Trade Center em Nova Iorque, em 1993; 2) explosão, a 13 de novembro de 1995, de um carro-bomba em frente às instalações do centro de treinamento da Guarda Nacional saudita, operada pelos americanos, em Riad, que resultou na morte de cinco americanos; 3) explosão semelhante nas instalações onde moravam membros da Força Aérea dos EUA em Dhahran, também da Arábia Saudita, a 25 de junho de 1996, com a morte de dezenove soldados e ferimentos em centenas de outros; 4) explosão de caminhões-bomba nas proximidades das embaixadas dos EUA

vez, Tariq Ali menciona “os seguidores de [Sayyid] Kutb no Jihad Islâmico, que se uniram com o exército dos árabes wahhabitas de Osama bin Laden para formar a Al-Qaeda” (Ali, 2002: 157). E, voltando um pouco mais no tempo, lembra que todos os grupos armados atualmente engajados no jihad contra os EUA e outros muçulmanos são filho da constelação do fundamentalismo islâmico formada nos anos 50 e que incluía o wahhabismo, o Jihad Islâmico e os Irmãos Muçulmanos. Ironicamente, “esses eram os grupos vistos por Washington como um essencial anteparo ideológico contra o comunismo e o nacionalismo radical no mundo muçulmano”, no auge da guerra fria (Ali, 2002: 245).

Em termos programáticos, o alvo mais amplo do grupo de bin Laden era “unir todos os muçulmanos e estabelecer um governo que siga a lei dos califas”. Para atingir tal meta, seria necessário derrubar os governos muçulmanos, corrompidos pela influência ocidental. Seriam abolidas depois todas as fronteiras dos estados muçulmanos, a fim de permitir o surgimento de um governo unificado sob a lei dos califas.¹⁰ Nesse sentido a *Al-Qaeda* se opunha a todas as nações e instituições não governadas de forma coerente com a sua interpretação do Islã. Seu alvo mais visível era e ainda é a interferência dos EUA no Oriente Médio, especialmente as tropas estacionadas na Arábia Saudita desde a guerra do Golfo, em 1991.¹¹

no Quênia e na Tanzânia, a 7 de agosto de 1998, com a morte de 234 pessoas e ferimentos em milhares; 5) provavelmente, o ataque suicida ao navio de guerra americano USS *Cole*, a 12 de outubro de 1998, que matou dezesseis marinheiros e feriu outros 39, no porto de Aden, no Iêmen (Alexander e Swetnam, 2001: viii). Agradeço a meu colega da UFSCar, Paul Freston, especialista em questões religiosas, a sugestão desta fonte.

¹⁰ Aparece aqui um dos mitos mais fortes do fundamentalismo atual: o culto a um a unidade islâmica perdida. No entanto, segundo Tariq Ali (2002: 62), “a noção de uma civilização islâmica monolítica e todo-poderosa deixara de ter sentido no início do século X e provavelmente antes disso”.

¹¹ Vale lembrar que a própria Arábia Saudita foi uma criação dos imperialismos inglês e norte-americano. Desde 1938, este último explorava petróleo naquele país. A base da força aérea americana em Dhahran veio logo

Mas seria interessante que os documentos da organização falassem por si sós.

Nesse sentido, em agosto de 1996, bin Laden divulgou uma Declaração de *Jihad* contra os EUA e a Arábia Saudita, ou “Declaração de guerra contra os americanos ocupantes da terra dos dois locais sagrados”. Aí podia-se ler: “De forma clara, segundo a Crença (Imã), não há nenhum dever mais importante que expulsar o inimigo americano do solo sagrado” (Swetnam, 2001, apêndice 1 A: 6). Quanto à Arábia Saudita, dizia o documento: “Ao abrir a península Arábica aos cruzados, o regime desobedeceu e agiu contra aquilo que foi prescrito pelo mensageiro de Alá” (Idem: 9). Em termos táticos, o mesmo texto explicava que:

“devido à desigualdade de poder entre nossas forças armadas e as forças inimigas, deve se adotar um modo adequado de luta, vale dizer, recorrer a forças leves de rápida mobilidade que operem sob completo sigilo. Em outras palavras, iniciar uma guerra de guerrilhas, onde os filhos da nação e não as forças militares tomem parte” (Idem: 11).

Em outro trecho, o documento se dirigia diretamente ao Secretário de Defesa dos EUA: “Digo a você, William [Cohen]: Esses jovens amam a morte como você ama a vida. Eles herdaram dignidade, orgulho, coragem, generosidade, amor à verdade e espírito de sacrifício de pai para filho. Eles são mais eficazes e inflexíveis na guerra” (Idem, 15). E, finalmente bin Laden afirmava: “Esses jovens sabem que suas recompensas na luta contra vocês, os Estados Unidos, é o dobro que as recompensas na luta contra qualquer outro povo que não esteja no Livro. Eles não têm outro intuito senão o de entrar no paraíso assassinando vocês” (Idem: 16).

Depois disso, em fevereiro de 1998, bin Laden e seu principal aliado, Ayaman al-Zawahiri, lançaram uma *fatwa* com o título

depois. Durante a guerra fria, “a Arábia Saudita iria se tornar uma importante barreira contra o comunismo e o nacionalismo secular no mundo árabe” (Ali, 2002: 143).

“Jihad contra judeus e cruzados” onde salientam “três fatos, conhecidos de todos”: em primeiro lugar, “por mais de sete anos, os Estados Unidos têm ocupado as terras do Islã no mais sagrado dos locais, a Península Arábica, pilhando suas riquezas, dando ordens a seus governantes, humilhando seu povo, aterrorizando seus vizinhos e tornando suas bases na península uma ponta de lança, por meio da qual lutam contra os povos muçulmanos vizinhos” (Alexander e Swetnam, 2001, apêndice 1 B: 1) – conforme o texto, toda a população da Arábia tinha conhecimento agora desse fato, para o que contribuíram as ações daí lançadas contra o Iraque, contra a vontade inclusive dos impotentes governantes do país; em segundo lugar, “apesar da grande devastação infligida ao povo iraquiano pela aliança cruzado-sionista e apesar do enorme número de mortos, [...] os americanos mais uma vez tentam repetir os terríveis massacres” (Idem: 2); em terceiro, “se os alvos americanos por trás dessa guerra são religiosos e econômicos, o alvo é também servir o pequeno estado de Israel e distrair a atenção de sua ocupação de Jerusalém e do assassinato de muçulmanos ali”. Finalmente, em maio do mesmo ano, bin Laden emitiu uma declaração com o título nada tranquilizador e talvez um pouco otimista de “A bomba nuclear do Islã”, em que afirmava ser dever de todo muçulmano reunir o máximo de força possível contra os inimigos de Deus (Alexander e Swetnam, 2001: 2).

Como se vê, trata-se de um programa que, por nenhum ângulo, poderia ser assimilado à tradição revolucionária dos séculos XIX e XX. De resto, vários autores já chamaram a atenção para este ponto, mas nunca é demais voltar a ele.¹² Como disse Immanuel Wallerstein, referindo-se ao primeiro exemplo de eclosão do fundamentalismo islâmico, no final dos anos 70,

¹² Para Tariq Ali (2002: 99): “No fim do século XX, com a derrota dos impulsos seculares, modernistas e socialistas em uma escala global, uma onda de fundamentalismo religioso varreu o mundo”.

“o que os Estados Unidos certamente não esperavam era que o movimento liderado pelo Aiatolá Komeini fosse de natureza absolutamente diferente dos movimentos de libertação nacional que o Terceiro Mundo experimentara no pós-guerra. O Partido Comunista Chinês e o Vietmin, os nasseristas e a FLN argelina, O Movimento 26 Julho de Cuba e o MPLA de Angola – todos se opunham à hegemonia norte-americana e ao sistema internacional existente, mas agiam dentro da estrutura básica de sua *Weltanschauung*, produto do Iluminismo do século XVIII. Elas eram contra o sistema, mas também eram do sistema (...) Komeini não era nada disso. Ele reconhecia Satã quando o via. O primeiro Satã eram os Estados Unidos, o segundo a União Soviética” (Wallerstein, 2002: 194).

A essa avaliação, podemos acrescentar a de Tariq Ali: “Em três meses, os contornos do novo regime tinham se tornado visíveis: era o rosto sério e intransigente do jacobinismo islâmico [...]. Esta era uma revolta contra a História, contra o Iluminismo, a ‘euromania’ e a ‘ocidentoxicação’. Contra o progresso” (Ali, 2002: 186). Tratava-se de um antiimperialismo dos tolos: “as mobilizações diante da embaixada americana tornaram-se um disfarce para forçar medidas sociais profundamente reacionárias que logo levariam à execução de adúlteros e homossexuais e um esmagamento total da esquerda, das minorias nacionais (a guerra no Curdistão foi retomada) e dos *muja-hidin*” (Idem, 194).

O dia seguinte

Em entrevista recente concedida a Antonio Polito, Eric Hobsbawm colocava sérias dúvidas quanto à possibilidade da hegemonia americana perdurar no século XXI. Mas o que nos chamou a atenção nas reflexões do historiador inglês foi sua ênfase nas diferenças entre o caráter da hegemonia britânica e da norte-americana. Segundo ele:

“Ao contrário da Grã-Bretanha no século XIX, os Estados Unidos são uma potência revolucionária, baseada em uma ideologia revolucionária. Assim, como a França revolucionária e a Rússia soviética, os Estados Unidos não são apenas um Estado, mas um Estado empenhado em transformar de certo modo o mundo. Nesse sentido, a hegemonia cultural americana possui uma dimensão política que a hegemonia britânica nunca teve. Os britânicos, mesmo no auge de seu poderio, nunca tentaram converter o mundo” (Hobsbawm, 2000: 56).

A tese de Hobsbawm ajuda a introduzir nosso tema seguinte. O ataque de 11 de setembro liberou na política externa americana um conjunto de pulsões já existentes, mas que encontraram um terreno perigoso e fértil em sua tradução diretamente religiosa, para não dizer messiânica, despertada pelo confronto de fundamentalismos¹³ propiciado pelo desafio direto dos fanáticos de bin Laden ao império americano. Aqui, antes de tudo, é preciso reconhecer as similaridades entre o governo republicano de Bush e o governo democrático de Clinton. Afinal, em fevereiro de 1998, ao defender o uso de mísseis de cruzeiro contra o Iraque, a então secretária de Estado Madeleine Albright disse com todas as letras: “Se temos que usar a força, isso ocorre porque somos a América. Somos a nação indispensável. Nossa altura é maior. Vemos mais longe no futuro” (citado em Johnson, 2001: 217).

Mas há que reconhecer que o mito do destino manifesto adquiriu colorações inusitadas na terceira presidência norte-americana que conviveu com o fim da guerra fria. Veja-se por exemplo o que ocorreu em fevereiro de 2002, no auge da polêmica sobre o tratamento que os EUA conferiam aos prisioneiros de guerra talebans na base militar de Guantánamo, em Cuba. Então, o procurador-geral, John Ashcroft, falando na convenção anual da Associação Nacional das Emissoras Religiosas, disse sem subterfúgios: “Todo povo é chamado em defesa daquele que nos concedeu a liberdade e do quadro de liberdade que ele criou”. E, em seguida: “essa é nos-

¹³ O termo é de Tari Ali (2002).

sa responsabilidade: ser o guardião da liberdade que Deus nos concedeu é a nobre missão do Departamento de Justiça. É uma causa na qual todos os povos podem participar” (*Los Angeles Times*, 20-2-2002). Não espanta, assim, que, ao ser questionado sobre as condições em que os EUA mantinham os prisioneiros de guerra talebans em Guantánamo – com mãos e pés amarrados, vendas nos olhos e tampões nos ouvidos, forçados a ficar de joelhos em jaulas estreitas – o secretário da Defesa Donald Rumsfeld tenha reagido com furor, como se o tema nem sequer devesse ser mencionado. Mais sincero, foi o general reformado Bernard Trainor, que comentou: “Ora, eles gostam de passar boa parte do tempo de joelhos, de qualquer modo” (*Los Angeles Times*, 25-1-02).

O fato é que o fundamentalismo do discurso do governo Bush veio juntar-se a um traço persistente da política americana na última metade de século: a tendência a substituir diplomacia e negociações pela força bruta. Aqui, é bom lembrar que o livro de Chalmers Johnson inicia-se justamente com um capítulo sobre os riscos de *blowback* provocados pela inexplicável presença de cem mil militares americanos, mais de uma década após o final da guerra fria, nas bases do Japão, principalmente em Okinawa, e nas da Coreia do Sul. As teses de Johnson têm sua complementação na idéia de que políticas desse tipo provocam uma espiral de violência a cada reação militarista aos efeitos de *blowback* provocados pelo militarismo americano. Infelizmente para o resto do mundo, o governo de George W. Bush parece tenazmente empenhado em demonstrar que os piores traços da política de projeção de poder dos EUA estão destinados a ter longa vida e parecem ter se intensificado de forma inédita na esteira dos últimos atentados. Nesse sentido, propomos examinar a seguir alguns exemplos da mudança provocada pelos acontecimentos de 11 de setembro nas políticas militares dos EUA.

O ano em que vivemos em perigo

“O instrumento indispensável para manter o império americano é seu imenso aparato militar” lembrava no livro já citado o historiador Chalmers Johnson. E adicionava: “Apesar do dinheiro nelas esbanjado, dos elogios infundáveis por parte da imprensa e da super-extensão e *blowback* que geram, as Forças Armadas sempre querem mais”. Para Johnson, “no final do século os militares americanos estão se tornando um sistema autônomo” (2001: 221) e “essas forças exigem vorazmente equipamentos maiores e mais novos, enquanto agora o Pentágono estabelece, mais ou menos, sua própria agenda”. (2002: 222). Na análise seguinte, mostraremos nossa concordância com a primeira afirmação de Johnson: o poder americano depende cada vez mais de seu aparelho militar. Quanto à segunda afirmação, sobre a influência política do Pentágono, vale destacar aqui um traço do governo republicano de George W. Bush que lembra os governos democratas de John Kennedy e Lyndon Johnson nos anos 60. Explicando melhor, em ambas as conjunturas, presencia-se a ação de uma equipe de civis no comando do aparato de defesa norte-americano, aparentemente mais disposta do que os próprios militares a militarizar a política americana. Antes, a motivação para isso era a guerra contra o comunismo no Vietnã, hoje é a guerra contra o terrorismo em todas as partes do mundo. Outrora, os radicais civis atendiam pelos nomes de Robert McNamara, Walt Rostow, McGeorge Bundy e Dean Rusk; nos dias atuais seus nomes são Donald Rumsfeld, Condoleeza Rice, Paul Wolfowitz e Dick Cheney. Assim como Lyndon Johnson parecia deslumbrado com o brilho dos assessores civis herdados de Kennedy (Halberstam, 1992: 41), George W. Bush é o principal partidário dos falcões de seu governo, para desespero inclusive de seu secretário de Estado, o general Colin Powell. Diante do ímpeto dos falcões civis as quatro forças armadas americanas, embora felizes com o aumento explosivo do orçamento, parecem temer que a ênfase na luta contra o terror prejudique os grandes projetos de

modernização e transformação ou beneficie uma força em detrimento das outras.¹⁴

Como se recorda, no dia 23 de janeiro de 2002, o presidente Bush anunciou que apresentaria ao Congresso a proposta de um aumento nas despesas militares no orçamento de 2003 no valor de 48 bilhões de dólares. Na ocasião, o mandatário norte-americano disse que o salto destinava-se a financiar a luta contra o terror, sistemas de armamentos futuristas e aumentos nos soldos. Como apontou o *Los Angeles Times* (24-1-02), “a proposta de aumento de 14% em relação ao orçamento de defesa deste ano de 331 bilhões marcaria o maior empurrão nos gastos, em termos percentuais, desde os saltos na defesa sob os presidentes Carter e Reagan, duas décadas atrás”.¹⁵ Segundo lembrou John Isaacs, presidente do progressista Council for a Liveable World: “Apenas o aumento em

¹⁴ Nesse sentido, a revista inglesa *Jane's Defence Weekly* (17-10-2001), intimamente ligada à grande indústria armamentista, publicou matéria com o título “Dinheiro caído do céu a curto prazo ... mas a que preço?”, com o *lead* “Um empurrão nos orçamentos de defesa, para ajudar a luta contra o terrorismo liderada pelos EUA pode resultar num atraso na transformação e reforma das Forças Armadas dos EUA”. Para o debate intra-forças, ver, por exemplo, o artigo de Derek Lundy, do conservador Council on Foreign Relations, de Washington, onde se afirma que “a vitória sobre o Taleban dificilmente pode ser vista como parâmetro que devemos usar para avaliar o futuro papel do poder aéreo dos EUA na construção de sua política externa” (*Los Angeles Times*, 13-1-02). Aparentemente, tratava-se de uma resposta a artigo de Edward Luttwak, do Center for Strategic and International Studies, onde este defendia que “com ou sem aliados locais, a nova sinergia das forças de elite com o poder aéreo tornou-se o instrumento militar essencial da atualidade – e um meio muito econômico” (*Los Angeles Times*, 10-1-02). Por sua vez, o artigo já citado da *Jane's* afirmava: “Cada força já começa a defender que seus programas de estimação são importantes para a campanha antiterrorista” (17-10-01: 18). Enfim, setores militares ainda assim reclamaram que o dinheiro destinado à compra de novos armamentos no orçamento de 2003 – US\$ 68 bilhões – era insuficiente (*Los Angeles Times*, 1-2-02). Para efeitos comparativos, o total do orçamento militar da França solicitado para 2003 foi da ordem de US\$ 87 bilhões (*O Estado de S.Paulo*, 12-09-02).

relação ao ano passado é maior que o orçamento militar de qualquer outra nação do globo. Gastamos agora nas nossas Forças Armadas o mesmo que o restante do mundo em conjunto” (*Los Angeles Times*, 24-1-02).¹⁶ No mesmo sentido, Michael O’Hanlon da centrista Brookings Institution destacou que : “Será o maior aumento orçamentário para a defesa, em um só ano, desde a guerra da Coréia. As despesas de defesa americanas excederiam a norma da Guerra Fria e praticamente igualariam a média da era Reagan. Excederiam o orçamento militar da Rússia ou da China em dez vezes” (*Los Angeles Times*, 28-1-02).

Internamente, o aumento nos gastos militares teria efeitos previsíveis. As projeções orçamentárias para 2003 cortariam fundo em programas sociais, como as reformas, há muito esperadas, na previdência social americana e os planos de subvenção para a compra de remédios (*Los Angeles Times*, 25-1-02). Além disso, “grandes impactos orçamentários recairiam no Departamento do Trabalho, onde vários programas de emprego são alvo de reduções; na Agência para a Proteção do Meio-Ambiente, que receberia menos dinheiro para programas de limpeza do ar e da água e no Corpo de Engenheiros do Exército”, cujas atividades de ação cívica, segundo o governo, estariam fugindo de sua missão específica de auxiliar a navegação e minimizar conseqüências de enchentes

¹⁵ Para atingir essa meta, o governo republicano mandava às favas um dos princípios mais alardeados do neoliberalismo dominante: o equilíbrio orçamentário. O próprio diretor de orçamento de Bush, Mitchell E. Daniels Jr., admitiu que o orçamento de 2002 já apresentou um déficit de 106 bilhões de dólares, uma dramática guinada em relação ao superávit de 231 bilhões que o governo previa apenas um ano antes (*Los Angeles Times*, 24-1-02).

¹⁶ No dia seguinte ao anúncio da proposta para a defesa, George W. Bush disse que pediria ao Congresso a aprovação de gastos no valor de 38 bilhões de dólares para a segurança interna – principalmente investimentos na polícia, corpo de bombeiros e serviços de emergência – o dobro do que os EUA gastaram no orçamento de 2002 e uma soma que faria inveja a qualquer Força Armada do mundo (*Los Angeles Times*, 25-1-02).

(*Los Angeles Times*, 5-2-2002). Essa transferência de despesas sociais para gastos militares confirmava uma tendência apontada por estudiosos da política imperial dos EUA no pós-guerra fria. “Proliferação de conflitos regionais, clivagens sociais cada vez mais profundas e crescente animosidade diante da pilhagem ocidental podem forçar a Casa Branca a desviar cada vez mais recursos domésticos para ‘guerras regionais’ e conflitos internacionais”, diziam James Petras e Morris Morley (1995: 133), num livro que tinha justamente como subtítulo: “O poder global americano e a decadência doméstica”.

Uma história sem fim

Em artigo publicado em maio de 2001 a revista *National Defense* retomava o debate sobre a eficácia da “guerra contra as drogas”, iniciada pelo presidente Reagan há vinte anos e ainda em pleno desenvolvimento.¹⁷ Na matéria, destacava-se que o próprio secretário de Defesa de Bush, Don Rumsfeld, declarou ao tomar posse que “o problema das drogas nos EUA é predominantemente um problema de demanda e na medida em que a demanda está aí e é poderosa, ela vai encontrar formas de colocar drogas em nosso país”. Por sua vez, especialistas citados pela revista reafirmavam a preocupação de setores expressivos das Forças Armadas diante da possibilidade de atolar suas instituições numa guerra sem inimigo visível e sem fim. Timothy Lynch, especialista em drogas do direitista Cato Institute foi bastante claro nesse sentido: “As Forças Armadas precisam se desintoxicar de seu papel atual, que é inteiramente inapropriado”. No entanto, precisamente quando começava a duvidar da eficácia da

¹⁷ Ron Chepesiuk (1999) dedicou um livro à guerra contra as drogas, onde mostra que o inimigo difuso espalha-se da Sicília ao Sul da Ásia, da China à Jamaica, passando pelo Japão, Nigéria, Rússia, Vietnã até chegar ao México e à Colômbia.

guerra contra as drogas, o governo republicano embarcou numa nova guerra sem fim: a luta contra o terrorismo.

Não por acaso, Susan Sontag perguntava em artigo publicado no *New York Times*, na véspera do primeiro aniversário do 11 de setembro: “*Que tipo de guerra é essa?*” E argumentava: “Guerras contra inimigos como o câncer, a pobreza e as drogas são vistas como guerras sem fim. Sempre haverá câncer, pobreza e drogas. E sempre haverá terroristas desprezíveis, assassinos em massa [...], assim como combatentes da liberdade (como a Resistência Francesa e o Congresso Nacional Africano), que antes eram chamados de terroristas por aqueles que eles combatiam – mas foram rebatizados pela história”. Para a intelectual nova-iorquina, as guerras acima mencionadas só podem ser entendidas como metáforas. Em contraste, dizia, “as guerras reais não são metáforas. E guerras reais têm começo e fim. Mesmo o conflito intratável e horrendo entre Israel e a Palestina terminará um dia”. Assim, a resposta à sua pergunta inicial parecia clara: “essa guerra contra o terror jamais pode ter fim. Eis um sinal de que não se trata de uma guerra, mas, ao invés disso, um mandato para expandir o uso do poder americano” (*The New York Times*, 10-9-02).

A verdade é que, se as guerras contra a pobreza e o câncer são verdadeiras metáforas, a guerra contra as drogas permitiu prolongar a presença militar americana em regiões como a América Latina, depois do fim da guerra fria. Mas, de um modo ou de outro, a conclusão mais geral de Sontag aplica-se com precisão à doutrina inaugurada pelo presidente George W. Bush em seu primeiro discurso sobre o Estado da Nação, pronunciado diante das duas casas do Congresso americano a 29 de janeiro de 2002. Segundo o *Los Angeles Times* (30-1-02). Bush, na oportunidade, convocou o país a “abraçar um espírito de tempo de guerra calcado na resolução e na responsabilidade”: “Nossa guerra contra o terror está apenas no começo”, alertou o presidente. No entanto, o trecho do discurso que mais causou preocupação em todo o mundo foi aquele em que Bush resumiu suas considerações sobre os “regimes que patrocina-

nam o terror” e ameaçam a América e seus amigos “com armas de destruição em massa”. Citando nominalmente a Coréia do Norte, o Irã e o Iraque, ele afirmou:

“Estados como esses, e seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, que se arma para ameaçar a paz mundial. Ao procurar armas de destruição em massa, esses regimes colocam um perigo grave e crescente. Poderiam fornecer tais armas aos terroristas, dando-lhes os meios adequados ao seu ódio. Poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer desses casos, o preço da indiferença seria catastrófico” (*Los Angeles Times*, 30-1-02).

Depois do chefe, falaram os assessores civis. No dia seguinte ao informe de Bush, Condoleezza Rice, a assessora presidencial para assuntos de segurança nacional, disse ao plenário da Conferência da Ação Política Conservadora, reunida em Arlington, Virgínia, que a Coréia do Norte “é agora o comerciante número 1 de mísseis balísticos, aberto para negócios com qualquer pessoa, não importam as intenções do comprador”. Quanto ao Iraque “continua a ser um regime disposto a comprar essas armas terríveis”. Finalmente, o Irã apóia “o terrorismo regional e global e seus esforços agressivos para adquirir armas de destruição em massa suplantam as boas intenções”, evidenciadas depois do 11 de setembro. Para Condoleezza, “todas essas nações têm uma escolha (sic) a fazer: abandonar a rota que seguem agora. Usaremos qualquer recurso a nossa disposição para enfrentar essa grave ameaça global” (*Los Angeles Times*, 1-2-02).

Fora dos EUA, o discurso caiu como uma bomba. Feito em grande medida com vistas ao público americano, ignorava de forma surpreendente a situação geopolítica específica de cada um dos casos que agrupou sob o mesmo rótulo, colocando problemas sérios aos aliados americanos que tinham a infelicidade de viver ao lado dos países excomungados pelos EUA, ou tinham interesses estratégicos neles. Tais preocupações ficam visíveis numa coletâ-

nea de editoriais e matérias de vários jornais do mundo, que o *Los Angeles Times* publicou logo depois do discurso de Bush no Congresso americano. Nesse sentido, o direitista *Jerusalem Post* foi o único a tecer elogios ao presidente americano, considerando o pronunciamento “ousado, mais ousado do que o mundo esperava, mas não mais ousado do que o necessário”. Em contraste, um artigo do geralmente comedido *Times* inglês, dava o tom da estupefação mundial: “a oração mais poderosa que [Bush] pronunciou à América, deve ser vista judiciosamente como um ensaio em fundamentalismo”, dizia o jornal londrino. E criticava a seguir “a escolha equivocada do Irã como alvo”, “seu silêncio sobre Israel” e “o apelo missionário para a propagação dos valores americanos”. Para o articulista, a idéia do eixo do mal era “para falar claro, *nonsense*”. Bush estaria “completamente equivocado se pensa que há uma coalizão para atacar o Irã. Nem provavelmente para agir contra a Coreia do Norte, ou mesmo o Iraque”. Por fim, o *Times* mostrava indignação com o fato de Bush não ter mencionado uma única vez Nações Unidas ou – quem diria – o primeiro-ministro britânico Tony Blair.

Por sua vez, o *Jordan Times*, publicado na Jordânia, forte aliado árabe dos EUA, destacou que “uma das razões por que os falções de Bush estão determinados a atacar em breve é que o Iraque está começando a emergir de seu isolamento político”. Já na Turquia, uma das três nações que mais recebem ajuda militar americana, o *Cumhuriyet*, preocupado com o transbordamento do problema curdo em caso de um ataque ao Iraque, destacava que “os EUA estão perseguindo uma política inteiramente diversa dos interesses estratégicos turcos com relação a uma intervenção no Irã e no Norte do Iraque. [...] A Turquia, a Síria e o Irã se opõem à divisão do Iraque, assim como a Rússia e a China. Os interesses da Turquia não se alinham com os do Ocidente mas com os de seus aliados regionais”. Por fim, o jornal canadense *The Globe and Mail* publicou em editorial uma pergunta interessante: “O que acontece se há mais foras-da-lei do que se imagina e se eles não entram

na linha? Eles devem ser submetidos à base de bombas, como parte de uma campanha global que dure para sempre? Ou uma abordagem diplomática deve ser de alguma forma recuperada?”. E conclui: “Não será Bush mas seus sucessores que provavelmente terão que responder a essa questão” (todas as citações em *Los Angeles Times*, 3-2-02).

Nascido a 4 de julho

Seis meses depois dos atentados de 11 de setembro, o *New York Times* (3-3-02) alertava no principal editorial de sua edição de domingo: “Antes que o presidente Bush decida onde levar a guerra seguinte contra o terrorismo, ele e o povo americano devem parar por um momento para pensar sobre como pretendemos nos comportar nesse papel novo e avassalador”. O jornal se referia à proposta de aumento nas despesas de defesa do governo Bush e à disposição inédita dominante no país no sentido de avançar novos passos na luta contra o terror. Segundo o editorial, o globo vive “um desequilíbrio de poder global de feição provavelmente nunca vista desde o apogeu do Império Romano”. No entanto, dizia o *New York Times*, “num mundo de alta tecnologia, mesmo uma superpotência não pode se proteger sem o auxílio de outros países”. E acrescentava: “Até nossos aliados detestam serem forçados a sentir-se como se vivessem num planeta em que apenas a opinião de um país é que conta”. Concluindo, dizia o mais importante jornal americano: “O poder das armas americanas por mais impressionante que seja, tem seus limites. A ação militar é apenas parte de uma equação de política externa, como mostram os processos atuais no Afeganistão”.

Uma semana depois, o mesmo jornal noticiava os esforços do secretário de Estado Colin Powell e do chefe do Estado-Maior americano, general Richard B. Myers, para aplacar o “alarme internacional” diante da divulgação de um documento de revisão da política nuclear (*Nuclear Posture Review*), elaborado pelo Pentágono, onde se identificavam países como Irã, Iraque, Coréia do

Norte e Síria como alvos potenciais de um ataque nuclear “preventivo” dos EUA. Ambos procuraram defender que o documento em questão não significava qualquer hipótese concreta de emprego de armas nucleares num futuro imediato (*The New York Times*, 11-3-02). Em contraste com essas intenções apaziguadoras, Joseph Cirincione, especialista em armamentos da Carnegie Endowment for International Peace, declarou ao *Los Angeles Times*: “O governo eliminou a fronteira entre armas nucleares e armas químicas e biológicas [...]. Ele fala de ‘armas de destruição em massa’, como se o gás mostarda fosse equivalente a uma arma nuclear capaz de destruir uma cidade. Isso simplesmente não é verdade”. Mas o ponto principal para Cirincione eram os riscos de *blowback* embutidos na nova postura: “Os Estados Unidos costumavam dizer aos outros países que, se eles não adquirissem armas nucleares, nós não os atacáramos com nossas armas nucleares. Este governo abandonou essa política [...]. Agora, não há razão para outros países evitarem adquirir armas nucleares” (*Los Angeles Times*, 12-3-02).

Essa mesma opinião era compartilhada por três físicos – Sidney Drell, Raymond Jeanloz e Bob Peurifoy – que trabalharam para o governo americano em questões técnicas relativas a artefatos nucleares. Em artigo assinado no *Los Angeles Times*, com o título “Bunkers, Bombs, Radiation”, eles criticavam a suposição de que era possível desenvolver armas nucleares táticas, capazes de destruir *bunkers* subterrâneos sem contaminação da atmosfera com radioatividade mortal. “Talvez mais importante – diziam os físicos citados – o emprego dessas armas teria provavelmente um efeito extremamente danoso sobre esforços correntes para frear – se não impedir – a proliferação de armas nucleares”. Mais especificamente, eles se referiam ao Tratado de Não Proliferação, cuja extensão indefinida recebeu em 1995 a adesão de 185 países e ao Tratado de Proibição de Testes, que os EUA assinaram com outras 160 nações, embora sem ratificá-lo. Em contraste, três potências nucleares – Rússia, Inglaterra e França –, assim como o Japão, assinaram este acordo. A China declarou que faria o mesmo, uma vez que os EUA o fizessem. O mes-

mo ocorreu com a Índia. Nesse sentido, é bom destacar a conclusão de Drell, Jeanloz e Perifoy: “A proibição de qualquer teste nuclear aumenta nossa segurança nacional no futuro visível” (*Los Angeles Times*, 18-3-02).¹⁸

Justamente o contrário do que anunciava o documento de revisão da postura nuclear dos EUA a que vimos nos referindo. Para alguns, como o colunista Robert Scheer, tratava-se de um sinal de desespero do governo Bush diante do fracasso de sua promessa de eliminar bin Laden: “Considerem o absurdo – dizia o jornalista – correremos o risco de escalar uma corrida mundial por armas nucleares para lançar armas atômicas sobre um inimigo terrorista invisível, cuja ação militar mais efetiva até aqui começou com lâminas de abrir caixas”. Para ele, mais do que apavorar o mundo com ameaças de emprego de artefatos nucleares, Bush deveria conseguir a paz no Oriente Médio. Ainda uma vez, no entanto, o que se anunciava era uma política geradora de *blowbacks*:

“Com efeito, dizia Scheer, os planejadores militares chineses e russos seriam atacados por seus próprios linhas-duras se falhassem em responder a esse documento, colocando ênfase ainda maior na transformação de suas próprias forças nucleares, tornando-as mais robustas, capazes de sobreviver e de novo em alerta sensível, em antecipação de um primeiro ataque americano. Encorajar temores intensificados face às intenções nucleares dos EUA, num momento em que russos e chineses são nossos aliados contra o terrorismo é, de forma estarrecedora, contraproducente” (*Los Angeles Times*, 12-3-02).

¹⁸ Além disso, é preciso notar que não são esses os únicos tratados que os EUA de Bush não querem ratificar. Como notou Susan Sontag, “este governo tomou a posição radical de que todo tratado internacional é um potencial inimigo dos interesses dos Estados Unidos – uma vez que ao assinar um tratado sobre qualquer coisa (sejam questões ambientais ou a condução da guerra e o tratamento de prisioneiros) os EUA se comprometem a obedecer convenções que podem um dia ser invocadas para limitar a liberdade dos de ação para fazer seja o que for que o governo pense que é do interesse do país” (*The New York Times*, 10-9-02).

Por fim, até mesmo o ex-secretário de Defesa dos EUA de Kennedy e Johnson (à época da escalada da Guerra do Vietnã), Robert McNamara, publicou um artigo em co-autoria com Thomas Graham Jr., ex-representante especial do presidente Clinton para assuntos de desarmamento, onde se lia: “Caso a Nuclear Posture Review, ou NPR, recentemente vazada para a imprensa, se torne política oficial, podemos esperar que as armas nucleares se espalhem pelo mundo”. Em reforço a seus argumentos, eles citavam o Ministro da Defesa da Índia, Bob Fernandes: “Para desafiar os EUA, é preciso antes adquirir armas nucleares” (*Los Angeles Times*, 13-3-02).

A volta ao mundo em oitenta bases

Em artigo assinado no *Los Angeles Times*, William Schneider lembrou a reação do ministro das Relações Exteriores da Alemanha à frase sobre o “eixo do mal” de George W. Bush. “Parceiros de aliança, disse, Joschka Fischer, não são satélites” (*Los Angeles Times*, 24-2-02). A declaração do ministro de um país aliado sintomaticamente empregava o termo utilizado repetidas vezes por Chalmers Johnson para descrever as relações entre os EUA com o Japão e a Coreia no pós-guerra, para ele dois exemplos de “satélites do império informal americano” (Johnson, 2001: 37).¹⁹ Para Johnson, a política americana no Leste Asiático constitui um triste exemplo de tendências mais gerais da atitude militarista americana no mundo atual:

“Ainda que os Estados Unidos no final do século pareçam ter o poder de fogo e os recursos econômicos necessários para neutralizar qualquer desafiante, acredito que nossa própria soberba assegure nossa ruína. Um clássico erro dos administradores do império é passar a acreditar que não há nenhum lugar em seu

¹⁹ Não por acaso, o segundo capítulo de seu livro tem o título: “Okinawa: a última colônia na Ásia”, referindo-se às dezenas de milhares de americanos ainda instalados na ilha japonesa onde se deu a batalha terrestre mais terrível da frente do Pacífico na II Guerra Mundial.

domínio – em nosso caso, nenhum lugar na terra – em que sua presença não seja crucial. Mais cedo ou mais tarde, torna-se psicologicamente impossível não insistir no envolvimento em toda parte, o que, certamente, é uma boa definição de sobre-extensão imperial” (Johnson, 2001: 221).

Nesse quadro, ele lembra que, por volta de 1999, os EUA tinham em todo o mundo cerca de 800 instalações militares americanas, de bases completas a simples estações de rádio. E perguntava: “Por que há tropas estrangeiras baseadas em países como o Japão, mais de meio século depois do fim da II Guerra Mundial e mais de uma década após o desaparecimento da União Soviética como ameaça militar?” (Johnson, 2001: 37). O certo é que o pós-11 de setembro testemunhou uma sucessão de atitudes americanas que apontavam para um recrudescimento do militarismo já denunciado por vários autores aqui citados. Para não superar os limites deste artigo, dedicaremos nossa atenção especificamente a certas regiões da Ásia. Nesse sentido, no clima da guerra contra o terror, os Estados Unidos romperam uma tradição de dez anos e voltaram a enviar soldados às Filipinas, a ex-colônia dos EUA cuja independência foi concedida em 1946. Em 1992, o governo filipino que substituiu o ditador cleptocrata e pró-americano Ferdinando Marcos solicitou finalmente a desocupação da imensa base naval americana em Subic Bay (Johnson, 2001: 24, 26, 190). Contudo, apesar do forte sentimento antiamericano ainda presente no país e de uma proibição constitucional bastante clara, os EUA iniciaram em fevereiro de 2002, nesse país, “a maior operação militar numa zona de combate fora do Afeganistão desde o início da guerra contra o terror” (*Los Angeles Times*, 1-2-02). Segundo o jornal, a Operação Balikatan (Ombro a Ombro) “envolveu 650 soldados, inclusive 160 das Forças Especiais, para ajudar o governo das Filipinas a localizar e derrotar o implacável Abu Sayyaf, um bando de seqüestradores islâmicos que podem ter laços com Osama bin Laden”. No entanto, o assessor para segurança nacional da presidente Gloria Macapagal Arroyo reconheceu que “o governo filipino não en-

controu ‘até agora nenhuma evidência’ de uma conexão entre o Abu Sayyaf e a Al Qaeda”. De forma previsível, a notícia da próxima chegada dos soldados americanos levantou ampla polêmica no país. Nesse sentido, o governo de Arroyo esforçou-se por superar objeções constitucionais, procurando descrever como simples “exercícios” uma operação de natureza claramente diversa, o que permitiria contornar o claro veto à presença de soldados americanos em solo filipino, se fosse respeitada a letra da Constituição do país (*Los Angeles Times*, 1-2-02). Sobre o mesmo assunto, o insuspeito *New York Times* noticiou a seguir que “para contornar a questão semântica, o governo filipino desautorizou a palavra [operação] ‘conjunta’ e afastou uma sugestão de denominar os exercícios ‘Águia da Liberdade”’. Para o jornal, o nome “ombro a ombro” foi escolhido porque é o termo utilizado para os exercícios anuais filipino-americanos. Ainda assim, um alto oficial reformado do Exército das Filipinas reiterou que a operação não tinha sentido (*The New York Times*, 4-2-02).

Depois da Filipinas, podemos examinar brevemente as relações dos Estados Unidos com os países do Leste Asiático, visitados por George W. Bush no auge da guerra contra o terror, em meados de fevereiro de 2002. Começamos pela Coreia do Sul. Em abril de 1997, em visita a Seul, o então secretário da defesa do governo democrata de Clinton, William Cohen, estarreceu os coreanos do sul e do norte ao anunciar que os EUA pretendiam manter suas forças estacionadas na Coreia mesmo depois de uma eventual unificação da península (Johnson, 2001: 128). Com a posse de Bush, as coisas parecem ter piorado um pouco. Em seu primeiro encontro com o colega sul-coreano em Washington, em março de 2001, ele desnorteou Kim Dae Jung ao se distanciar da “política do sol brilhante”, pela qual a Coreia do Sul procurava um degelo nas relações com a Coreia do Norte (*Los Angeles Times*, 21-2-02) – iniciativa que deu a Kim o Prêmio Nobel da Paz e talvez o acontecimento mais importante da história do país depois da guerra da Coreia. Não espanta assim que a visita de George W. Bush em fevereiro de

2002 tenha sido precedida por uma onda de denúncias efetuadas por editoriais dos grandes jornais, “sindicatos, grupos budistas e cristãos, estudantes e mesmo grupos conservadores”. “Seul presenciou vários protestos nas duas últimas semanas – dizia o *Los Angeles Times* (17-2-02) – com a polícia antiterrorismo se esforçando por mantê-los afastados da Embaixada americana”. O mesmo jornal noticiou a seguir que “uma enquete promovida pelo partido governante descobriu que os sul-coreanos, por uma margem de 3 a 2, acreditavam que a caracterização de Bush sobre a Coreia do Norte era inapropriada”. Referindo-se à presença de 37 mil soldados americanos na Coreia do Sul e aos planos de modernização das bases dos EUA naquele país, o diário de Los Angeles salientava a crescente oposição “de grupos cívicos que reclamam que a presença militar dos Estados Unidos no coração da capital (em Youngsan) é uma afronta à soberania nacional” (*Los Angeles Times*, 18-2-02a). Na mesma edição, o jornal reconhecia que “a observação sobre o eixo do mal provavelmente obscurecerá a viagem de uma semana de Bush a Tóquio, Seul e Pequim” (*Los Angeles Times*, 18-2-02b).²⁰

A próxima escala da visita de Bush – o Japão – foi precedida pela contrariedade dos japoneses diante das pressões americanas em prol de reformas no sistema político do país, a fim de eliminar barreiras à globalização (*Los Angeles Times*, 17-2-02). Obviamente, contribuiu para a indignação japonesa a atitude dos EUA de não assinar o protocolo de Kyoto sobre mudanças no clima da terra (*Los Angeles Times*, 18-2-02). Não surpreende, assim, que o principal jornal do país, o *Asahi Shimbun* tenha afirmado que os comentários de Bush sobre o “eixo do mal” colaboraram para agravar as tensões regionais e mostraram um completo desprezo pelas sensibilidades locais. Já para o *Okinawa Times*, particular-

²⁰ O tom da cobertura da grande imprensa norte-americana sobre a viagem pode ser avaliado pelo título de uma matéria do *Los Angeles Times* de 20-2-02, que se referia a protestos estudantis e um greve de fome de universitários: “Estudantes querem dar a Bush uma lição de diplomacia”.

mente sensível à presença militar americana²¹, “as ameaças agressivas da América, ao invés de reduzir o isolamento da Coreia do Norte, trazem o risco de isolar ainda mais o país e aguçar a instabilidade”. Particularmente, o Japão se preocupava então, como se preocupa ainda hoje, com uma grave crise energética, no caso de uma intervenção americana no Iraque (todas as citações em *Los Angeles Times*, 19-2-02).

Em Pequim, os chineses aproveitaram a última escala da viagem de Bush para reafirmar os pontos principais da agenda estratégica sino-americana: fim às vendas de armas americanas a Taiwan, suspensão das sanções dos EUA contra companhias chinesas acusadas de vender tecnologia em armamentos e das restrições ianques ao projeto de lançar satélites comerciais americanos com foguetes chineses (*Los Angeles Times*, 27-2-02). Três semanas depois da visita do presidente americano, o governo da China anunciou um aumento de 17,6% no orçamento de defesa, consolidando tendência anterior de modernização de suas Forças Armadas. É verdade que tal elevação, equivalente a cerca de 3 bilhões de dólares, significava dezesseis vezes menos que o aumento do orçamento militar americano para 2003.²² Segundo anunciou o ministro chinês das Finanças Xiang Huai-Xeng, no plenário do Congresso Nacional do Povo, em Pequim, os fundos extras visam ajudar a China a “utilizar moderna tecnologia, especialmente alta tecnologia, para aumentar as capacidades de defesa e combate de nosso Exército”. Os especialistas concordam nas motivações chinesas

²¹ Sobretudo depois do caso escandaloso do estupro de uma menina japonesa de 12 anos por dois fuzileiros navais e um marinheiro, em setembro de 1995 (Johnson, 2001: 34-37)

²² O orçamento militar oficial da China é de 20 bilhões de dólares, mas há sérias dúvidas sobre se esse número não seria acentuadamente subestimado, pois não contaria despesas em pesquisa e desenvolvimento e compras de armas de países como a Rússia. Ainda assim, segundo o *Los Angeles Times* (27-3-02), “as despesas militares aí empalidecem em comparação com as americanas”.

para os aumentos militares em anos recentes: a constatação da superioridade americana na guerra do Golfo e os planos de Bush para retomar o projeto do escudo contra mísseis (*Los Angeles Times*, 27-3-02).

Ainda no capítulo asiático das repercussões do 11 de setembro, no final de fevereiro de 2002, a imprensa mencionou a disposição americana a aumentar a ajuda militar à ex-república soviética da Geórgia, com o pretexto de impedir o uso da garganta de Pankisi por guerrilheiros da Al-Qaeda dispostos a ir e vir entre o Afeganistão e a Chechênia. Na ocasião, Ivo Daalde, do Brookings Institute afirmou temer que a luta contra o terror estivesse se transformando “num saco de gatos para justificar tudo o que [os funcionários do governo Bush] sempre quiseram fazer” (*Los Angeles Times*, 28-2-02). Por sua vez, analistas georgianos afirmaram que não havia ameaça comprovada na garganta de Pankisi e que o programa americano teria o efeito de dar fôlego novo ao frágil e corrupto estado georgiano, numa região onde são grandes os interesses americanos no petróleo (ver a este respeito Klare, 2001). Essas fontes disseram que o alvo principal dos EUA era cravar os pés no Cáucaso, aproveitando-se do clima pós-11 de setembro (*Los Angeles Times*, 19-3-02). Por fim, no que diz respeito à Ásia Central, teatro das operações da última guerra americana, o pós-11 de setembro acentou o interesse dos EUA em intensificar os contatos militares na região.²³ Nesse sentido o novo clima mundial terá conseqüências seguras também nessa área do globo, principalmente nas íntimas relações entre os EUA e o Usbequistão, país de maioria muçulmana que permitiu o uso de seu espaço aéreo e concedeu direito de aterrissagem aos aviões militares dos EUA, na recente guerra contra o Afeganistão.²⁴ Neste caso, é de esperar que o esforço de coopera-

²³ Para mais informações, ver www.usembassy.uz/news/zinni2.htm.

²⁴ Aqui, vale lembrar que nem mesmo a guerra recente no Afeganistão conseguiu resolver um problema dos EUA na região. Como apontou um artigo recente, “o Comando Central difere dos outros três comandos militares geográficos – Europa, América Latina e Pacífico – no sentido em

ção até aqui movido pela OTAN – que inclui o programa Parceria pela Paz e projetos de apoio tecnológico e científico, bem como de planejamento para situações de desastre (*Nato Review*, 2001/2002), seja sobrepujado pelas parcerias militares de iniciativa do Comando Central norte-americano. Como o Kazaquistão, o Quirgizstão e o Tajiquistão têm maiorias muçulmanas, talvez também aqui os EUA estejam plantando agora os problemas que colherão no futuro.

Para onde vamos?

O espaço desse artigo não permite enfrentar as conseqüências do 11 de setembro em outras regiões críticas do globo, como o Oriente Médio e o Sul da Ásia.²⁵ Quanto à América Latina, basta assinalar alguns sintomas das repercussões das novas atitudes americanas. Segundo a *Jane's Defence Weekly* (23-1-02), a nova realidade da guerra contra o terror teve efeitos imediatos na política dos EUA para a Colômbia, “onde altos oficiais militares já compararam abertamente a FARC ao Taleban e a Al-Qaeda”, enquanto “há também crescente disposição dentro da Colômbia para agressivamente perseguir mais ajuda militar dos EUA”.²⁶ Um ano depois do 11 de setembro, o México, cansado de esperar que George W. Bush cumprisse suas promessas de campanha no sentido de encontrar uma solução para o problema dos 8 milhões de imigrantes daquele país em situação ilegal em solo americano, denunciou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, datado de 1947,

que seu quartel-general não se situa na sua região de responsabilidade. Os Estados Unidos nunca conseguiram superar as sensibilidades locais para obter direitos permanentes de estabelecer bases do Comando Central aí” (*The New York Times*, 4-2-02).

²⁵ Para esta última região, uma excelente fonte é o livro de Tariq Ali (2002).

²⁶ Para a ajuda militar dos EUA aos países da região, a melhor fonte é o anuário *Just the Facts*, publicado pelo Latin American Working Group (2001), sediado em Washington

considerando-o uma “reliquia da guerra fria” (*O Estado de S.Paulo*, 17-9-02). Uma semana antes, o governo argentino enunciou que iria suspender os tradicionais exercícios militares realizados anualmente por efetivos dos EUA e da Argentina neste último país, alegando que não poderia garantir a imunidade legal total para os soldados dos EUA exigida pelo Pentágono (*O Estado de S.Paulo*, 5-9-02). Por último, mas não menos importante, os acontecimentos dos últimos meses provavelmente aguçaram as já antigas preocupações dos militares brasileiros sobre uma suposta disposição dos EUA em interferir na Amazônia (Martins Filho e Zirker, 2001).

Na verdade, um ano depois dos atentados, o mundo inteiro parece com os nervos à flor da pele diante das atitudes do governo Bush. Não por acaso, o insuspeito Francis Fukuyama escreveu há pouco que “a reação exagerada ao 11 de setembro levará a um mundo no qual os Estados Unidos e suas políticas continuarão sendo o principal foco da inquietação global” (*O Estado de S. Paulo*, 15-9-02). Por sua vez, Immanuel Wallerstein chamou a atenção para o fato de que “há muito frustrados pelos mais conservadores governos americanos, os falcões passaram a dominar a política americana”. Para ele, há três expressões contemporâneas desse novo domínio: “o ataque militar no Afeganistão, o apoio de fato à tentativa israelense de liquidar a Autoridade Palestina e a invasão do Iraque” (*Folha de S.Paulo*, 21-7-2002). O mundo parece, assim, cada vez mais perto dos *blowbacks* previstos por Chalmers Johnson e cada vez mais afastado da agenda positiva que ele apresenta ao fim de seu livro (2001:228). Aí, esse autor defendia que o caminho a seguir para evitar novos conflitos deveria incluir os seguintes passos dos Estados Unidos: ajustamento e aceitação da emergência da China no cenário global; estabelecimento de relações diplomáticas com a Coreia do Norte e retirada das tropas americanas na Coreia do Sul; pagamento das dívidas dos EUA para com a ONU; eliminação da política de trocar a presença militar por benefícios comerciais, nos países ricos do Leste da Ásia; transformação do Departamento de Defesa num ministério que realmente cuide

da defesa do país; redução unilateral dos estoques de ogivas nucleares a um nível apenas dissuasivo e declaração de uma política de nunca recorrer em primeiro lugar a esse tipo de armas; e enfim, assinatura e ratificação do acordo que proíbe as minas terrestres e do tratado que estabelece uma corte criminal internacional. Como se vê, essa agenda parece cada vez mais distante. Diante da degeneração das relações internacionais no último ano, resta-nos uma esperança: o ressurgimento – principalmente nos Estados Unidos – de movimentos de protesto do tipo do que estava em plena ascensão quando eclodiram as ações terroristas. É cedo ainda para saber se será isso ocorrerá. O que se pode prever com certeza é que, em caso contrário, o mundo persistirá na rota de colisão traçada pela “diplomacia de *cowboy*” do governo de George W. Bush. Com o auxílio de seus inimigos fundamentalistas.

Bibliografia

- Alexander, Yonah e Michael Swetnam 2001 *Usama bin Laden's al-Qaida: profile of a terrorist network*. Ardsley, NY, Transnational Publishers.
- Ali, Tariq 2002 *Confronto de fundamentalismos. Cruzadas, Jihad e modernidade*. Rio de Janeiro, Record.
- Braudel, Fernand 1998 *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Volume 3. *O tempo do mundo*. São Paulo, Martins Fontes.
- Chesepiuk, Ron 1999 *Hard target. The United States war against international drug trafficking, 1982-1997*. Jefferson, NC/London, McFarland & Company.
- Chomsky, Noam 1999 *The new military humanism. Lessons from Kosovo*. Monroe, ME, Common Courage Press.
- Chomsky, Noam 2001 *11 de setembro*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

- Friedman, Thomas 1999 *O Lexus e a oliveira. Entendendo a globalização*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- Halberstam, David 1992 *The best and the brightest*. 20th Anniversary Edition. New York, Ballantine Books.
- Hobsbawm, Eric 2000 *O novo século. Entrevista a Antonio Polito*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Johnson, Chalmers 2001 *Blowback. The costs and consequences of American empire*. New York, Henry Holt and Company (Owl Book).
- Klare, Michael 2001 *Resource wars. The new landscape of global conflict*. New York, Henry Holt and Company (Metropolitan Books).
- Klare, Michael 1996 *Rogue States and nuclear outlaws. America's search for a new foreign policy*. New York, Hill and Wang.
- Latin American Working Group (Adam Isacson e Joy Olson, eds) 2001 *Just the facts. 2000-2001. A civilian's guide to U.S. defense and security assistance to Latin America and the Caribbean*. Washington, DC.
- Martins Filho, João Roberto e Daniel Zirker 2001 "Forças Armadas, soberania nacional e defesa da Amazônia", *Estudos de História*, 8 (1): 253-74.
- Shawcross, William. 2000 *Deliver us from evil. Peacekeepers, warlords and a world of endless conflict*. New York, Simon & Schuster.
- Snow, Donald M. 1997 *Distant thunder. Patterns of conflict in the developing world*. 2nd Edition. Armonk, NY/London, M.E. Sharpe.
- Wallerstein, Immanuel 2002 *Após o liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes.

AS FACES E CONSEQÜÊNCIAS DO TERROR: DE 11/09 À DOUTRINA BUSH

*Cristina Soreanu Pecequilo**

Ao longo dos anos, o sistema internacional e as sociedades domésticas se acostumaram a conviver com ameaças implícitas e eventos periódicos de violência perpetrados por grupos específicos que desejavam a obtenção de um determinado objetivo político, social ou econômico. Tais grupos agiam à margem do sistema legal e legítimo de conquista e controle de poder, não reconhecendo como válidos os processos estabelecidos, seja pela natureza de suas reivindicações, pelo seu padrão de atuação, princípios e valores ou pela sua exclusão da lógica política pela ordem estabelecida. Neste cenário, estes eventos, definidos como atos terroristas, eram direcionados à criação de caos e instabilidade dentro de uma determinada sociedade, visando sua insegurança e desmoralização e a quebra e desestruturação do sistema vigente e a instauração de um novo regime (ou mesmo Estado) no qual seus propósitos pudessem ser alcançados. Independentemente da época histórica, atos terroristas sempre existiram, variando em forma, alvos e intensidade. Todavia, como todas as manifestações de antagonismo,

* Mestre e Doutora em Ciência Política pela USP, Pesquisadora Associada NERINT/UFRGS, Colaboradora RELNET/UnB e Professora de Relações Internacionais UNIBERO.

o terrorismo foi considerado como um fenômeno em declínio a partir de 1989 com o encerramento da Guerra Fria.

Da mesma forma que a bipolaridade terminara de modo pacífico, também poderíamos esperar um retrocesso neste campo de ação, devido à ampliação dos canais democráticos e livres e a diminuição do nível de confrontação global. Os dividendos da paz traziam embutida a promessa da prosperidade, da igualdade, da estabilidade e da resolução de crises e demandas através do diálogo. Porém, 1989 foi apenas o início de uma nova era para o terrorismo, culminando com os atentados aos EUA em 11/09/2001, devendo-se examinar a evolução de suas faces e processos, assim como seus efeitos na atual potência hegemônica e no panorama da transição do pós-Guerra Fria.

Segurança e Terrorismo: classificação e visões gerais

Observando a história das relações internacionais, facilmente percebemos que o fim de um conflito em larga escala, assim como sua dinâmica prévia de guerra específica, ditam parâmetros de comportamento e geram alterações em padrões, estruturas e agentes do sistema internacional. No caso da Guerra Fria não foi diferente. Por mais de quarenta anos, o enfrentamento sistêmico entre as superpotências americana capitalista e socialista soviética ditou estes padrões através do jogo de alinhamentos entre os respectivos blocos, países satélites, não alinhados e a disputa global dos modelos através da política, economia, cultura e segurança.

Especificamente, neste campo da segurança, mais do que o enfrentamento direto entre os principais contendores, observamos inúmeras guerras quentes pequenas e localizadas (Coréia, Vietnã) e os conflitos “frios” entre as superpotências. A lógica dominante entre os EUA e a antiga URSS era a da dissuasão e da corrida armamentista dada a capacidade de destruição massiva das armas nucleares, gerando o chamado equilíbrio do terror. Assim, ainda

que inúmeras vezes conflitos particulares, atos terroristas, possuísem suas motivações e contextos, eram remetidos artificialmente ao bipolarismo temendo-se o risco da escalada pelo envolvimento das superpotências. Da mesma forma, estas superpotências aproveitavam-se destas situações para avançar em determinados espaços territoriais, procurando dominar estas zonas de influência e definir seus acontecimentos. Com isso, estas guerras e atos de violência eram abafados ou inadequadamente solucionados de acordo com a participação de americanos e soviéticos, bastando-se lembrar das respectivas crises do Vietnã e do Afeganistão.

Esta situação gerou uma impressão de falsa normalidade que se manteve e se aprofundou com o pós-Guerra Fria, estabelecendo-se as previsões otimistas do fim da história e do nascimento de uma nova ordem mundial. Contudo, a própria realidade demonstrou o equívoco deste modelo. Mais do que paz, o cenário assistiu ao “descongelamento” das tensões em suas formas clássicas e renovadas. Não somente o sistema internacional se viu marcado por guerras (Kuwait, Iugoslávia, Somália, Chechênia, Israel e Palestina) como observou a fragmentação, miséria e vácuo de poder crescentes em Estados (Rússia) e o aprofundamento e aceleração dos riscos transnacionais: ameaças ambientais, crime e máfias internacionais, tráfico de drogas e pessoas, proliferação de armas de destruição em massa (ADM) e o próprio terrorismo que passou a assumir feições e características diferenciadas. (Laqueur, 1996)

De acordo com Fred Halliday (Halliday, 2002), ao analisarmos o terrorismo podemos identificar quatro dimensões de ação possível: o terrorismo de grupos específicos e motivações políticas direcionadas com ações nacionais e internacionais, visando a realização de seus objetivos (IRA, OLP, ETA); o terrorismo de baixo caracterizado pela aplicação da violência interna entre grupos sociais de um mesmo espaço (guerras comunais na África como Ruanda); o terrorismo como manipulação do discurso político, ampliando e mistificando a figura do inimigo em especial as chamadas novas redes internacionais como a Al-Qaeda, que cresce nas crises (como

veremos no caso dos EUA pós-11/09) gerando um clima de pânico e instabilidade que permite a aplicação de medidas coercitivas e o controle social rígido; por fim, o terrorismo vindo de cima, que se refere à utilização de violência por parte dos Estados contra seus cidadãos (Ex-URSS, Romênia).

Com relação à questão Estado X Terror, é preciso considerar que, além desta dimensão mencionada por Halliday, existe a ampliação da interrelação entre Estados e o terror internacional (algo que, como mencionamos, é visto com reticências por este autor). Neste sentido, muitos Estados têm sido apontados como santuários para o estabelecimento e financiamento do terrorismo internacional, fornecendo meios e condições para seu desenvolvimento e ação. Tal visão tem sido colocada, particularmente, pelos EUA através de relatórios do Departamento de Estado e de Defesa, sendo estes Estados classificados como nações “bandidas”, os chamados *rogue states*. Igualmente, estes *rogues* também correspondem à classificação de Estados que não somente estariam dispostos a ajudar grupos terroristas, como teriam eles mesmos comportamentos ditos terroristas. Ou seja, sustentados na violência e sua disseminação interna e externamente, caminhando à margem das regras e leis da comunidade internacional (Irã, Líbia, Iraque seriam alguns Estados que se enquadrariam nesta classe)¹.

Em termos conceituais, esta definição de Estados terroristas traz alguns problemas, uma vez que existem analistas que sustentam a sua inadequação: terrorismo sempre seria produto de grupos não-estatais, de ação transnacional e, independentemente, de qual for sua ligação com os Estados, uma força de natureza privada. Esta divisão revela, no caso, um interessante fenômeno do mundo pós-Guerra Fria: a relativa dificuldade em trabalhar com categorias “fechadas” e a mistura de níveis de análises, sugerindo a necessidade de ampliação de nossas avaliações diante deste novo cenário.

¹ A classificação *rogue state* é apresentada nas Estratégias de Segurança Nacional de Clinton em 1994, 1997 e 1998, citadas na bibliografia.

Na prática, esta situação se revelará na dificuldade que temos em identificar e combater o terror, trabalhando suas fontes e motivações.

Porém, a despeito desta mistificação de que fala Halliday e da complexidade de se lidar com o conceito, o terrorismo do século XXI tem assumido, de fato, uma diferenciada esfera de atuação, motivação e ação, impulsionada pelas transformações das estruturas do sistema internacional geradas pela globalização. Hoje, como no passado, observamos uma profunda interação entre a dispersão e crescimento do terror em nível internacional e a ordem deste mesmo sistema internacional, somadas às dimensões domésticas de violência que eclodem. Segundo Cronin (Cronin, 2003), se antes observamos o questionamento dos impérios e poderes coloniais, no presente nos deparamos com o enfrentamento do mundo globalizado construído, liderado e disseminado pelos EUA.

Apesar de suas promessas de prosperidade, liberdade e igualdade, associadas à dinamização da economia, comércio e finanças, da velocidade, facilidade e amplitude das comunicações e política, a globalização tem produzido inúmeras contradições. Dentre estas, destacam-se o aprofundamento do *gap* entre ricos e pobres, da exclusão social, a pressão pela homogeneização do modelo ocidental, gerando um cenário de pouca sustentabilidade. Assim, parte central do movimento terrorista atual responde a estas crises sistêmicas, combatendo seus motores e efeitos, mantendo-se as demais dimensões trabalhadas por Halliday. De certa maneira, hipoteticamente, tais dimensões reforçam-se mutuamente, destacando-se um crescente ciclo de expansão da atividade política sustentada na violência e na busca da reafirmação de identidades e de direitos. (Ramonet, 1997)

Paradoxalmente, o combate ao sistema se dará por dentro, e a partir dos mecanismos e estruturas deste mesmo sistema, utilizando-se de seus canais para a expansão e desenrolar dos movimentos, ao mesmo tempo em que negará em seus princípios, valores e formas de organização. Tanto Cronin quanto Halliday destacam uma

interessante contradição a partir das análises do terrorismo atual, apontando que seu desenvolvimento indica a existência de duas tendências opostas: a aceleração e disseminação dos grupos terroristas organizados em torno da religião (o que Cronin chama de “era da jihad”) e a utilização e aperfeiçoamento de técnicas modernas para a aplicação deste terror. A questão da religião é utilizada como uma forma direta de negação do sistema vigente, construindo uma postura de destruição da ordem existente e uma regressão ao passado, mas implementada por mecanismo modernos. E, deve-se destacar, nem sempre existe a real proposta de um novo mundo, mas a simples negação daquilo que permanece e a criação do caos.

Simbolicamente, a Al-Qaeda seria um “tipo ideal” deste novo terrorismo com sua ideologia religiosa fundamentalista, mas com a utilização de meios de divulgação e arrecadação de fundos modernos. Cronin chega, inclusive, a comparar a Al-Qaeda a uma empresa multinacional. Dentre os meios usados por este novo terrorismo que indicariam esta semelhança podemos mencionar: o uso das tecnologias da informação para disseminação de idéias, recursos e financiamentos e a busca de tecnologias de destruição convencionais e modernas de ponta como a disseminação das ADMs. Ainda de acordo com Cronin, este quadro da modernização dos meios de violência seria notado pelo aumento do número de vítimas do terrorismo hoje, apesar da diminuição quantitativa dos ataques. Ou seja, o terrorismo, munido de uma maior e melhor capacidade de ataque, faria mais vítimas com menos incursões.

Para Halliday, porém, esta contradição entre religião fundamentalista e modernidade de ação é apenas aparente. Sem generalizar, alertando para a existência de diversos tipos de movimentos fundamentalistas, terroristas ou não, Halliday destaca a similitude entre alguns processos sustentados no fundamentalismo e no populismo. Nestes casos, na verdade, a ligação entre religião e modernidade dos movimentos fundamentalistas (sejam eles muçulmanos, judaicos ou cristãos) é bastante profunda, visando a conquista e manutenção do poder secular, ainda que não seja esta a percepção

do público e de parte dos analistas. A religião como motivo do terrorismo, assim como a manipulação já destacada deste terrorismo, são componentes desta busca de domínio político. Em um sistema político, social e econômico, no qual se propaga cada vez mais a diferença e a sensação de perda de lugar no mundo, a religião fornece um elemento de unidade e identidade essencial que é facilmente trabalhada ideologicamente. (Halliday, 1999)

E, se o terrorismo se utiliza destes meios e canais para seu exercício e crescimento, sua forma de combate deveria seguir pelas mesmas linhas: instrumentos transnacionais, repressão convencional policial (eventualmente o poder militar se necessário), inteligência, e, especialmente, o combate das raízes estruturais de sua eclosão encontradas no presente sistema internacional.

11/09/2001

Diante deste cenário, 11/09 apenas veio a confirmar tendências normais de contestação em um mundo em transição, no qual crises de diversa natureza, políticas, econômicas, sociais acumulavam-se sem resolução. Na ausência de respostas e transformação, a violência foi escolhida como resposta, atingindo o país hegemônico responsável pela disseminação e construção da ordem: os EUA. E, pela primeira vez em sua história, quebrando o mito de sua invulnerabilidade, os americanos foram atingidos em seu território continental, descobrindo uma fragilidade inédita, cujas implicações têm sido profundas para sua política interna e externa.

Internamente, os EUA depararam-se com uma realidade para qual seus cenários de guerra não o haviam preparado: um ataque organizado a partir de dentro por um grupo terrorista internacional, a Al-Qaeda liderada por Osama Bin Laden, inimigo declarado dos EUA, realizado contra alvos domésticos, que atingiram mais a moral do que o poder do país, e com instrumentos de ação, aviões de carreira de companhias americanas conhecidas (American e Uni-

ted Airlines), também domésticos. Até então, a despeito de diversos relatórios de comissões do Legislativo e do alerta de alguns estrategistas quanto à possibilidade de ataques com ADMs em grandes cidades americanas, a visão de ameaça sempre esteve voltada para fora (ataques com mísseis intercontinentais, invasão externa) e direcionada a Estados nacionais (a antiga União Soviética, as nações “bandidas” Iraque, Coréia do Norte).

Com isso, mesmo com os antecedentes de ataques prévios em solo americano, em 1993 o terrorismo internacional no mesmo WTC e em 1995 o terrorismo interno de grupos supremacistas brancos em Oklahoma, o país não previa ter de enfrentar uma nova crise similar. A surpresa e o despreparo do governo estiveram evidentes nas primeiras horas pós-11/09, da mesma forma que ainda se questiona a falta de reação das forças domésticas naquela oportunidade: será que não haveria tempo de deter o segundo avião em Nova Iorque? Igualmente, denúncias de que o FBI e a CIA teriam informações sobre os ataques, mas que não tinham sido capazes de interpretá-las também se mantêm, sendo abafadas pelo governo.

Posteriormente, a onda de ataques biológicos com antraz, com esporos sendo enviados pelo correio para prédios federais, clínicas de aborto e empresas de mídia somente reforçaram a sensação de medo, não tendo ainda sido apontados culpados por estes ataques (que, como as denúncias sobre os serviços de inteligência, foram abafados). Na verdade, pode-se questionar a própria atribuição dos atentados a Al-Qaeda, uma vez que as provas apresentadas são até hoje contestáveis, bastando-se lembrar dos vídeos de Bin Laden e da prisão e julgamento de suspeitos com base no sigilo. Considerando-se o antraz, o padrão dos ataques, os alvos e métodos escolhidos sugerem mais uma ação de cunho doméstico do que externo. Embora esta hipótese seja negada veementemente, persiste a incerteza e a dúvida sobre estes ataques, assim como sobre 11/09. Há algum tempo pode ser observada a ascensão de grupos fundamentalistas de extrema direita, brancos, cristãos e nacionalistas nos EUA em resposta ao governo e suas políticas ditas invasivas à

privacidade e liberais, havendo o surgimento de inúmeras comunidades paralelas ao Estado e altamente armadas.²

Em termos práticos, uma das primeiras medidas foi a criação de uma secretaria, depois transformada em Departamento de Segurança Interna, para lidar com ameaças domésticas que ficou a cargo de Tom Ridge (em 2002, Ridge também assumiu este Departamento). Esta entidade dedicou-se à reformulação do quadro de segurança interna, buscando coordenar esforços para a prevenção de novos ataques e elevar a percepção de proteção do público. Todavia, os ataques de antraz mencionados mantiveram a sensação de vulnerabilidade. Também contribui para o incremento desta sensação a divulgação de cenários de ataques possíveis: reservatórios de água, usinas nucleares, explosão de prédios, túneis e pontes. Mais adiante, criou-se um sistema de detecção de ameaças ao território americano baseado em um código de cores. Até o momento, nenhuma destas medidas foi capaz de restaurar a sensação de normalidade da vida americana o que, talvez, seja uma tarefa quase impossível.

Nesta linha, um texto que lida com a reformulação da segurança doméstica foi publicado pelo periódico *International Security* em sua edição logo posterior aos atentados³. De autoria de Ashton B. Carter (Carter, 2003), o artigo apresenta um projeto de reestruturação do governo americano e suas agências internas, visando o estabelecimento de uma nova arquitetura de segurança doméstica. Para isso, Carter sugere um esforço de reforma e criação de novos

² A execução de Timothy McVeigh, que assumiu sozinho este atentado, foi realizada poucos meses antes de Setembro de 2001.

³ A maioria das publicações dos EUA (*The National Interest, Foreign Affairs, Foreign Policy*) editou números especiais sobre o 11/09, concentrando análises nos aspectos externos dos atentados, seus impactos no sistema e na reformulação da política externa americana, mencionando a questão doméstica paralelamente. Na edição de *International Security* indicada, no 26, vol. 3, Winter 2001/2002, também podemos citar os trabalhos de Posen e Walt.

organismos domésticos, similar às ações empreendidas entre 1945/1947 a partir das quais o governo americano preparou o país para o engajamento internacional, fornecendo-lhe canais e mecanismos de atuação diplomática, de inteligência, políticos e econômicos. Definido como *Homeland Security Program*, este projeto envolveria no campo da atuação as seguintes atividades: investigação, prevenção, proteção, interdição, contenção, atribuição, análise e intervenção. E, com relação às agências, observaríamos uma ação coordenada dos Departamentos de Justiça e FBI, Defesa, Inteligência (CIA), Saúde, Fronteira, FEMA (Agência Federal de Emergências), Diversos, Governos estaduais e locais, setor privado e uma nova agência federal que coordenaria todas estas operações.

De uma forma geral, a estrutura do Departamento de Segurança Interna parece seguir as orientações propostas por Carter, mas existem ainda muitas dúvidas quanto a sua eficácia. Um dos grandes problemas apontados no projeto é a proposta de criação de novas agências de inteligência e policiais, o que levaria a uma sobreposição de funções, disputas a respeito de tarefas, jurisdição e autoridade entre as antigas e novas agências e um excesso de burocracia. A análise de Carter pressupõe a criação de uma agência coordenadora para os setores já existentes, evitando-se esta ampliação excessiva, alertando-se também para o risco que a emergência de um Estado policial traria para a democracia americana que estaria se tornando a principal vítima dos atentados. No caso, 11/09, as medidas de exceção, as novas leis anti-terror domésticas e projetos de aumento do aparato de vigilância do governo sobre a sociedade, têm levado a uma restrição do espaço individual e uma percepção maior de controle do Estado sobre seus cidadãos.

Como citado, a sensação de normalidade antes experimentada pela nação americana dificilmente voltará, destruído o mito da invulnerabilidade. Mais ainda, esta destruição é acompanhada por uma situação paradoxal: o país é a maior potência militar do planeta, mas em nada serviu-lhe o desenvolvimento deste aparato, mantendo-se o questionamento quanto a sua utilidade na hipótese de

crises similares. Com isso, existe uma certa tolerância da sociedade em aceitar estas medidas restritivas, reforçadas pelo perfil conservador do atual governo, fechando espaços de discussão e manifestação livre. Dada a centralidade do debate no terrorismo, tem passado despercebidos movimentos paralelos de fortalecimento destes conservadores, observando-se a ascensão da direita religiosa, a indicação de juízes de direita e tradicionalistas para as cortes de justiça, a revisão de direitos civis relacionados a mulheres e minorias (aborto, igualdade).

Tanto dentro quanto fora dos EUA aplica-se a premissa de Bush apresentada em vários discursos desde 2001, “Ou vocês estão com a América, ou estão contra nós.” De acordo com Thomas Carothers (Carothers, 2003), a democracia americana tem sido levada, em certa medida, a uma deslegitimação interna e externa uma vez que os meios que têm sido utilizados para expandi-la e protegê-la violam os preceitos de liberdade que pregam. Neste cenário, gera-se medo, apatia e uma constante pressão pela unanimidade e um nacionalismo desprovido de críticas e questionamentos (na recente campanha do Iraque, artistas e intelectuais que se manifestaram contra a guerra foram objeto de represália⁴. Esta restrição de liberdades, assim como o combate do terror, são apresentados pelo governo como necessários e essenciais no desenrolar da guerra “justa”⁵.

Aqui, claramente observamos a manipulação política que Halliday apontava como uma das dimensões mais profundas e preocupantes do terrorismo no século XXI e da expansão dos fundamentalismos de todos os tipos. O medo tem sido um grande aliado governamental de Bush, permitindo manter uma popularidade relativamente elevada (em torno de 55 a 70%), apesar de sua deficiente

⁴ Sobre este contexto interno, recomenda-se a leitura de John Le Carré (2003)

⁵ O conceito de guerra justa foi desenvolvido pelas correntes teóricas liberais e refere-se à legitimação de conflitos pela preservação da democracia.

política econômica (aumento do desemprego, déficit público, ausência de políticas para previdência e saúde) e escândalos corporativos, como a Enron. Tal situação foi percebida nas eleições de meio de mandato de 2002 quando os republicanos garantiram uma vitória sobre os democratas, ampliando sua vantagem legislativa de 2000. Atualmente, os republicanos detêm a maioria na Câmara com 227 a 203 cadeiras e, no Senado, 51 a 48, o que lhes permite a aprovação de medidas sem negociação. Além disso, os democratas tem se demonstrado ineficientes para oferecer uma alternativa aos republicanos neste campo de prevenção do medo.

Como colocam Allin, Gordon e O'Hanlon, "A estratégia democrata de conceder o campo de política externa ao presidente Bush e tentar desviar o debate da segurança nacional para escândalos corporativos, seguridade social ou remédios estava destinada a falhar (...) Os democratas não podem ter a esperança de querer fazer a diferença em questões econômicas e sociais (...) a segurança importa hoje (...) Se os democratas tem qualquer esperança de retornar ao poder em 2004 ou mesmo disputar competitivamente a eleição e manter o sistema bipartidário americano saudável e equilibrado na próxima década, eles tem quem que convencer o povo americano que são capazes de proteger os EUA do terrorismo e outras ameaças de segurança tanto quanto os republicanos". (Allin, Gordon e O'Hanlon, 2003: 1)

Diante deste cenário de vácuo de ação democrata, os republicanos também conseguem imprimir transformações significativas na política externa. No sistema internacional, a Casa Branca consolida um novo padrão de exercício da hegemonia defendido pela ala conservadora republicana remanescente da Guerra Fria, em especial do governo Reagan e de Nixon, destacando-se os nomes de Dick Cheney, Condoleeza Rice, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz⁶.

⁶ No campo acadêmico e na mídia Robert Kagan, William Kristol, William Safire são alguns dos nomes que podem ser mencionados. Kagan e Kristol editaram um livro sobre a agenda internacional americana, no qual podem ser percebidos os elementos da política de Bush: *Present dangers*

Hoje, Cheney é o vice-presidente, Rumsfeld encabeça o Departamento de Defesa (DOD), Wolfowitz é membro do alto escalão deste mesmo Departamento e Condoleeza Rice é a Assessora de Segurança Nacional. O terror e seu combate serviram como um elemento de legitimação de uma atitude unilateral e agressiva da parte dos EUA. Tal atitude vinha sendo desenvolvida no campo conservador pelos falcões republicanos e que, além das presidências mencionadas, estivera presente na presidência de Bush pai em 1989/1992.

Em 1992, tal corrente divulgou, através do DOD, um documento relacionado ao planejamento estratégico americano destacando como objetivos da hegemonia a preservação de sua liderança no sistema internacional, impedindo o surgimento de qualquer adversário regional, amigo ou inimigo, preservando a superioridade militar americana e seu controle sobre todos os fluxos econômicos, políticos, estratégicos e diplomáticos do cenário. Para garantir estes objetivos, sugeria-se uma política de engajamento intensivo e preventivo, demonstrando a supremacia. Na época, esta linha era minoritária dentro da Casa Branca e o staff de Bush, James Baker III, Lawrence Eagleburger, Collin Powell, e o próprio presidente, defendiam a ação multilateral (como na Guerra do Golfo em 1991), barrando a evolução destas tendências.

A derrota eleitoral de Bush para Clinton neste mesmo ano de 1992 e sua posterior reeleição em 1997, levaram à diminuição da margem de manobra desta corrente dentro e fora do governo. Entretanto, este afastamento do *mainstream* da formulação e implementação de política externa e estratégia não impediu que ela se mantivesse ativa em debates e discussões, criticando e pressionando os democratas durante todo o seu mandato em questões de segurança e política doméstica: relatórios sobre a ineficiência das Forças Armadas foram produzidos por correntes ligadas a Rumsfeld, responsável por textos a respeito do sistema de defesa antimísseis (TMD, o guerra nas estrelas de Reagan) e a vulnerabilidade

– *crisis and opportunity in America foreign and defense policy*. San Francisco, Encounter Books. 2000.

de da América. Episódios como o escândalo Lewinski e o *impeachment* de Clinton, discussões para limitações de direitos civis, reversão das políticas de escolha feminina com relação ao aborto, defesa do direito à posse de armas de fogo pessoais, cortes de impostos, são relacionados às pressões destes grupos⁷. Durante oito anos, este setor preparou o terreno para sua volta ao poder que ocorreu com Bush filho em 2001. Não podemos nos esquecer que 11/09 não somente legitimou essa atitude externa, como a presidência Bush, derrotada no voto popular por Gore e que garantiu a vitória no Colégio Eleitoral por uma decisão da Suprema Corte Federal⁸.

Portanto, a emergência da atual Doutrina Bush (NSS-NSC/2002⁹), apesar de atribuída aos atentados terroristas, foi apenas uma questão de tempo e oportunidade. Em 2000, na campanha eleitoral, temos a promessa de Bush de um internacionalismo diferenciado que recuperaria o vigor da hegemonia. Clinton, ao apostar excessivamente em organizações internacionais e regimes multilaterais, gerara fraqueza e perda de margem de manobra, permitindo um perigoso avanço dos adversários. Mais ainda, os democratas deixaram as Forças Armadas em situação de penúria pelos cortes no orçamento de defesa.

Diante deste cenário, os republicanos prometiam um investimento maior neste campo, como o TMD. Adicionalmente, defendiam a revisão de acordos como o Tratado ABM, a reforma e transparências organizações internacionais e a reestruturação das alianças com europeus e asiáticos que passaram a ser definidos

⁷ GOLUB, Philip. "United States: inventing demons". *Le Monde Diplomatique*, English Edition, March 2003

⁸ A política americana externa e interna atual pode ser acompanhada em diversos artigos de PECEQUILO, Cristina S. nos sites www.ilea.ufrgs.br/nerint e www.relnet.com.br entre 2000 e 2003.

⁹ *The National Security Strategy of the United States of America*. September 2002, *National Security Council and The White House*. www.whitehouse.gov/nsc

como competidores e não parceiros estratégicos, prometendo maior combate aos Estados bandidos, como o Iraque de Saddam Hussein. Assim, propunha-se uma alteração tática fundamental na formulação e execução de política externa, passando do padrão multilateral, de baixo perfil e de engajamento seletivo de Clinton para o unilateralismo agressivo de Bush (respectivamente também definidos como pombas e falcões).

Depois da posse, estas diretrizes se revelaram na prática na revisão dos relacionamentos com China, Rússia e Europa, percebendo-se um endurecimento nas posições americanas e a busca de uma posição de comando, o TMD, a expansão da OTAN ao leste e a rejeição do Tratado de Kyoto (além de incidentes, o avião espião na China e denúncias contra a Rússia). Em tal contexto, algumas análises sugeriram que 11/09 fora uma resposta a esta reversão de padrão de domínio uma vez que os EUA abandonaram seu papel de império benigno. Contudo, a amplitude dos atentados sugeriu uma organização prévia, podendo-se somente atribuir a Bush sua possível aceleração. Mesmo assim, 11/09 era uma resposta ao padrão de ordem existente e foi visto como um alerta para que os americanos reajustassem suas políticas de hegemonia.

Inicialmente, este ajuste foi possível. No Departamento de Estado, Collin Powell foi o responsável pelo encaminhamento dos padrões da guerra contra o terror montando uma coalizão global¹⁰ para o combate a este perigo transnacional, seguindo uma política mais próxima da linha democrata anterior que teve pouca duração. Também teve pouco impacto a colocação da guerra como uma ação de cunho multidimensional centrada não somente em instrumentos militares clássicos, mas em processos diplomáticos, políti-

¹⁰ Interesses, solidariedade e troca de favores foram alguns dos motivadores da formação da coalizão. Somente para mencionar alguns exemplos: China e Rússia desejavam liberdade para lidar com seus radicais terroristas, o Paquistão demonstrou apoio depois da garantia de ajuda financeira e a Grã-Bretanha manteve sua aliança tradicional, buscando fortalecer-se na Europa e retomar sua presença na Eurásia.

cos e econômicos dado o perfil dos atuais grupos terroristas, conforme destacamos na parte inicial do trabalho. A vertente Powell também considerava o problema conceitual que indicamos no começo do texto, o terrorismo como ator estatal ou não estatal, o Estado como ator terrorista, havendo a percepção da existência de um padrão assimétrico de guerra. Este padrão se revela não somente na existência de guerras entre tipos diferentes de inimigos, Estados e Forças Transnacionais, mas a disparidade de poder entre os EUA e qualquer inimigo no sistema, seja ele estatal ou não. Tal situação, levando à perda de influência de Powell, pode ser percebida com o desenrolar das operações militares no Afeganistão poucos meses depois do atentado em Novembro.

Denominada de Liberdade Duradoura, a operação caracterizou-se por uma campanha militar de tipo tradicional, na qual as tropas americanas e suas aliadas atacaram este país visando a derrubada do regime talibã e a instauração de um governo pró-ocidental na região. No caso, a operação se justificava pela destruição do santuário da Al-Qaeda, um Estado nacional, com efeitos sobre as operações do grupo terrorista (que também estava sendo combatido). Garantido o “sucesso” (Bin Laden continua desaparecido e a Al-Qaeda funcionando) desta primeira fase da guerra anti-terror no Afeganistão, os falcões demonstraram sua força e retomaram o domínio dos processos, desbancando Powell.

Em Janeiro de 2002, em seu *State of the Union*, Bush lançou o conceito do Eixo do Mal, identificando como maiores perigos aos americanos os Estados autoritários que desenvolviam projetos de hegemonia regional, armas de destruição em massa e promoviam o terrorismo internacional, colocando-os como inimigos a serem combatidos. Inicialmente, Irã, Iraque e Coréia do Norte foram mencionados, seguindo-se Líbia, Síria e Cuba (e o eixo latino com Cuba, Venezuela e Brasil como sugerido pelo *Washington Times*). Por fim, em Setembro 2002, esta visão foi consolidada e apresentada ao mundo e ao público americano na nova Estratégia de Segurança Nacional, a já mencionada Doutrina Bush.

A Doutrina Bush

A partir de 1945 com a ascensão da liderança dos EUA e o estabelecimento do engajamento internacional permanente do país, existe o lançamento periódico de Doutrinas de Segurança Nacional dentro das quais são definidos os parâmetros da hegemonia. Em 1993, seguindo-se atualizações em 1997 e 1998, Bill Clinton colocou como política dos EUA no pós-Guerra Fria a premissa do engajamento e expansão (E&E). Como prioridades do E&E foram estabelecidas a promoção das democracias e dos livres mercados a partir da manutenção de uma ordem internacional estável liderada pelos americanos, detendo ameaças transnacionais e tradicionais. Antes disso, durante a Guerra Fria outros documentos e diretrizes de teor semelhante foram divulgados colocando como objetivos, além desta expansão do modelo americano, a contenção do comunismo e da URSS. Durante todos estes anos, e passando por todas estas recomendações, os EUA sempre mantiveram uma postura de liderança sustentada em um discurso cooperativo e multilateral, abdicando, no campo militar, da capacidade do *first strike*.

Desde que assumiu sua posição hegemônica o comportamento dos EUA no sistema orientava-se segundo o padrão liberal e democrático e, estrategicamente, por uma postura de contenção e “defesa defensiva”, prevendo o uso da força unicamente como reação a ataques aos interesses americanos e à estabilidade do cenário. Embora o poder do império fosse, e continue sendo, um fato, observando-se uma crescente desproporção entre os recursos americanos e dos demais países do sistema, a hegemonia era tolerada, já que oferecia a estabilidade e, em certa medida, uma possibilidade de acomodação entre os EUA e as potências secundárias. Contudo, como mencionamos, os conservadores possuem uma visão diferenciada a respeito do que é, e de como pode ser exercida esta liderança, quebrando este padrão.

Elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional e pela Casa Branca, a Estratégia de 2002 é definida como a união dos valores e

dos interesses americanos, e transforma completamente a doutrina de segurança americana, passando-se da contenção à prevenção (*preemptive action*)¹¹. De acordo com a Estratégia, os EUA atravessam, no início do século XXI, o momento de maior poder de sua história e devem estar preparados para exercê-lo de forma construtiva e que preserve adequadamente os seus interesses nacionais e segurança a luz das novas ameaças nascentes no sistema internacional.

Tal sistema, apesar da inexistência de confrontações entre as grandes potências¹², hoje unidas por ideais e propósitos comuns de progresso, liberdade e democracia, em um equilíbrio de poder positivo, não é totalmente estável ou seguro pois forças transnacionais e Estados bandidos ainda enxergam a agressão como única forma de ação. Apesar de serem minoria, estes elementos anti-ordem ainda assim representam uma ameaça direta ao sistema, pois mesmo que sua fraqueza e ilegitimidade seja intrínseca, encontram-se a sua disposição meios tecnológicos avançados que lhes permitem agregar poderio suficiente para produzir efeitos nocivos. Com isso, fazem uso periodicamente da violência para desestabilizar as nações verdadeiramente comprometidas com a paz, oprimindo internamente suas populações para se sustentar. Para estes Estados e grupos, as ADMs são, de acordo com a NSS, armas de escolha que serão utilizadas friamente sem a avaliação de suas

¹¹ Embora a premissa de supremacia militar e o conceito de prevenção fossem utilizados no governo Clinton como podemos perceber no texto de Perry (Perry, 1996) sua aplicação era colocada através da contenção e dissuasão política, diplomática e militar.

¹² O documento alerta que Rússia e China ainda não estão totalmente integradas a este mundo, passando por um longo processo de transição que pode ter retrocessos. Menciona-se que apesar dos progressos chineses e sua entrada na OMC, que este país e os EUA experimentam profundos desentendimentos sobre as questões de direitos humanos e Taiwan. Sobre estes relacionamentos ver o Capítulo VIII da NSS “Desenvolver agendas para ação cooperativa com os outros principais centros de poder mundial”

consequências. Hoje, o terrorismo, é a principal ameaça de segurança.

Diante desta realidade, cabe aos EUA, dada sua elevada posição e liderança moral, trabalhar ao lado de seus aliados e, quando necessário, sozinhos, para impedir que estas ameaças se tornem reais. Igualmente, os EUA devem, em termos militares, manter uma superioridade incontestável e insuperável sobre seus inimigos e aliados. Ou seja, prevenir, diante de sinais inequívocos de agressão, que estes países adquiram capacidade de agir, ou ajam, em prejuízo das democracias. Assim, “Não podemos defender a América e nossos amigos esperando pelo melhor. Devemos estar preparados para derrotar os planos de nossos inimigos (...) A história julgará duramente aqueles que viram o perigo chegando e falharam em agir. No novo mundo em que entramos, o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação (...) Devemos estar preparados para deter Estados bandidos e seus clientes terroristas antes que se tornem aptos a nos ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os EUA e seus aliados e amigos” (NSS, p. 14)¹³

A Estratégia considera que não somente a batalha será militar, como também multidimensional e de longo prazo, consistindo-se em uma disputa ativa no campo dos valores e das idéias. Nesta dimensão, os EUA definem como essencial a colaboração multilateral com seus parceiros e organizações internacionais para promover políticas pró-ativas de engajamento e recuperação de sociedades não desenvolvidas ou instáveis (a África merece destaque). No caso, constam como prioridades da nova política americana iniciativas de construção de Estados, ajuda econômica, educacional, técnica e financeira direta e incremento do comércio sem barreiras. Os principais parceiros nesta tarefa são os novos e antigos aliados da OTAN, destacando-se a necessidade de reformulação contínua da aliança para adequar-se aos novos desafios do sistema.

¹³ Ver Capítulo V da NSS, “Impedir que nossos inimigos nos ameacem, a nossos aliados e nossos amigos com ADMs”

Adicionalmente, avaliam-se as parcerias com a Rússia, a China e a Índia. Embora elogiada como uma potencial aliada, sendo classificada da maior democracia do mundo, a Índia é fonte de preocupação devido a suas dificuldades internas e seu relacionamento turbulento com o Paquistão. Nas Américas, a prioridade são coalizões flexíveis com países chave no hemisfério, México, Brasil, Canadá e Chile, para a permitir a construção de um continente democrático e próspero. Todavia, chama-se a atenção para as crises regionais na Colômbia, relacionadas ao tráfico de drogas e à pobreza e miséria na região andina, existindo a possibilidade de intervenções regionais, além dos pacotes de ajuda já existentes. Outro caso particular examinado é o conflito Israel/Palestina. Por fim, destacam-se as dimensões da segurança interna dos EUA, também objeto de uma reorientação preventiva e de readequação à nova realidade pós-invulnerabilidade. Duplamente, existem investimentos crescentes em agências de prevenção interna, reformulando-se os instrumentos já existentes. É essencial a manutenção de uma sociedade próspera e coesa, construindo-se a segurança nacional “de dentro para fora” (dentro dos moldes que já abordamos) .

Embora o terrorismo de 11/09 seja definido como o motivador desta NSS, e isso apareça em seu texto, como discutimos, estas são visões que já prevaleciam no *establishment* americano e que puderam agora livremente se expressar. Trata-se de um projeto estratégico abrangente de exercício de hegemonia, calcado na lógica da dominação plena do sistema via força e poderio militar. Da mesma forma, devemos avaliar de forma crítica a primeira guerra preventiva e suas justificativas no caso da operação no Iraque. Segundo os EUA, esta operação foi realizada como uma etapa nova na guerra anti-terror¹⁴, consistindo-se na eliminação de um tradicional aliado das forças terroristas e um governo autoritário detentor de

¹⁴ Mais uma vez, os atentados terroristas foram funcionais ao interesse americano, servindo de motivação à guerra. Entretanto, Hussein era um inimigo conhecido dos EUA desde 1991 e sua derrubada já era planejada antes de 11/09.

ADMs e que oprimia sua população. Assim, a guerra seria, e foi realizada, visando a eliminação de Saddam Hussein como ameaça aos EUA e o mundo por seu em Estado terrorista que apóia terroristas, buscando a redemocratização do país.

Porém, tomando como base a NSS e a natureza concreta do interesse americano podemos definir que as motivações da guerra foram multidimensionais, envolvendo o reposicionamento das forças americanas no mundo e no Oriente Médio. Trata-se, ao lado da presença no Afeganistão, em ex-repúblicas da antiga URSS na Ásia Central, no avanço da OTAN ao leste, de uma extensão do poder dos EUA pela Eurásia. Segundo análises clássicas das relações internacionais, o domínio da Eurásia e de suas reservas estratégicas (minerais, petróleo) seriam suficientes para assegurar a uma nação o domínio permanente do sistema e a sua autonomia perante as demais. Os EUA desejam obter, em especial no Oriente Médio a partir do Iraque, uma independência energética e estratégica da Arábia Saudita e uma contenção do Irã. A atual projeção de poder local indica, no caso, que os EUA almejam assegurar esta zona de influência, avançando militar e politicamente. Soma-se, ainda, ao projeto americano, a “conversão” desta zona em padrões ocidentais, expandindo a influência de seu modelo político e econômico.

Ou seja, os objetivos da primeira guerra preventiva vão muito além do terror e da eliminação de um perigo “real e imediato”, abrangendo o reordenamento da ordem internacional. Contudo, esta justificativa serviu para que os EUA iniciassem a campanha militar em Março de 2003 sem contar com o aval das Nações Unidas e depois de graves desentendimentos com parceiros tradicionais nesta organização (com a disseminação do conflito para a OTAN) como França, Alemanha, somada a oposição da Rússia. Não cabe aqui retomar todo o processo que levou ao conflito, chamado de Operação Liberdade do Iraque, mas essencialmente ressaltar que esta foi, de fato, a primeira operação preventiva, conforme descrito pela NSS de 2002, consolidando a ideologia republicana conservadora.

A realização e o aparente sucesso desta guerra abriu o precedente para operações similares, reforçando a imagem de um sistema internacional no qual a “defesa ofensiva” à margem da diplomacia e da política é a melhor maneira de se proteger. Tal precedente pode ter como conseqüências gerais o definhamento das atuais estruturas de poder, das organizações e leis internacionais, levando a um retrocesso a ações sustentadas na força e na agressividade. Na prática, poderemos observar a elevação do nível de tensão mundial atualmente, com diversas nações fazendo uso do discurso americano para justificar a defesa de sua soberania por meio de guerras e programas de desenvolvimento de ADMs, citando-se a Coréia do Norte, Paquistão, Índia. Na Europa, as tensões levarão a uma reavaliação da OTAN e novas propostas de autonomia no campo de segurança, como a já apresentada por França, Bélgica e Alemanha de criação de uma força de segurança européia, possivelmente mantendo-se a polarização dos eixos anglo-americano e franco-germânico, com o apoio russo. Neste jogo, o Leste Europeu oscilará entre os EUA e a UE podendo se tornar uma peça fundamental de equilíbrio, devendo-se observar as relações políticas e econômicas de dependência que esta região terá com cada um dos lados do Atlântico. Ilustrando esta situação de distanciamento crescente entre Europa e EUA podemos citar a frase de Robert Kagan, “Já é hora de pararmos de fingir que europeus e americanos compartilham uma visão sobre o mundo ou mesmo que ocupam o mesmo mundo. Na questão central do poder- eficácia, moralidade e desejo de poder as perspectivas (...) estão se separando. A Europa está se distanciando do poder (...) ou, melhor dizendo, está se movendo além do poder, para um mundo de leis e regras, negociação transnacional e cooperação (...) Enquanto isso, os americanos continuam centrados na história, exercendo poder em mundo hobbesiano anárquico.” (KAGAN, 2002: s/p)¹⁵

¹⁵ Esta situação é sistêmica e incurável para Kagan e não representa um avanço europeu em direção a um novo paradigma, mas sim uma prova de fraqueza explícitas. Diante desta fraqueza e da crescente força americana

Enquanto isso, na Ásia, movimentos próprios seguem de reorganização, temendo-se o avanço americano, mas ao mesmo tempo com uma atitude de oposição mais comedida de Japão e China devido sua relação econômica e militar com os EUA e a sua dificuldade de se relacionar entre si. Américas e África parecem relegadas a um plano secundário, chamando a atenção somente quando se enquadram na guerra anti-terror, representando ameaças aos EUA. No Oriente Médio, o Iraque é colocado pelos americanos como o primeiro passo da reorganização completa da região, passando pela sua democratização e a eliminação de conflitos duradouros como entre Israel/Palestina, prevendo-se a criação do Estado palestino (sem Arafat) até 2005. Por fim, observamos o reforço de uma teoria, a da “próxima vítima”, sugerindo-se novos alvos para os americanos, começando pela Coréia do Norte, Síria, Líbia, Irã...

Assim, o que retoricamente se apresenta como uma guerra anti-terror abre seus efeitos e escopo para todo o sistema, demonstrando, como citado, um esforço americano diferenciado na construção da ordem mundial, sustentada em uma liderança agressiva. No início de seu segundo século de dominação, os EUA parecem, por meio desta escolha tática, contrariar suas tradições históricas¹⁶ de matizar força com valores e ideologia, deixando clara a face imperial de sua política e suas motivações de poder. Especificamente, observamos a instrumentalização do terror para apresentar e aplicar este unilateralismo e a agressividade republicana, passando do nível da retórica à prática, sinalizando uma nova era para a política americana e os rumos da transição

Segundo Bush, “A batalha do Iraque é uma vitória na guerra contra o terror que começou em 11 de Setembro de 2001 e que ain-

restaria aos europeus apenas conter os EUA, esquecendo-se do tempo em que os americanos valorizavam estas mesmas regras.

¹⁶ Para o estudo da história das relações internacionais americanas ver Pecequilo, Cristina S. *A política externa dos EUA: continuidade ou mudança?*, Ed. UFRGS, 2003

da continua (...) Nossa guerra contra o terror está prosseguindo de acordo com os princípios que deixei claro para todos (...) O uso da força foi, e permanece sendo, nosso último recurso. Entretanto, todos devem saber, amigos e inimigos, que nossa nação tem uma missão: responderemos a ameaças contra nossa segurança e defenderemos a paz (...) Os inimigos da liberdade não são passivos e nós também não. Nosso governo tomou medidas sem precedentes para a defesa doméstica e continuará a caçar os inimigos antes que eles possam atacar. A guerra contra o terrorismo ainda não acabou, porém ela não é interminável. Não sabemos o dia da vitória final, mas vimos a mudança da maré.” (Bush, 2003)

Considerações Finais

Analisando simultaneamente a questão do terror e dos EUA podemos perceber que 11/09 forneceu o elemento legitimador de um processo interno de mudança conservadora para os americanos. Mais do que uma guerra anti-terror, as ações revelam uma nova fase da hegemonia e o seu processo de construção de ordem, buscando controlar a transição de forma agressiva. Porém, isto de forma alguma barra o avanço do terror ou elimina as contradições que geram seu crescimento e expansão, havendo um descolamento entre meios e fins. O terror é parte da ordem que os EUA desejam continuar construindo e manter, mas não uma prioridade dentro deste equilíbrio que parece se estabelecer.

Juntas, as ações do terror e da nova hegemonia possuem um imenso potencial desestabilizador que aumentam a violência e a intolerância no sistema, aumentando suas fissuras e potencial de crise. Neste sistema, processos subjacentes de contestação permanecem, estatais e transnacionais, havendo o ensaio de coalizões anti-hegemônicas, questionando-se o futuro das leis e organizações internacionais e do próprio poder americano dentro e fora do país a partir da escolha deste caminho desgastante para seus recursos

morais, políticos e econômicos. Dentro da guerra do terror, os EUA travam, assim, diferentes guerras por todos os continentes pela imposição desta nova ordem que desejam para o século XXI. No longo prazo, ainda, os EUA parecem travar uma guerra contra sua própria história e tradição, negando a vitalidade de sua sociedade e idéias.

Referências Bibliográficas

- ALLINH, D, GORDON, P, O'HANLON, M. "The democratic party and foreign policy". *World Policy Journal*, 20(1), Spring 2003
- BUSH, George. State of the Union 2002
_____. Speech on board the USS Abraham Lincoln. May 1, 2003. Transcript, www.cnn.com
- CAROTHERS, Thomas. "Promoting democracy and fighting terror". *Foreign Affairs*, January/February 2003, 82(1). p. 84-97
- CARTER, Ashton. "The architecture of government in the face of terrorism". *International Security*, 26 (3), Winter 2001/2002. p. 5-23
- CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Bertrand Brasil, São Paulo, 5a ed., 2002
- CLEMONS, Steven. "US: all powerful but powerless". *Le Monde Diplomatique*, English Edition, October 2001.
- CRONIN, Audrey Kurth. Behind the curve. *International Security*, 27(3) Winter 2002/2003. p. 30-58
- GOLUB, Philip. "America's imperial longings". *Le Monde Diplomatique*, English Edition, July 2001.
_____. "United States: inventing demons". *Le Monde Diplomatique*, English Edition, March 2003
- GORCE, Paul-Marie. "The hawk doctrine". *Le Monde Diplomatique*, English Edition, September 2002.

- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Ed. da Universidade/UFGRS e FAPA, Porto Alegre, 1999
- _____. *Two hours that shook the world*. Saqi Books, London, 2002.
- HIRSH, Michael . “Bush and the world”. *Foreign Affairs*, September/October, 81(5).
p. 18-43
- IKENBERRY, G. John. America’s imperial ambition. *Foreign Affairs*, September/October, 81(5). P. 44-60
- KAGAN, Robert and KRISTOL, William (ed). *Present dangers-crisis and opportunity in America foreign and defense policy*. San Francisco, Encounter Books. 2000
- KAGAN, Robert. “Power and weakness”. *Policy Review*, June 2002
- KLARE, Michael. “United States: energy and strategy”. *Le Monde Diplomatique*, November 2002.
- LAQUEUR, Walter. “Postmodern terrorism”. *Foreign Affairs*, September/October 1996. p 24- 36
- LAZARE, Daniel. “The backward state of Texas”. *Le Monde Diplomatique*, English Edition, September 2000
- _____. “America’s patriot games”. *Le Monde Diplomatique*, English Edition, January 2002
- _____. “American caesar”. *Le Monde Diplomatique*, English Edition, August 2002
- LE CARRÉ, John. “Loucura histórica toma conta dos EUA”. FSP, 26/01/2003
- National Security Strategy for a New Century*, White House, NSC, 1994
- National Security Strategy for a New Century*, White House, NSC, 1997
- National Security Strategy for a New Century*, White House, NSC, 1998

- The National Security Strategy of the United States of America*. September 2002, National Security Council and The White House. www.whitehouse.gov/nsc
- NYE, Joseph S. *The paradox of American power*. New York. OUP, 2002.
- PECEQUILO, Cristina S. *A política externa dos EUA: continuidade ou mudança?*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 421p
- _____. *EUA: hegemonia e liderança na transição*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. 135p.
- _____. Artigos na internet. 2000/2003. www.relnet.com.br e www.ilea.ufrgs.br/nerint
- PERRY, William J. "Defense in an age of hope". *Foreign Affairs*, 75(6) November/December 1996. p. 64-79
- POSEN, Barry. "The struggle against terrorism". *International Security*, 26 (3), Winter 2001/2002. p. 39-55
- RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do caos*. Ed. Vozes, Petrópolis, 3a ed. 1997
- RICE, Condoleezza. "Promoting the national interest". *Foreign Affairs*, 79 (1), January/February, 2000. p. 45-62
- September 11th: One Year on. Special Edition. *The National Interest*, 69 Fall 2002.
- TALBOTT, Strobe e CHANDA, Nayan (org). *A era do terror*. Ed. Campus, RJ, 2002
- The Terror. Special Edition. *The National Interest*. 65-6. Thanksgiving 2001
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Dez anos que abalaram o século XX*. Ed. Leitura XXI, Porto Alegre, 2002, 2ª ed atualizada
- WALT, Stephen. "Beyond Bin Laden". *International Security*, 26 (3), Winter 2001/2002. p. 56-78.

A DOCTRINA BUSH E O TERRORISMO

*Eliézer Rizzo de Oliveira**

“Ainda que o terrorismo não seja novo, a atual ameaça do terrorismo é diferente em relação ao passado. A tecnologia moderna permite aos terroristas planejar e operar em todo o mundo, como jamais antes. Com telecomunicações avançadas, podem coordenar suas atividades com células dispersas, ao passo que se mantém nas sombras. Os terroristas de hoje aproveitam cada vez mais o efeito multiplicador da força ao estabelecer laços com outras entidades de critérios parecidos em todo o mundo. Agora, sim, são capazes de usar Armas de Destruição de Massa, têm o potencial de ampliar muitas vezes os efeitos de suas atividades. O novo ambiente mundial, com a interconexão resultante entre os terroristas, e as Armas de Destruição de Massa estão mudando a natureza do terrorismo. A efetividade de nossa estratégia depende, finalmente, do quanto resolvamos adequadamente estes aspectos-chave da ameaça terrorista”.

Presidente George W. Bush, “Estratégia Nacional para combater o Terrorismo”. 14.02.2003 ¹

* Professor do Departamento de Ciência Política do IFCH, pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp.

¹ ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. Programas de Informação Internacional. Encontrado em: <http://usinfo.state.gov/espanol/terror/03021401.htm> - 17.02.2003. Quando não houver indicação de tradutor(a), serei o responsável pela tradução para o português.

Eu estava ultimando a redação do livro “Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa”, que decorre de pesquisas que realizei nos últimos anos com o apoio do CNPq e da Fapesp e que será publicado em breve pela Editora Manole de São Paulo, quando ocorreu o debate sobre Terrorismo no IFCH. Acabei por inscrever no capítulo “Políticas de Defesa Nacional” (que contém um estudo comparado dos Estados Unidos, França, Espanha e Chile) conteúdos que agora fazem parte do presente ensaio. Neste texto, examino as relações mais nítidas da Doutrina Bush – isto é, a Estratégia de Defesa dos Estados Unidos em sua versão de setembro de 2002 – com o tema do terrorismo.

Portanto, tenho a agradecer à Editora Manole a concordância com este procedimento.

1. Introdução

Este ensaio busca analisar a visão estratégica sobre o terrorismo que prepondera nos Estados Unidos enquanto política governamental no governo George W. Bush. Em suma, o terrorismo internacional foi alçado à condição de inimigo a ser destruído numa guerra global e prolongada que implicará a utilização de diversos meios dos quais os Estados Unidos podem dispor: militares, diplomáticos, inteligência, ciência e tecnologia, etc. Em resposta aos atentados de dia 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos atualizam – no que ficou conhecida como Doutrina Bush – conceitos vigentes desde o governo Clinton, os quais podem ser resumidos da seguinte maneira quanto aos seus aspectos principais: (a) a Rússia não é inimiga estratégica; (b) a preocupação estratégica destaca as novas ameaças, dentre as quais o terrorismo internacional e os países que têm acesso às Armas de Destruição de Massa; figuram também o narcotráfico, o tráfico de seres humanos, o contrabando, a agressão ao meio ambiente e o desrespeito aos Direitos Humanos; (c) guerras assimétricas poderão ocorrer entre o mundo ocidental e

países que se enquadrem no item anterior. Com duas décadas de distância, o conflito argentino-britânico pelo controle das Ilhas Malvinas configura um exemplo de guerra assimétrica na qual, como o nome sugere, os contendores são dotados de capacidades muito distanciadas do ponto de vista tecnológico, bélico e militar.

A guerra que os Estados Unidos empreendem contra o Iraque desde março de 2003 enquadra-se, evidentemente, no modelo de guerra assimétrica. Mas a sua análise não consta deste ensaio, pois procuramos nos restringir aos dados disponíveis quando se realizou o seminário do IFCH no segundo semestre de 2002. Com a exceção de uma pequena referência que faço nas conclusões.

2. Breves considerações sobre o terrorismo

O terrorismo é um fenômeno político e militar empregado por forças (grupos, atores, exércitos) que buscam resistir a um poder mais forte com o propósito de desestabilizá-lo e destruí-lo. Esta é uma primeira visão aproximativa. Outra possibilidade diz respeito aos Estados, que também adotam este tipo de ação para combater grupos terroristas. Daí a alimentação recíproca entre os dois tipos de terrorismo: trata-se de ações como assassinatos, seqüestros, uso de bombas e outras, empregadas para estabelecer um poder (ou contestá-lo) mediante o terror.² Há mesmo situações em que não se sabe exatamente de onde partem ações terroristas. Na Itália dos anos 70, grupos de extrema-direita estimulados pelos serviços secretos americanos, grupos de extrema esquerda e setores estatais atuavam com idênticas características terroristas. Tiremos, portanto, a primeira conclusão: embora aparentemente simples, o tema do terrorismo é muito complexo e difícil.

² Acerca das relações entre terrorismo político e movimentos de libertação nacional; terrorismo de Estado; e terrorismo internacional, ver: BOBBIO, Norberto e outros (org.), *Dicionário de Política*. Tradução: Carmen C. Varrialle e outros. 6ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994 (verbete: “Terrorismo político”).

Há inúmeros exemplos de terrorismo do primeiro tipo, ou seja, de grupos que enfrentam forças muito mais poderosas. Nas guerras de libertação nacional dos anos do meio do século passado, assim como no Oriente Médio e na Ásia dos nossos dias, o terrorismo guerrilheiro agride Estados que, por sua vez, empregam contra tais inimigos a estrutura e a lógica do terrorismo estatal.³

Do ponto de vista da orientação política e ideológica, não existe monopólio nas práticas terroristas: grupos e governos que se localizam em diversos pontos do espectro direita-esquerda o têm adotado e o fazem ainda hoje. Os propósitos diferem, é certo, mas o método é praticamente o mesmo quando se trata de terrorismo. Tais exemplos muito simples apontam para o que classificamos como “terrorismo propriamente político”, que busca preservar, alterar e, enfim, condicionar o campo da política no qual se inscreve, tal como encontramos em Max Weber.⁴

É provável que a totalidade dos Estados organizados no século passado tenha, em seu processo de constituição, abrigado processos terroristas, especialmente diante de uma prévia situação colonial. E é também provável que tais Estados, enfrentando ações terroristas de grupos que os combatem nos seus territórios nacionais,

³ Sobre definições e motivações de terrorismo, veja-se: STERN, Jessica. *El terrorismo definitivo. Cuando lo impensable sucede*. Buenos Aires: Ediciones Granica, 2001. Um debate instigante sobre terrorismo, localizado na esquerda da política dos Estados Unidos, acha-se em: CHOMSKY, Noam. “A nova guerra contra o terror”. *Estudos Avançados*, Volume 16, Número 55, janeiro/abril 2002, 5-33. Finalmente, remeto ao interessante produto brasileiro: ROSENFELD Denis L. e MATTÉI, Jean-François (editores). *O Terror*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002 (Filosofia Política, Série III; nº 4).

⁴ Para os efeitos do nosso raciocínio, vale lembrar a singela definição weberiana: “Entenderemos por política apenas a direção do agrupamento político hoje denominado “Estado” ou a influência que se exerce em tal sentido”; ainda: “O instrumento decisivo da política é a violência”. WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução: Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. Prefácio: Manoel T. Berlinck. São Paulo: Editora Cultrix, s/d., pp. 55 e 114.

hajam em algum momento adotado o terrorismo de Estado. Exemplos contundentes são o terrorismo das forças militares francesas na colônia da Argélia (décadas de 1950 e 1960) e de Israel nos dias atuais. Quando o terrorismo estatal adota formas altamente sofisticadas de organização e técnicas de interrogatório que envolvem alto grau de sofrimento aplicado às pessoas detidas e desarmadas, tais Estados aproximam-se da natureza destruidora e terrorista do Estado nazista, que construiu uma das estruturas burocráticas mais especializadas de terror.⁵

Existe também o “terrorismo impropriamente político”, que, a exemplo do primeiro, inscreve-se no campo da política. Porém, os grupos que fazem uso dele não pretendem tomar o poder ou, ao contrário, preservá-lo. Este tipo de terrorismo é empregado para enfraquecer as instituições políticas, criar o pânico (decorrente do terror) suscetível de levar pessoas e grupos a romper a sua lealdade primeira e a obediência para com o Estado. As máfias atuam com este sentido, mesmo quando empregam o terrorismo para disputar mercados para seu comércio delinqüente.

O crime organizado e o narcotráfico empregam o terrorismo impropriamente político quando atacam organismos do governo, o Judiciário, Delegacias de Políticas, quartéis militares, viaturas e os policiais, juízes e promotores. Isto tem ocorrido no Rio de Janeiro, com a conseqüente paralisação de atividades comerciais, fechamento de escolas, queima de ônibus e assassinato de policiais. No momento, o Brasil conhece apenas este tipo de terrorismo, não se tendo notícia de manifestação de terrorismo propriamente político.

No plano internacional, grupos terroristas estabelecem alianças e cooperação em função de objetivos comuns, tal como fazem partidos políticos, universidades, sindicatos, igrejas e outras instituições, além dos governos. Recentemente, foram detectados sinais

⁵ A propósito, remeto ao estupendo livro de Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

de cooperação do IRA (Exército Revolução da Irlanda) com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

3. Os interesses estratégicos americanos do imediato pós-Guerra Fria, segundo Samuel P. Huntington

Os ataques terroristas contra alvos situados em Nova Iorque e Washington em 11 de setembro de 2001 impuseram o tema do terrorismo na pauta internacional. Em que pese a dimensão da tragédia que produziram, tais ataques não constituíram propriamente novidade, pois sedes diplomáticas, navios, quartéis, empresas e outros bens americanos vinham sendo constantemente atacados em diversas partes do mundo, com um número elevado de vítimas. A dramaticidade associada a 11 de setembro diz respeito à vulnerabilidade do território americano, que o americano médio considerava, talvez, inexpugnável. No entanto, em documentos oficiais esta possibilidade era considerada com uma frequência surpreendente. A verdade é que o World Trade Center, destruído naquele dia, já havia sido atacado anos atrás.

Nosso objetivo agora é analisar a Doutrina Bush, precedida por referências às grandes linhas da orientação estratégica norte-americana, com relação ao terrorismo. Começamos um tanto antes, valendo-se de um estudo que Samuel P. Huntington, importante cientista político, publicou nos primeiros tempos do pós-Guerra Fria. Em “A mudança nos interesses estratégicos americanos”, examinando a natureza da Guerra Fria e da ordem internacional que a sucedeu, o autor define as fases da inserção internacional dos Estados Unidos, fases de um processo que vai do isolamento à condição de única superpotência. A primeira fase (1780-1812) corresponde a uma “fase européia”, sendo os Estados Unidos um país com pouco tempo de independência em relação à Inglaterra. As principais potências são a Inglaterra e a França. Os Estados Unidos apareciam como uma potência européia, tendo que “adotar uma política de neutralidade, já que a de isolamento era impossível. (...) As maiores metas americanas durante esse período foram defender

a independência americana, a integridade territorial e o comércio do norte do Atlântico e no Mediterrâneo”.⁶

A segunda fase corresponde a *pax britannica* (1815-1898), quando o isolamento americano abrigou-se na força e na diplomacia da Inglaterra. Os Estados Unidos perseguiram os objetivos de expansão continental e desenvolvimento econômico. Na fase seguinte, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, o Japão e a Rússia constituíram os principais centros de competição pelo poder mundial (1898-1945). Os objetivos americanos, além da expansão continental, promoveram intervenções esporádicas para restabelecer o equilíbrio de poder na Europa e Ásia. A quarta fase abriga a Guerra Fria (1945-1990): os dois pólos de poder são os Estados Unidos e a União Soviética e os interesses americanos ligam-se em “evitar que a URSS atingisse a hegemonia total na Eurásia. A grande estratégia para alcançar esse propósito era a contenção; a estratégia militar era a dissuasão”.⁷ Segundo Huntington, a “Guerra Fria foi uma competição entre dois sistemas políticos-econômicos muito diferentes, em que, finalmente, um se provou mais eficiente do que o outro”.

O mundo do pós-guerra é simultaneamente unipolar e multipolar. E essa é uma tese importante Huntington: “O mundo emergente talvez seja mais bem descrito como um mundo unimultipolar”.⁸ Há três tipos de mudanças no sistema internacional: as mudanças “sistêmicas” (que diminuem a importância da variável militar em favor da variável econômica), as mudanças na “distribuição do poder” (das quais a mais importante é o esfacelamento do sistema soviético e o recuo de sua importância econômica no leste europeu) e as mudanças nas “relações entre os países”:

⁶ Samuel P. HUNTINGTON, *A mudança nos interesses estratégicos americanos*. Política Externa. Vol. I, nº 1, julho 1992. Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo [pp. 16-30]. Publicado originalmente na revista *Survival*. – p. 17.

⁷ Idem, idem, p. 18.

⁸ Idem, idem, p. 19.

“As relações das principais potências podem convergir para uma combinação intermediária de elementos de cooperação e de competição. A Guerra Fria, com letra maiúscula, pode ser substituída por uma variedade de guerras frias menores, com letra minúscula, entre as principais potências. Os Estados Unidos e o Japão podem manter-se como aliados militares, mas provavelmente serão fortes competidores econômicos. (...) é possível que o mundo emergente não tenha a transparência e a estabilidade da Guerra Fria, e que seja mais parecido com um mundo da selva, com múltiplos perigos...”⁹

A partir destes pressupostos, Huntington identifica três interesses estratégicos americanos. O primeiro é o enfrentamento do desafio econômico japonês, de modo a preservar a posição dos Estados Unidos como primeira potência global. A avaliação de Huntington está marcada pela situação econômica americana nos primeiros anos da década de 90, posteriormente revertida em favor dos Estados Unidos. Assim, o grande desafio dos Estados Unidos naquele imediato pós-guerra fria teria sido a competição econômica com o Japão, na qual teriam muito a perder. Além da ameaça de perda de empregos e lucros para a economia japonesa e da concorrência pela influência no plano mundial (maior influência japonesa e menor influência americana) – “hoje em dia, o Japão está usando seu dinheiro para conquistar essa adesão” – um grande problema se localiza na defesa nacional. Em outras palavras, a Defesa americana poderia ser prejudicada na proporção em que “os Estados Unidos se tornam dependentes da tecnologia japonesa para a construção de suas armas sofisticadas”. Tal percepção do “perigo japonês”, que não é exclusivamente econômica, associa-se à percepção dos Estados Unidos acerca de suas próprias deficiências (fraquezas estruturais): déficit orçamentário e na balança comercial; baixa poupança e investimento; gastos insuficientes e inadequados em

⁹ Idem, idem, p. 20.

pesquisa e desenvolvimento, especialmente na área privada; deficiência na educação, juventude e treinamento da mão de obra.¹⁰

O segundo interesse estratégico americano seria a manutenção do equilíbrio de poder eurasiático, considerando que a Rússia (sucessora da União Soviética) é a única grande potência estratégica face aos Estados Unidos. No entanto, configura-se uma situação multipolar com a emergência da União Européia e do pólo asiático de poder (Japão, China, Comunidade dos Estados Independentes): “A União Soviética ou seu Estado sucessor poderia achar razões geopolíticas instigadoras para uma outra intervenção nos assuntos da Europa Oriental, tal como os Estados Unidos, freqüentemente, encontram uma razão para intervir na América Central e no Caribe”.¹¹

No pós-Guerra Fria, não se trata mais da estratégia de dissuasão contra uma ameaça global, mas de “preservar um equilíbrio e evitar o surgimento de novas ameaças. Perseguir o equilíbrio em vez da contenção requer uma ênfase menor na força militar e uma ênfase maior nos meios diplomáticos, econômicos e institucionais”. Este objetivo global implica os seguintes interesses específicos: (a) evitar a total desagregação da União Soviética e influenciar na emergência de um Estado democrático e capitalista; (b) através da OTAN, evitar a ingerência militar soviética ou russa na Eurásia; (c) também através da OTAN e da parceria privilegiada com a Inglaterra, evitar o aumento excessivo do poder econômico e militar da Alemanha; (d) incentivar a estabilidade da Europa central e oriental; (e) condicionar a evolução da Comunidade Econômica Européia, evitando que ela organize uma política comum de relações externas e de defesa; (f) através de aliança militar com o Japão, restringir a expansão estratégica deste país na Ásia, incentivando a reunificação coreana e apoiando os países em desenvolvimento da região; (g) evitar ou limitar a expansão chinesa.¹²

¹⁰ Idem, idem, pp. 23-24.

¹¹ Idem, idem, p. 25.

¹² Idem, idem, pp. 26-27.

O terceiro interesse estratégico seria a proteção dos interesses dos Estados Unidos no terceiro mundo, concentrando-se a atenção no México, América Central, Caribe, faixa norte da América do Sul, Golfo Pérsico, Oriente Médio, Coréia do Sul e Filipinas.¹³

4. As Estratégias de Defesa dos Estados Unidos e o terrorismo

Veremos que este quadro estratégico vigorou até setembro de 2001, quando a ameaça global passa a ser plenamente identificada com o terrorismo, como ainda não fora. O exame de documentos do governo dos Estados Unidos nos permite constatar que a defesa do território tem um valor absolutamente central, que se expressa nos conceitos de integridade territorial e soberania: aí se encontra o primeiro dos Interesses Nacionais americanos. Para defender a soberania e o território – interesses vitais em razão de sua preeminência – os Estados Unidos irão à guerra com o fundamento do direito de preservação do Estado. E o farão unilateralmente, se for o caso. Este propósito não foi diminuído em decorrência dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001; ao contrário, os Estados Unidos preservaram a decisão política para aplicar a sua incomparável capacidade militar para defender seus interesses nacionais, considerando que o seu território havia sido violando por aqueles atentados. Este é o único país em condições de realizar e vencer mais de uma guerra longe de suas fronteiras, sejam de alta, média ou baixa intensidade ou, ainda, ameaças assimétricas, que é o caso do terrorismo.

O acadêmico americano Michael Klare o enunciou em 1997 com destacada clareza:

“O concorrente não existe ainda, mas a eventualidade de sua emergência começa a modificar as perspectivas estratégicas dos Estados Unidos. Em Washington, a política militar não mudou. A prioridade continua sendo a manutenção de uma força militar suficiente para realizar e vencer simultaneamente dois

¹³ Idem, idem, pp. 27-28.

“conflitos regionais maiores”. O Pentágono pensa que um destes conflitos poderia ocorrer no Golfo Pérsico (contra o Irã ou o Iraque) e o outro na Ásia (contra a Coréia do Norte). Mais recentemente, os estrategistas americanos debruçaram-se sobre cenários muito diferentes: um conflito com Moscou pelos recursos do Mar Cáspio, uma guerra contra Pequim para garantir a liberdade de navegação no Mar da China”.¹⁴

Segundo o documento “Report of Quadriennial Defense Review” (1997),¹⁵ firmado por William S. Cohen, Secretário de Defesa, o emprego dos recursos militares – condicionado pelos recursos financeiros limitados – seria dirigido para os propósitos mais elevados, tais como derrotar uma ameaça de violência voltada contra os Estados Unidos ou contra os seus interesses. Se forem vitais os interesses a defender – a sobrevivência e a segurança dos Estados Unidos – este país fará tudo que se lhe configurar necessário, incluindo o emprego unilateral de seu poderio militar. É importante esta referência ao unilateralismo, pois, no exercício de sua hegemonia no pós-II Guerra Mundial, os Estados Unidos construíram diversas alianças que implicam a defesa coletiva, a reação dos aliados a uma agressão que qualquer um deles tenha sofrido.

Assim, os interesses nacionais vitais são os seguintes:¹⁶

¹⁴ KLARE, Michael. “La nouvelle stratégie militaire des États Unis”. *Le Monde Diplomatique*, nov. 1997, pp. 4-5 (<http://www.monde-diplomatique.fr/1997/11/KLARE/9478.html> - 25.09.99)

¹⁵ <http://www.defenselink.mil/pubs/qdr/sec3.html>

¹⁶ “combater e suprimir o terrorismo catastrófico merece a mesma prioridade que se deu à contenção da potência soviética durante a Guerra Fria. (...) Segundo a minha convicção, numa democracia, o interesse nacional é simplesmente aquilo que os cidadãos definem como tal após a devida deliberação. É mais amplo que os interesses estratégicos vitais, embora estes sejam decisivos. Pode incluir itens como os direitos humanos e a democracia, particularmente se o público norte-americano sentir que esses valores são importantes para a nossa identidade ou noção de quem somos e se dispuser a pagar o preço de promovê-los. Os valores são simplesmente um interesse nacional intangível”. Joseph S. NYE JR. *O paradoxo do poder americano*. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo:

- “proteção da soberania, do território e da população dos Estados Unidos, prevenindo e derrotando ameaças ao território americano, incluindo ataques com armas de destruição massiva (nucleares, biológicas e químicas) e terrorismo;
- prevenção da emergência de uma coalizão ou hegemonia regional de caráter hostil aos Estados Unidos;
- a garantia da liberdade dos mares e a segurança das linhas marítimas de comunicação, linhas aéreas e o espaço;
- a garantia de acesso ilimitado a mercados essenciais, suprimento de energia e de recursos estratégicos;
- dissuadindo e, se necessário, derrotando uma agressão contra aliados dos Estados Unidos”.

Encontrando-se as forças militares americanas em todo o globo (forças permanentemente estacionadas no exterior; forças empregadas em treinamentos; programas de Educação e Treinamento Militar e cooperação internacional sobre armamentos), os Estados Unidos procuram garantir um nível desejável de estabilidade internacional com o concurso de meios diplomáticos, econômicos e militares. Além de almejar a estabilidade regional em diversas partes do mundo, a Estratégia de Defesa aplica uma série de medidas preventivas, que incluem:

- a redução ou a eliminação de armas nucleares, químicas e bacteriológicas (acordos com a Coréia do Norte, Rússia, Ucrânia e Kazaquistão);
- estímulo à adesão de países ao Tratado de Não-proliferação Nuclear e ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis;
- prevenção de terrorismo futuro e redução da vulnerabilidade americano quanto aos atos terroristas;
- redução do ingresso de drogas ilegais nos Estados Unidos, etc.

Os Estados Unidos dispõem-se a empregar a configuração mais adequada de sua força militar em todos os contextos regionais e internacionais, sejam forças convencionais ou nucleares, para impedir que um país atue contra os interesses vitais americanos. Embo-

Editora UNESP, 2002, pp. 227-228.

ra com capacidade de atuar unilateralmente, os Estados Unidos preferem fazê-lo com aliados, “in coalition or alliance with other nations, rather than alone”.¹⁷

Não deixará de existir uma tensão entre o unilateralismo (agir por conta própria) ou o multilateralismo (atuar em aliança) na Defesa Nacional americana, cuja linha estratégica é inigualável no pós-guerra fria:

“para derrotar uma agressão, prevenir uma coerção contra governos aliados ou amigos, e derrotar uma agressão quando ocorrer, precisamos preparar as forças militares para confrontar esta escala de ameaças localizadas no exterior, em acordo com aliados e amigos, mas também unilateralmente se necessário”.

Há clareza sobre os fatores de poder que operam no presente, mas o futuro é considerado incerto. Ainda assim, a incerteza quanto ao futuro não impede o planejamento do desenvolvimento da Defesa Nacional americana, com base nos conceitos centrais de “modernização” e “atualização tecnológica permanente” nas Forças Armadas, de modo a preservar a superioridade militar em todo o tempo e em qualquer circunstância; o desenvolvimento da “Revolution in Military Affairs” e a “Revolution in Business Affairs”, de modo a aplicar uma reengenharia na infra-estrutura da Secretaria de Defesa, condição para a realização do conceito anterior.

Devemos destacar três fatores centrais das concepções de Defesa dos Estados Unidos enquanto poder hegemônico da ordem mundial do pós-guerra fria. Em primeiro lugar, a afirmação da sua superioridade estratégica e militar no presente e no futuro; a seguir, a definição de cenários hipotéticos de emprego militar, seja para preservar a estabilidade regional em partes específicas do mundo,

¹⁷ “Os americanos têm o direito de tomar represálias sem o apoio internacional, é claro, mas seriam mal aconselhados de ir sozinhos. (...) A realidade é que os Estados Unidos estão em guerra, e o inimigo tem de ser morto ou capturado. Os Estados que abrigam o terrorismo devem ser forçados a encerrar seu apoio”. Sunday Times, UK, “This is a word war”.

seja – num cenário-limite – para empreender duas guerras ao mesmo tempo e em condições de vencê-las; finalmente, o futuro é incerto, inclusive em razão dos “conflitos assimétricos” dos quais o terrorismo é a forma mais dramática. Vale lembrar que estas definições foram retiradas da orientação estratégica do governo Bill Clinton, que divulgou, em janeiro de 2000, o importante documento “A National Security Strategy for a New Century”, datado de dezembro de 1999. A ocasião era oportuna em razão do simbolismo do “novo século”. O tom triunfante da vitória estratégica contra o mundo comunista informa todo o texto, de modo a destacar o sentido da hegemonia norte-americana. Os Estados Unidos se encontram no ponto mais elevado de sua prosperidade e poder, mas há eventos, por todo o mundo, que podem afetar sua segurança e prosperidade:

“Os americanos se beneficiam quando nações participam da dissuasão contra agressões e o terrorismo, da solução de conflitos, da prevenção ao uso de armas perigosas, para promover a democracia e os direitos humanos. para abrir mercados e gerar a estabilidade financeira, para proteger o meio ambiente – enfim, para enfrentar desafios que nenhuma nação pode encarar sozinha. Os Estados Unidos continuam sendo a mais poderosa força mundial para a paz, prosperidade e os valores universais da democracia e da liberdade”.¹⁸

Embora os objetivos nacionais norte-americanos tendam a uma duração considerável, em razão da sua conexão com a permanência do Estado, sua tradução em conjunturas internacionais é muito dinâmica. No governo Clinton, a dominação americana no plano mundial encontrava-se fundada em prioridades estratégicas, a saber: (a) promoção da paz e segurança em regiões-chave do mundo; (b) cria-

¹⁸ THE WITHE HOUSE, A National Security Strategy for a New Century. http://www.google.com.br/search?q=cache:uZ5FIXKaQG0C:www.infosec.com/internet/00/internet_013100b_j.shtml+%22a+national+security+strategy+for+a+new+century%22&hl=pt&ie=UTF-8 – janeiro 2001.

ção de mais postos de trabalho e oportunidade para os americanos, em decorrência de um sistema econômico internacional mais aberto, que também beneficie outros países; (c) incremento da cooperação em matéria de segurança, de modo a ampliar o nível de segurança dos Estados Unidos; (d) ampliação dos regimes de controle e de não-proliferação nuclear; (e) “proteção do meio-ambiente e da saúde dos nossos cidadãos”; (f) apoio à democratização de diversos países e à constituição de mercados abertos. Em resumo, a hegemonia americana repousa nos valores da democracia, no mercado aberto e na segurança interna e externa dos Estados Unidos.¹⁹ Todos estes pontos se aplicam a diversos países e situações, mas, especialmente, aos países que haviam sido membros do bloco soviético. Os Estados Unidos operam para que estes países construam sistemas democráticos de base liberal com a base econômica capitalista, e que eles venham a fazer parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte.²⁰

¹⁹ Como se verá adiante, a Política de Defesa da Espanha traduz e incorpora estes conceitos na expressão “exportar a democracia, a paz e a estabilidade”.

²⁰ Nos dias 21 e 22 de novembro, reuniram-se em Praga os chefes de Estado e de governo dos países-membros da OTAN naquela que foi chamada “Cúpula da Transformação”. Sua decisão política mais importante foi o convite dirigido a sete países, ex-membros do bloco socialista – Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia – que serão membros da OTAN a partir de 2004. No plano estratégico, foram tomadas quatro medidas em face de “novas ameaças graves e desafios graves para a segurança no século 21”. São elas: (a) Força de reação da OTAN, que empregará tecnologia de ponta em condições de deslocamento rápido e de inter-operacionalidade, “apta a sustentar operações prolongadas e que comportará elementos terrestres, marítimos e aéreos prontos a se transportar rapidamente onde seja necessário”; (b) Racionalização do comando militar: reestruturação do comando militar, visando tornar-se mais ágil e eficaz nas respostas às necessidades operacionais. Haverá dois comandos estratégicos: o Comando Operações (Europa) e o Comando Transformação (Estados Unidos); (c) Compromisso de Capacitação de Praga: os aliados se engajam na melhoria de suas capacidades para as operações militares modernas (meios de transportes aéreos e marítimos e observação ar-terra); (d) Defesa contra novas ameaças: acordo sobre um

Ainda no governo Clinton, o documento “A National Security Strategy for a New Century 2000” estabelece as três categorias de Interesses Nacionais e esclarece a tendência predominante da estratégia americana, ou seja, a luta (e a guerra) contra o terrorismo. Os interesses vitais são aqueles de extrema importância para a sobrevivência dos Estados Unidos, tais como a segurança física do território (e dos aliados também), a segurança dos cidadãos americanos, o bem-estar da sociedade americana e a proteção das estruturas críticas (energia, sistema bancário e financeiro, telecomunicações, transportes, serviços de águas, etc.) contra ataques capazes de paralisá-las. Os Estados Unidos empregarão a força militar unilateralmente, e no nível necessário, para defender os interesses vitais. A segunda categoria comporta importantes interesses nacionais, os quais, no entanto, não colocam em questão a sobrevivência dos Estados Unidos: incluem-se nesta categoria a proteção do ambiente global contra a destruição da natureza, as crises políticas e econômicas que provocam ondas de refugiados, etc. As respostas poderão ocorrer através das estruturas de defesa coletiva, tais como a OTAN. São humanitários os interesses nacionais incluídos na terceira categoria: assim são as ações voltadas aos efeitos dos desastres naturais, contra a violação dos direitos humanos, o apoio aos processos de democratização e ao controle civil sobre os militares. Em outras palavras, os regimes democráticos ajudam a criar, na comunidade internacional, um ambiente mais hospitaleiro e acolhedor aos valores e interesses americanos.

As relações do terrorismo com o Islã são muito complexas, assim como foram com o sionismo no processo de criação do Estado de Israel. De um lado, o Islamismo mostrou-se historicamente uma das religiões mais tolerantes, ao passo que o Cristianismo – nas fases de expansão missionária – foi largamente impositivo; em tempos mais recentes, construiu regimes de discriminação racial nos Esta-

conceito militar de defesa contra o terrorismo, defesa anti-missil, contra o info-terrorismo e armas nucleares, biológicas e químicas. “L’OTAN transformée: de nouveaux membres, de nouvelles capacités e de nouveaux partenariats” – <http://www.nato.int/home-fr.htm> – acesso em 01.12.2002.

dos Unidos e na África do Sul.²¹ De outro lado, a exemplo de movimentos religiosos fundamentalistas que atuam no interior do Cristianismo e do Judaísmo, lideranças fundamentalistas mobilizam camadas sociais islâmicas na luta contra a presença ocidental no Oriente Médio, em particular contra os interesses americanos e israelenses.²²

Ora, os governos americanos recentes têm buscado o improvável, senão inatingível, que é a dissociação entre a religião islâmica e o terrorismo. Enquanto combatem o terrorismo em suas diversas formas e locais de ocorrência, os Estados Unidos afirmam que esta luta não é dirigida contra a fé islâmica nem contra as sociedades islâmicas. Ocorre, então, que a necessidade de distinguir terrorismo e fé islâmica tornou-se ainda mais imperativa após os atentados terroristas em 11 de setembro de 2001. No entanto, a ação norte-americana é sempre considerada como contrária ao Islam, no mínimo em razão da aliança estratégica estreitíssima dos Estados Unidos com Israel.

Lembre-se que o presidente George W. Bush retomou a estratégia de defesa espacial (Guerra nas Estrelas), que perdeu um tanto de prioridade para o combate ao terrorismo em decorrência do 11 de setembro. A reação dos Estados Unidos aos atentados ocorridos neste dia se traduz num estado permanente de guerra não contra um país específico, mas contra o terrorismo onde quer que se manifeste. Em consequência, as organizações terroristas, além dos movimentos políticos e os Estados que as apóiam passaram a constituir a ameaça primeira aos interesses americanos. De fato, outras

²¹ Acerca das conexões teológicas entre diversas religiões, a partir de um enfoque cultural cristão, o teólogo luterano Paul TILLICH escreveu o livro *Le Christianisme et les Religions*. Trad. F. Chapey. Ed. Aubier, 1968. Este estudo tem a ver apenas indiretamente com o tema central do nosso estudo, mas contribui acentuadamente para a compreensão dos fatores que aproximam ou distanciam as principais religiões do mundo.

²² Veja-se o estudo muito esclarecedor de Gilles KEPPEL. *A revanche de Deus: cristão, judeus e mulçumanos na reconquista do mundo*. Tradução de J. E. Smith Caldas. São Paulo: Siciliano, 1991, 244 p.

ameaças de caráter transnacional são o tráfico de drogas ilícitas, tráfico de armas, migração incontrolada de refugiados, tráfico de pessoas (em especial, crianças e mulheres), proliferação de armas de destruição em massa e crime organizado. Portanto, a orientação estratégica dos Estados Unidos foi substantivamente modificada em decorrência do 11 de setembro: até então, tratava-se de uma luta contra o terrorismo, de modo a reduzir as suas atividades e a diminuir o apoio que alguns Estados lhes ofereciam; agora, a guerra contra o terrorismo configura uma nova estratégia global, sem que os demais objetivos tenham sido abandonados. Se antes o terrorismo era visto como um fenômeno de larga duração, agora se trata de atacá-lo no Afeganistão, onde se abrigou o Talibã, e de destruir a estrutura militar do Iraque, acusado de apoiar organizações terroristas e de manter armas de destruição de massa.

Esta visão acerca da escala do terrorismo aparece no documento “Patterns of Global Terrorism 1999”, firmado pelo embaixador Michael A. Sheehan, Coordenador para Contraterrorismo do Departamento de Estado, do qual destacamos alguns pontos:

- (a) da parte do governo americano, o emprego de todos os meios (diplomáticos, inteligência e força militar) para combater o terrorismo e eliminar movimentos, organizações e santuários (locais de refúgio e proteção). Esta política implica não fazer concessão aos terroristas, mas em conduzi-los à Justiça e isolar os Estados que apóiam de algum modo os movimentos terroristas. Enfim, trata-se da tolerância zero com o terrorismo – “zero tolerance for terrorism”;
- (b) 9.255 atos terroristas foram cometidos entre 1980 e 1999, com a média anual de 462 casos, que provocaram 17.710 mortes;
- (c) a ameaça do terrorismo permanecerá por um futuro imprevisível.²³

Quatro meses antes dos atentados de setembro de 2001, dependo na Sub-Comissão do Senado encarregada de examinar os trabalhos

²³ Obtido em setembro de 2001 no endereço eletrônico: <http://www.state.gov/www/global/terrorism/1999report/1999index.html>

de cerca de quarenta órgãos federais contra o terrorismo, o Secretário de Estado Collin Powell teceu comentários sobre as ações do governo americano a este respeito. Sua exposição esclarece que:

- enquanto representantes do Presidente, os embaixadores “constituem nossa primeira linha de defesa contra o terrorismo”, apelando aos governos estrangeiros que dêem seu apoio os Estados Unidos a fim de isolar – “por meio de pressões políticas e econômicas” – os países que apóiam o terrorismo. Trata-se de gerar um ambiente internacional “que não tolera o terrorismo”;
- o Departamento de Estado colabora ativamente com o Grupo Interministerial de luta contra o terrorismo, e desenvolve os seguintes programas:
 - Programa de Interdição de Terroristas, em apoio aos países que proíbem terroristas de entrar seus territórios;
 - Programa de Ajuda Anti-terroristas, que promove a formação de agentes de países estrangeiros “em técnicas modernas da luta contra o terrorismo”;
 - Grupo de Trabalho de Apoio Técnico: entre outros objetivos, visa interditar aos terroristas o acesso a recursos financeiros e a desmantelar empresas de fachadas associadas ao terrorismo.

Segundo Powell, em seguida a um eventual atentado terrorista contra bens americanos fora dos Estados Unidos, o Departamento de Estado (e a equipe interministerial) se ocupará das pessoas atingidas, e colaborará com as autoridades no plano judicial. Os Estados Unidos se preparavam também para o caso de sofrerem um atentado em seu território com armas de destruição de massa. Finalmente, a ação de governos estrangeiros é essencial no combate ao terrorismo; graças a esta cooperação, treze terroristas foram julgados nos Estados Unidos a partir de 1993.²⁴

²⁴ Depoimento do Secretário de Estado Collin Powell na Sub-Comissão do Senado em 08.05.2001. “Les États Unis cherchent à créer un milieu qui ne tolère pas le terrorisme”. Documento de divulgação do Departamento de Estado – “Dossiers Afrique-Sécurité”, 10.05.2001 - <http://usinfo.state.gov/regional/af/security/french/f1050903.htm>, acesso em

De fato, estavam dadas algumas condições para a elevação do terrorismo ao topo da estratégia de defesa americana. O 11 de setembro serviu para atualizá-la. É o que faz o presidente George W. Bush ao divulgar, em setembro de 2002, o documento “The National Security Strategy of the United States of América”,²⁵ que passou a ser conhecido como Doutrina Bush. Então, examinemos alguns de seus conceitos mais relevantes, apontando, de início, que eles dizem respeito à estrutura do poder mundial sob a ótica do império americano (os Estados Unidos à frente e acima de todos os Estados, vindo a seguir as potências européias e asiáticas e, por fim e bem abaixo, todos os demais países); o objetivo de imposição de um modelo único a todos os países, formado pela dupla conceitual democracia liberal / mercado livre aos produtos americanos (a recíproca somente poderá ser verdadeira se não prejudicar os interesses de setores econômicos dos Estados Unidos); a guerra global contra o terrorismo não se dirige a Estados determinados, mas contra organizações e redes terroristas: não há uma duração determinada “a priori” para esta guerra; não existe diferença significativa entre terrorismo e apoio ao terrorismo; os Estados Unidos estão decididos a atuar só e preventivamente, desde que algum Estado (em qualquer parte do mundo) venha a constituir ameaça contra a segurança americana. Em consequência, a ONU e a OTAN desempenham um papel secundário diante desta estratégia.²⁶ Além

15.09.2001.

²⁵ THE WHITE HOUSE, “The National Security Strategy of the United States of America”. Para a versão espanhola deste documento, referência para as citações em português, ver: <http://usinfo.state.gov/espanol/terror/02093001.htm>.

²⁶ A Assembléia Geral da ONU, em 12.09.2001, adotou uma Resolução condenando os atentados ocorridos nos Estados Unidos no dia anterior; ainda, apelou à cooperação internacional para que os seus organizadores e autores sejam submetidos à Justiça; e também “para prevenir e eliminar os atos terroristas, e sublinha que deverão ser responsabilizados todos que ajudaram, apoiaram e alojaram os autores e organizadores destes atos”. Documento de divulgação do Departamento de Estado de 14.09.2001.

de unilateral, a perspectiva americana deixa de ser reativa e passa a ser também preventiva, não lhe sendo necessário outro julgamento que a própria definição americana do risco a ser debelado. Os Estados Unidos poderão atacar países porque são suspeitos de fornecer apoio ao terrorismo, ou, ainda e mais grave, porque são portadores de projetos de grandeza e de potência que representem riscos presentes ou futuros à preservação da condição americana de única super-potência. No momento, este conceito não se aplica ao antigo opositor estratégico: a Rússia não mais é inimigo estratégico. Depois de 11 de setembro, Rússia e Estados Unidos são grandes aliados contra o terrorismo.

Vejamos na “Doutrina Bush” o que ela inova e o que confirma quanto aos conceitos anteriores. O triunfalismo americano atinge seu ponto mais alto na afirmação de um modelo único, decorrente da vitória sobre o sistema comunista. Recorremos novamente à citação que encabeça nossa análise do pensamento estratégico dos Estados Unidos:

“As grandes lutas do século XX entre a liberdade e o totalitarismo terminaram com uma vitória decisiva das forças da liberdade – e num único modelo sustentável de êxito nacional: liberdade, democracia e livre empresa. (...) Estes valores da liberdade são justos e perduráveis para todas as pessoas, em qualquer sociedade – e o dever de proteger estes valores de seus inimigos é a vocação comum das pessoas que amam a liberdade em todo o mundo e de qualquer idade”.²⁷

Este é o fundamento básico da estratégia americana: a prevalência do sistema capitalista.²⁸ Na Doutrina Bush, isto não consti-

<http://usinfo.state.gov/regional/af/security/french/f1091406.htm>, acesso em 15.09.2001.

²⁷ Traduzi as diversas citações, a partir de agora, do texto em espanhol “Estratégia de Seguridad Nacional de Estados Unidos de América”. Ele pode ser encontrado, ao lado de inúmeros outros documentos oficiais do Departamento de Estado, no endereço: www.usinfo.state.gov

tui propriamente uma novidade, mas a diferença mais destacada acha-se no tom triunfante:

“Os Estados Unidos desfrutaram de uma posição de força militar sem paralelo e de grande influência econômica e política. (...) buscamos criar um equilíbrio de forças que favoreça a liberdade humana (...) defendemos a paz ao lutar contra os terroristas e os tiranos. (...) Trabalharemos ativamente para levar a esperança de democracia, desenvolvimento, mercados livres e livre comércio a todos os rincões do mundo. (...) Defender nossa nação contra os seus inimigos é o primeiro compromisso fundamental do governo federal”.

Uma novidade de destaque é o lugar que agora é reconhecido à ameaça do terrorismo. Lembremos: a retomada da Guerra nas Estrelas foi profundamente confrontada pelo sequestro de aviões em vôos domésticos, os quais foram projetados contra alvos em solo americano. Conseqüências muito mais graves poderiam ter sido produzidas se a Casa Branca tivesse sido atingida. Em todo caso, os Estados

²⁸ Professor de Pensamento Europeu na London School of Economics, John Gray é crítico apurado do modelo único, decorrente de visões (capitalista e socialista) finalistas e deterministas do processo histórico. Nós o citamos com a expectativa de resumir eficazmente o seu pensamento: “Hoje, o livre mercado global, construído após o colapso soviético, também está se desfazendo (...) Assim como os marxistas, os neoliberais são deterministas econômicos. Eles acreditam que os países por todo o mundo estão destinados a adotar o mesmo sistema econômico e, portanto, as mesmas instituições políticas. (...) Os países que mais resistiram às tempestades econômicas dos últimos anos foram aqueles que – como a Índia, a China e o Japão – receberam o modelo do FMI com muitas ressalvas. (No entanto) os ideológicos do FMI alegam que suas políticas não falharam; elas não teriam sido implementadas por completo. Mas essa resposta é pouco honesta. Em ambos os casos (Rússia e Argentina), as políticas foram testadas e falharam com grande custo humano. (O mercado livre global) deixou de ser adequado aos países que mais ativamente o promoviam. (Ele) está prestes a se juntar ao comunismo e a demais utopias descartadas no museu da história”. John GRAY, “O museu ideológico do século 20”. Folha de S. Paulo, Caderno Mais!, 08.09.2022, pp. 03.

Unidos foram atacados de modo inusitado em seu próprio território. Em decorrência, o combate ao terrorismo assumiu a forma de uma guerra global, para a qual os Estados Unidos não conseguem obter o apoio irrestrito de seus aliados europeus da OTAN.

“Os Estados Unidos da América livram uma guerra contra terroristas espalhados por todo o mundo. O inimigo não é um regime político, uma pessoa, uma religião ou uma ideologia isolados. O inimigo é o terrorismo premeditado, a violência por motivos políticos perpetrada contra seres inocentes. (...) Não fazemos qualquer distinção entre os terroristas e os que lhes dão refúgio e lhes prestam assistência. A luta contra o terrorismo mundial é distinta de qualquer outra guerra de nossa história. Ela ocorrerá em muitas frentes contra um inimigo especialmente evasivo, durante um largo período de tempo”.

Os Estados Unidos pretendem que a guerra contra o terrorismo seja global, como fora a guerra contra o comunismo. Este era o inimigo da civilização ocidental, agora são as estruturas terroristas. Outrora, os Estados Unidos não podiam admitir que algum Estado ocidental escolhesse a neutralidade, ou seja, o não-alinhamento. Agora, não aceitam que países deixem de tomar posição clara e decisiva contra o terrorismo. Insistamos neste ponto: na perspectiva americana, a segurança mundial significa uma guerra global e de longa duração contra o terrorismo (inimigo invisível²⁹ que pode

²⁹ Comentando o caráter difuso e dissimulado (“sem bandeira nacional”) do fenômeno terrorista, o jornal espanhol *El País* escreveu que o presidente Bush tem o apoio do Congresso e da opinião pública americana para uma reação intensa contra entidades presumivelmente por trás dos atentados de setembro de 2001. O grande problema seria identificar com precisão o inimigo e aplicar-lhe um “castigo proporcionado a la agresión”: “A sensação de um novo Pearl Harbor está muito presente, mas os aviões que atacaram e afundaram em 7 de dezembro de 1941 a frota norte-americana do Pacífico levavam a insígnia japonesa. Agora, o atacante não leva bandeira, e isto agrava a sensação de ansiedade e incerteza”. Um novo sentimento de incerteza teria tomado conta do mundo, em função de uma insegurança “menos apocalíptica que o equilíbrio de

atuar em qualquer lugar); os inimigos são as estruturas terroristas e os Estados nos quais encontram apoio; é preciso agir preventivamente contra as ameaças, antes que elas se configurem plenamente.

Ora, dois tipos de Estados oferecem um perigo declarado. O primeiro é formado por Estados débeis e pobres, de instituições frágeis onde viceja a corrupção, por isto mesmo vulneráveis à atuação das redes de terrorismo e de narcotráfico. Estes seria o caso do Afeganistão. O segundo tipo comporta “Estados à margem da lei” que, além das características dos estados débeis, aplicam a repressão brutal à suas populações e malversam os recursos públicos; não respeitam o Direito Internacional nas relações com os vizinhos; empenham-se na obtenção de armas de destruição de massa e tecnologias militares avançadas; patrocinam o terrorismo internacional; “rechaçam os valores humanos básicos e detestam os Estados Unidos e tudo o que representam” (exemplos: Iraque e Coréia do Norte).

Contra estes estados, os Estados Unidos aplicam a estratégia de impedir a aquisição de tecnologia e de armamentos, superando a anterior atitude reativa. Se foi custoso e lento perceber a dimensão destas ameaças, não se permitirá o primeiro golpe ao inimigo:

“Levamos cerca de uma década para compreender a natureza verdadeira desta nova ameaça. Considerando as metas dos estados à margem da lei e dos terroristas, os Estados Unidos já não podem depender exclusivamente de uma posição reativa, como fizemos no passado. A incapacidade de frear um atacante potencial, a iminência das ameaças de hoje e a magnitude do dano potencial que poderiam causar as armas preferidas por nossos adversários, não permitem tal opção. Não poderemos deixar que nossos inimigos dêem o primeiro golpe. (...) Para impedir ou evitar tais atos hostis de nossos adversários, os Estados Uni-

terror da Guerra Fria, mas também menos controlável. Isto obriga a dar prioridade à importância do terrorismo como forma de violência incontrolada”. “Respuesta a un enemigo difuso”. El País, Espanha, 13.09.2001 (www.elpais.es)

dos atuarão preventivamente, se necessário. Não utilizarão a força em todos os casos para antecipar ameaças que começam a surgir. (...) Os Estados Unidos não podem permanecer inativos enquanto aumentam os perigos”.

O objetivo essencial da Doutrina Bush é a destruição do terrorismo onde quer que ele se encontre e com os meios bélicos incomparavelmente superiores dos Estados Unidos.³⁰ O apoio dos aliados não implica que estes participem da decisão: o estado hegemônico aguarda a solidariedade e a adesão às decisões tomadas unilateralmente. Sempre que possível, no entanto, os Estados Unidos buscarão o apoio (mas não dependerão) de organismos regionais de defesa coletiva para empreender esta guerra.

Nas semanas seguintes aos atentados de setembro de 2001, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld escreveu sobre a estratégia global contra o terrorismo:

“nosso oponente é uma rede mundial de organizações terroristas e os estados que os financiam, comprometidos em negar às pessoas livres a oportunidade de viver como elas querem. Enquanto realizamos ofensivas militares contra governos estrangeiros que patrocinam o terrorismo, também buscaremos tornar aliados os povos que esses governos oprimem”.³¹

³⁰ Para enfrentar a ameaça assimétrica do terrorismo, os Estados Unidos buscariam “obter o controle militar do planeta mediante o deslocamento de ‘bombardeiros especiais’ capazes de atacar em qualquer lugar do mundo num prazo de trinta minutos, raios laser lançados do espaço e capazes de pulverizar objetivos em terra, inclusive a capacidade de alterar o tempo meteorológico. São visões que têm acalentado os sonhos de Bush e seus militares: sonhos de uma eterna invencibilidade dos Estados Unidos, de um império cujas guerras contra os Estados irresponsáveis se dariam sem que se perdesse uma única vida estadunidense”. John Carlin, “El fin de una era. *El 11 de Septiembre de 2001 constituye un hito en la historia de Estados Unidos y de su relación con el mundo.*” El País (Espanha), 21.09.2001 (http://www.elpais.es/temas/crisis_eeuu/manua/a1/finera.html). Encontrado também em <http://www.uc.org.uy/gf0901af.htm> em 22.02.2003.

³¹ Donald RUMSFELD, “Um novo tipo de guerra”. Correio Braziliense, 29.09.2001.

5. Conclusão

A Doutrina Bush representa a atualização da estratégia americana em sua mais elevada versão imperial. A definição do ataque preventivo, à margem do ordenamento jurídico internacional – contestada tanto por Estados aliados quanto por instituições e personalidades – constitui um grave risco para o sistema democrático. E isto vale para todos os países, inclusive para o Brasil. A este respeito, transcrevo um pequeno trecho de artigo que publiquei no *Jornal da Unicamp* sobre a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. A título de advertências, apenas:

“O Brasil tem reafirmado o primado da lei internacional, a valorização da ONU e o emprego da força como último recurso, desde que legitimado pela ONU. Esta posição se identifica com a adotada pela França, Alemanha e Rússia (Declaração conjunta de 15.03.2003). No entanto, os limites da ação destes três países são claros, em termos econômicos e militares. Com muito menos poder, o Brasil precisa estar atuante, até para impedir que a convivência pluralista que nos caracteriza seja contaminada por um “choque de civilizações” de que não poderá escapar a presente guerra.

Um alerta deve ser reconhecido pelo Brasil, seu governo e sua sociedade civil. Nenhum país estará isento de riscos em razão da Doutrina Bush. Não em razão do terrorismo (que não praticamos), nem das armas nucleares (que escolhemos não ter), mas da possibilidade do desenvolvimento de um perfil estratégico próprio, que levará décadas para configurar-se”.³²

Bibliografia

³² OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. “O Brasil diante da guerra contra o Iraque”. *Jornal da Unicamp*, 31.03-06.04.2003, pp. 05.

- ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOBBIO, Norberto e outros (org), Dicionário de Política. Tradução: Carmen C. Varrialle e outros. 6ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994 (verbete: “Terrorismo político”).
- CARLIN, John. “El fin de una era. *El 11 de Septiembre de 2001 constituye un hito en la historia de Estados Unidos y de su relación con el mundo.*” El País (Espanha), 21.09.2001 (<http://www.elpais.es/temas/crisis EEUU/manua/a1/finera.html>). em 22.02.2003.
- CHOMSKY, Noam. “A nova guerra contra o terror”. Estudos Avançados, Volume 16, Número 55, janeiro/abril 2002.
- EL PAIS, “Respuesta a un enemigo difuso”. El País, Espanha, 13.09.2001 (www.elpais.es)
- ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. Programas de Informação Internacional. Encontrado em: <http://usinfo.state.gov/espanol/terror/03021401.htm> - 17.02.2003.
- GRAY, John GRAY, “O museu ideológico do século 20”. Folha de S. Paulo, Caderno Mais!, 08.09.2002, pg. 03.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A mudança nos interesses estratégicos americanos*. Política Externa. Vol. I, nº 1, julho 1992. Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo.
- KEPEL, Gilles. *A revanche de Deus: cristão, judeus e muçulmanos na reconquista do mundo*. Tradução de J. E. Smith Caldas. São Paulo: Siciliano, 1991.
- KLARE, Michael. “La nouvelle stratégie militaire des États Unis”. *Le Monde Diplomatique*, nov. 1997. (<http://www.monde-diplomatique.fr/1997/11/KLARE/9478.html> - 25.09.99)
- NYE JR. Joseph S.. *O paradoxo do poder americano*. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. “O Brasil diante da guerra contra o Iraque”. *Jornal da Unicamp*, 31.03-06.04.2003, pg. 05.
- OTAN. “L’OTAN transformée: de nouveaux membres, de nouvelles capacités e de nouveaux partenariats” – <http://www.nato.int/home-fr.htm> – acesso em 01.12.2002.

- POWELL, Collin “Les États Unis cherchent à créer un milieu qui ne tolère pas le terrorisme”. (Sub-Comissão do Senado em 08.05.2001). Documento de divulgação do Departamento de Estado – “Dossiers Afrique-Sécurité”, 10.05.2001 – <http://usinfo.state.gov/regional/af/security/french/f1050903.htm>, acesso em 15.09.2001.
- ROSENFELD Denis L. e MATTÉI, Jean-François (editores). O Terror. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002 (Filosofia Política, Série III; nº 4).
- RUMSFELD, Donald. “Um novo tipo de guerra”. Correio Brasileiro, 29.09.2001.
- STERN, Jessica. El terrorismo definitivo. Cuando lo impensable sucede. Buenos Aires: Ediciones Granica, 2001.
- Sunday Times, UK, “This is a word war”.
- TILLICH, Paul. Le Christianisme et les Religions. Trad. F. Chapey. Ed. Aubier, 1968.
- UNITED STATES. DEPARTMENT OF DEFENSE, “Report of Quadriennial Defense Review” (1997]. <http://www.defenselink.mil/pubs/qdr/sec3.html>
- UNITED STATES. STATE DEPARTMENT, Patterns of Global Terrorism. April 2000 [<http://www.state.gov/www/global/terrorism/1999report/1999index.html>]
- UNITED STATES. THE WHITE HOUSE, “The National Security Strategy of the United States of America”. (<http://usinfo.state.gov/espanol/terror/02093001.htm>).
- UNITED STATES. THE WHITE HOUSE, A National Security Strategy for a New Century. janeiro 2001.
- WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. Prefácio: Manoel T. Berlinck. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.

O GRANDE IMPÉRIO DELINQUENTE E A CAÇA AO TERRORISTA

*João Quartim de Moraes**

Porque é tão difícil definir o terrorismo?

O capitalismo dos monopólios, da intoxicação mediática e dos bombardeios cirúrgicos em defesa da democracia e outros fins humanitários, fabrica idéias com a mesma eficiência com que fabrica mísseis. A técnica de fabricação de idéias (por meio de palavras ou de símbolos gráficos que funcionam como palavras) é um ramo da mercadologia, arte de induzir a comprar. Abrange ampla gama de produtos, desde as ocas sonoridades das marcas vendidas nos supermercados até os epítetos que criminalizam os inimigos. A vasta literatura consagrada à crítica da “indústria cultural” deslindou exaustivamente a perversidade da intoxicação mercadológica. Com poucas exceções, a expressão “publicidade enganosa” não passa de pleonasma: enganar faz parte da arte marqueteira. A politologia liberal adotou não somente os métodos, mas o próprio objeto da mercadologia. Mais precisamente, inseriu seu objeto próprio, o “mercado político”, nesta disciplina mais ampla. Nas feiras eleitorais, o “mercado político” vende candidatos a cargos públicos.

* Professor do Departamento de Filosofia do IFCH/UNICAMP.

Mas sua atividade constante, exercida 24 horas por dia, consiste em vender idéias através dos meios privados de comunicação social. É sobre esta segunda modalidade de comércio político que incidem as presentes considerações.

A luta política não se reduz, evidentemente, à dimensão mercadológica. Do mesmo modo que o valor de uso das mercadorias pode satisfazer uma necessidade real de quem as adquire ou apenas um desejo supérfluo ou ilusório, uma idéia política pode ou não corresponder ao interesse efetivo de quem a “compra”. A publicidade pode induzir alguém a comprar um produto necessário de tal ou tal marca, mas se o produto for realmente necessário, será comprado (por quem puder pagá-lo) com ou sem publicidade.

Determinar um interesse político exige análise e discussão. Objetivo tão estranho à arte marqueteira quanto, para vender um cosmético, proporcionar ao comprador um estudo bioquímico e botânico do produto. No mercado político, a força persuasiva de uma idéia está na razão inversa de sua densidade conceitual. Para ser politicamente eficiente, ela deve significar pouco e impressionar muito, quer se trate de uma idéia vendida como positiva ou como negativa. Após terem vendido com sucesso a idéia “positiva” da *globalização*, os imperialistas colocaram no mercado político a idéia negativa do *terrorismo*, explicando, em síntese, que a soma algébrica destas duas idéias torna necessárias as “guerras preventivas”: num “mundo globalizado” (ou num globo mundializado: a ordem dos fatores não altera o produto), é preciso aniquilar todos os países que abrigam terroristas.

Em artigo consagrado à análise das prováveis conseqüências dos atentados de 11 de setembro de 2001¹, apoiei-me num comentário assinado por John Brown (provavelmente um pseudônimo, mas o autor, seja quem for, é sem dúvida um jurista profissional), difundido na Internet pela lista ATTAC, dos dois únicos dispositivos legais internacionais contra o terrorismo, a convenção para a

¹ “Império, guerra e terror”, *Crítica Marxista* 14 (2002), pp. 9-25.

repressão de atentados com explosivos (adotada em Nova Iorque a 15 dezembro de 1997) e do financiamento de atividades terroristas (adotada também em Nova Iorque, em 9 de dezembro de 1999)². Eles apresentam a extraordinária peculiaridade de não oferecer

uma definição direta da palavra «terrorismo», a qual, no entanto, figura como adjetivo ou como substantivo no título [...]. Parece, pois existir uma certa reticência em definir um termo que, no entanto, deveria ser fundamental nestes textos legislativos, já que figura em seus títulos e se tornou retroativamente a chave de uma nova doutrina jurídica. Como diz a exposição de motivos³[...] : “Segundo a convenção contra o financiamento do terrorismo, o fato de fornecer ou de coletar fundos, direta ou indiretamente, ilícita e intencionalmente, para utilizá-los, ou sabendo que eles serão utilizados para cometer um ato que se inscreva no campo de aplicação das convenções supra-referidas⁴ [...], constitui uma infração. Isto significa que, embora os termos *terrorismo* e *atos terroristas* não apareçam na maioria destas convenções, elas concernem às infrações terroristas”. Não podemos aceitar este parecer. Há uma enorme distância entre a definição de atos concretos que o legislador considera unificáveis e a formulação de uma categoria jurídica geral como a de «terrorismo», que recobre estes atos e muitos outros[...]. Esta distância é perfeitamente visível na diferença de finalidade dos

² Traduzimos do francês as passagens deste comentário aqui citadas. Foram divulgadas em *Courriel d'information attac*, n°288, 4/12/2001. O comentário faz parte do documento “A definição do terrorismo : uma inovação ou o retorno de um passado obscuro?”, que pode ser encontrada em <http://attac.org/fra/list/doc/brown2.htm>. Retomamos aqui passagens já citadas no artigo “Império, guerra e terror”.

³ Trata-se da exposição de motivos da proposta de Décision-cadre (decisão visando a enquadrar juridicamente todos os atos de terrorismo), que tinha sido apresentada ao Conselho da União Européia.

⁴ O texto alude nesta passagem ao conjunto da legislação existente, inclusive aos dispositivos que sequer mencionam o termo terrorismo, como os autores da exposição de motivos assinalam explicitamente na seqüência do texto.

textos que definem atos e aqueles que pretendem definir o terrorismo. A finalidade dos primeiros é [...] apoiar a cooperação internacional na luta contra certos atos de violência particularmente perigosos ou odiosos. Para tanto, cumpria distingui-los dos atos políticos, recusando reconhecer-lhes qualquer caráter político, para incluí-las na esfera do direito comum.

Em síntese, para criminalizar indiscriminadamente os atos visados pela nova legislação, impedindo que a motivação política possa servir de atenuante ou conferir aos acusados o estatuto de prisioneiros políticos⁵, suprimiram o único elemento que distingue os atos terroristas dos de direito comum, a saber, a finalidade política dos atos incriminados. Isto os colocou diante de uma questão jurídica insólita: punir o financiamento do terrorismo sem definir terrorismo. A necessidade prática de ultrapassar este impasse doutrinário conduziu a tentativas indiretas de definição, como a que figura no artigo 2º,1,b, da convenção que pune o financiamento de atividades terroristas:

«Todo[...]ato destinado a causar a morte ou lesões corporais graves a qualquer pessoa civil, ou a qualquer outra pessoa que não participa diretamente das hostilidades numa situação de conflito armado, quando, por sua natureza ou seu contexto, este ato destina-se a intimidar uma população ou a constranger um governo ou uma organização internacional a efetuar ou a abster-se de efetuar um ato qualquer».

John Brown, comentando este texto, observa que ele justapõe duas concepções distintas, quicá contraditórias: uma, que põe em relevo os prejuízos causados à população civil, se situa na linha

⁵ Assim, segundo o artigo 6º do Convênio sobre a repressão ao financiamento do terrorismo, «cada Estado participante adota as medidas que forem necessárias [...] para garantir que os atos criminosos (a que ela se refere) não possam em nenhuma circunstância ser justificados por considerações de natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou outros motivos análogos».

dos princípios do tribunal de Nurembergue; outra, cuja mais clara expressão está no «Terrorism Act» do reino britânico, e que inspirou a proposta apresentada **ao Conselho da União Européia**, centra o foco na subversão da ordem política, anulando as diferenças entre, de um lado, ações armadas de movimentos de libertação nacional e em geral de resistência à ocupação estrangeira, bem como os ligados à luta pela terra e demais direitos sociais dos oprimidos e, de outro, os atentados de estilo nazi-fascista contra trabalhadores estrangeiros, minorias discriminadas etc. Estimula-se assim a prática, já consagrada pelos “comunicadores” da televisão e da grande imprensa, sempre prontos a abanar a cauda à voz do dono, de tratar de terroristas todos os “subversivos”. Bastou Bush filho rosnar que as FARC são terroristas para que a sempre obediente Organização dos Estados Americanos (OEA) concordasse. A mesma classificação recebem ataques do Hamas a postos militares israelenses em território palestino ocupado, mas não as tropas de choque sionistas que atiram com balas de borracha nos olhos dos meninos palestinos, para cegá-los sem matá-los, ou quebram-lhes as mãos com marretadas, para que nunca mais lancem pedras nos ocupantes⁶.

Maus e bons terroristas

Em conferência realizada no Massachusetts Institute of Technology de Boston (MIT), no dia 18 de outubro de 2001, Noam Chomski propôs uma explicação da dificuldade para definir o terrorismo:

Nos manuais militares norte-americanos, define-se como terror a utilização calculada, para fins políticos ou religiosos, da violência, da ameaça de violência, da intimidação, da coerção ou

⁶ Passagem retomada, com ligeiras modificações, do artigo “Império, guerra e terror”, loc.cit., p. 25.

do medo. O problema de tal definição é o fato de se aplicar muito exatamente ao que os Estados Unidos chamaram de guerra de baixa intensidade, reivindicando esse gênero de prática. Aliás, em dezembro de 1987, quando a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução contra o terrorismo, um país se absteve de votar, Honduras, e dois outros votaram contra, os Estados Unidos e Israel. Por que fizeram isso? Por causa de um parágrafo da resolução que indicava que não se tratava de questionar o direito dos povos de lutarem contra um regime colonialista ou contra uma ocupação militar. Ora, na época, a África do Sul era aliada dos Estados Unidos. Além dos ataques contra seus vizinhos (Namíbia, Angola etc.), que provocaram a morte de centenas de milhares de pessoas e destruições avaliadas em US\$ 60 bilhões, o regime racista de Pretória enfrentava, dentro do país, uma força classificada de “terrorista”, o Congresso Nacional Africano (CNA). Quanto a Israel, ocupava ilegalmente territórios palestinos desde 1967, outros no Líbano desde 1978, guerreando, no sul desse país, contra uma força classificada por ele e pelos Estados Unidos de “terrorista”, o Hezbollah.

É muito simples, com efeito, o princípio de classificação em vigor no léxico do rebanho mediático: “Para que as análises e os artigos de imprensa sejam considerados respeitáveis, é melhor, realmente, que se situem do lado bom, ou seja, o dos braços melhor armados”⁷. Hezbollah, que travou longa, heróica e vitoriosa guerra de guerrilhas contra a criminosa ocupação israelense do Líbano, é sistematicamente classificada de terrorista pelos “comunicadores” adestrados para só latir quando e como os donos mandam, não obstante o epíteto que caber mil vezes mais ao Estado sionista, que tortura impunemente militantes palestinos⁸ e tem sido governado, a

⁷ Noam Chomski, conferência no MIT referida no corpo do texto.

⁸ Como os agentes da repressão britânica na Irlanda do Norte, que torturam militantes do IRA; sobre o caráter sistemático da tortura de palestinos em Israel, ver “ONU exige que Israel pare com tortura”, de Serge Schmemman, publicado em *The New York Times* e reproduzido em *O Es-*

maior parte do tempo, por catedráticos do terrorismo, como Begin e Shamir, este responsável, juntamente com Ariel Sharon, então chefe do estado-maior do exército israelense que havia invadido e ocupava o Líbano, de parceria com as milícias fascistas do degenerado major Haddad, pelos atrozes pogroms nas aldeias palestinas de Sabra e Chatila.

Evidentemente, os meios dirigentes estadunidenses e sócios menores do Grande Império Delinqüente, desde o dia 11 de setembro de 2001 empenhados na cruzada contra o terrorismo, não poderiam levar o descaramento que lhes é próprio a ponto de confessar publicamente que só caracterizam como terroristas aqueles que praticam atos *hostis* de terrorismo. Dizem isso, entretanto, indiretamente, ao despejar seu imenso arsenal de armas de destruição maciça contra o que chamam o “Eixo do Mal”: os *maus* terroristas, que devem ser exterminados, são apenas os que estão do lado do pretenso Eixo. Os outros são bons terroristas, portanto merecem um epíteto mais gentil. Deles não prescindiu Ronald Reagan, o torpe canastrão de Hollywood que tinha matado muitos índios na tela e, fora dela, iniciado sua carreira política alcagüetando os colegas de profissão suspeitos de “comunismo”. O senil ex-“cow-boy” justificava o financiamento e equipamento que concedia aos talibãs e outros movimentos armados dos muçulmanos afegãos em luta contra seus compatriotas comunistas e os soviéticos que os sustentavam, explicando reiteradamente que eles “não eram terroristas, e sim guerrilheiros da liberdade”⁹. Explicação semelhante à de que se serviu para incumbir um bando de matadores profissionais, conhecidos como “contras”, de desestabilizar a Nicarágua sandinista, pagando-lhes o soldo com o lucro proveniente do tráfico de entorpecentes.

tado de São Paulo de 13 de maio de 1997.

⁹ Corroborando tais declarações, o enlatado “Rambo III” (que pode ser encontrado nas vídeo-locadoras) mostra este outro herói das telas prestando aos então amigos talibãs a ajuda decisiva de seus braços espessos e de sua inteligência de ostra.

As elogiosas referências aos talebãs e outros companheiros do então desconhecido Bin Laden, duraram até que este, tendo compreendido, anos mais tarde, que o Pentágono pretendia manter “sine die” a ocupação militar da Arábia Saudita, terra para ele sagrada, e, em conluio com o terrorismo de Estado israelense, perpetuar a servidão do povo palestino, rompeu com seus antigos protetores, passando a usar contra eles as técnicas que tinha aprendido na escola da CIA. Foi então rebaixado de guerrilheiro da liberdade (isto é, bom terrorista), para terrorista (isto é, mau terrorista).

O sombrio episódio da Nicarágua foi muito pertinentemente evocado por **Chomski**, na mesma conferência:

Nos meios dirigentes ocidentais, a guerra contra o terrorismo foi apresentada como se fosse uma “luta dirigida contra um câncer disseminado por bárbaros”. Mas essas palavras e essa prioridade não são de hoje. Há 20 anos, o presidente Ronald Reagan e seu secretário de Estado, Alexander Haig, já as enunciavam. E, para conduzir esse combate contra os adversários depravados da civilização, o governo norte-americano instalou, então, uma rede terrorista internacional de amplitude sem precedentes. Praticaram-se inúmeras atrocidades de uma ponta à outra do planeta, e essa rede dedicou o essencial de seus esforços à América Latina. Um caso, o da Nicarágua, não deixa margem à dúvida: realmente, foi decidido de modo categórico pelo Tribunal Penal Internacional de Haia e pela ONU. Perguntem a vocês mesmos quantas vezes esse precedente indiscutível de uma ação terrorista, à qual um Estado de direito quis responder através dos meios do direito, foi evocado pelos principais comentaristas. E, no entanto, tratava-se de um precedente ainda mais radical do que os atentados de 11 de setembro: a guerra do governo Reagan contra a Nicarágua provocou 57 mil vítimas, entre as quais 29 mil mortos, e a ruína de um país, talvez de forma irreversível.

Na época, a Nicarágua reagiu. Não explodiu bombas em Washington; recorreu ao Tribunal Penal Internacional. Este, no dia

27 de junho de 1986, decidiu categoricamente a favor das autoridades de Manágua, condenando o “uso ilegal da força” pelos Estados Unidos (que haviam minado os portos de Nicarágua) e determinando que Washington pusesse fim ao crime, sem esquecer de pagar vultuosas perdas e danos. Os Estados Unidos replicaram que não acatariam a sentença e que passariam a não reconhecer a jurisdição do Tribunal. A Nicarágua pediu então ao Conselho de Segurança da ONU a aprovação de uma resolução exigindo que todos os países respeitassem o direito internacional. [...]. Os Estados Unidos votaram contra a resolução. Portanto, hoje, são o único país que, simultaneamente, foi condenado pelo Tribunal Internacional de Justiça e se opôs a uma resolução exigindo o respeito ao direito internacional. Depois, a Nicarágua dirigiu-se à Assembléia Geral da ONU. A resolução que propusera teve três votos contra: dos Estados Unidos, de Israel e de El Salvador. No ano seguinte, a Nicarágua reivindicou a votação da mesma resolução. Desta vez, só Israel defendeu a causa do governo Reagan. A essa altura, a Nicarágua não dispunha de mais nenhum meio legal. Todos haviam fracassado em um mundo regido pela força.

Choque e pavor

Na semântica dos covardões do Pentágono e da matilha de “poodles” que lhes lambe as botas (aliás “aliados” ou “coligados”, como dizem seus estafetas mediáticos), pavor (*awe*, em anglo-americano) é um termo oposto a terror. Intitularam, com o estupendo descaramento que lhes é próprio, “Choque e pavor” o novo massacre pirotécnico do Iraque desencadeado a 22 de março de 2003. Não faltaram sequer enfáticas explicitações deste atropelo léxico. Assim, o sr. Paul Wolfowitz, vice-secretário de Defesa do Grande império delinqüente, publicou, algumas semanas antes da invasão do Iraque, um artigo do qual basta referir o título: “Esta guerra é

contra o terror em massa”¹⁰. Basta um mínimo de honestidade para saber que foi “esta guerra” que recorreu ao terror em massa. Ou, se preferirem, ao pavor em massa. Já desencadeada a invasão, o politólogo Harlan Ullman lançou o artigo “Choque, pavor e euforia”, composto num registro em que predomina a hipocrisia (em vez de baba de rotweiller hidrofóbico, como no de Wolfowitz). Louvando o caráter cada vez mais filantrópico dos bombardeios cirúrgicos e reiterando que “o objetivo é depor o presidente e tirar dele suas armas de destruição em massa” (se estivesse dizendo a verdade, então teríamos de concluir que o massacre balístico de março-abril 2003 fracassou em 50%, já que as únicas armas de destruição em massa encontradas no Iraque foram aquelas lançadas pelos chefes da quadrilha internacional do crime político organizado, Bush filho e Blair, seu afetuossíssimo e muito íntimo acompanhante), o estrategista sicofanta enfatiza que

a tecnologia e a filosofia usadas para esta guerra são distintas. O número de armas de precisão disponíveis é dez vezes maior do que as que havia na Guerra do Golfo, em 91. E a filosofia por trás da escolha de alvos é outra. A destruição ao atacado foi substituída por ataques seletivos (mas mesmo assim, intensos) contra pontos vitais do território iraquiano. Conforme anunciou o Pentágono, a estratégia dos EUA é conhecida como “choque e pavor”. [...] o método é [...] semelhante ao caratê: a aplicação de níveis intensos e decisivos de força no grau mínimo possível para alcançar o efeito máximo¹¹.

Como se diz em jargão burocrático, o texto de Ullman é auto-explicativo. Certamente, por ocasião do genocídio nuclear de Hiroshima e Nagasaki, houve calhordas do mesmo naipe dispostos a enaltecer a “filosofia” do “caratê” atômico. Durante quatro décadas, do início da guerra fria, mais precisamente, desde que a União Soviética conseguiu também produzir armas nucleares, até o final

¹⁰ Cf. *Folha de São Paulo* de 2-2-2003.

¹¹ O artigo foi publicado em *Folha de São Paulo* de 25-3-2003.

dos anos oitenta, o confronto estratégico que a opôs aos Estados Unidos foi pertinentemente caracterizado como equilíbrio do *terror* nuclear: estava em questão a própria sobrevivência de humanidade. O risco é proporcional aos meios de destruição disponíveis e ao medo da represália. Rompido a favor do bloco capitalista, com o colapso e desmantelamento do bloco soviético, o equilíbrio estratégico EUA/URSS, os covardões da Casa Branca e do Pentágono desfrutaram a fundo da sensação de impunidade que lhes proporcionava aquela feliz circunstância, desencadeando um novo surto de agressões coloniais. Sem mesmo esperar que Boris Ieltsin enterrasse no fétido lodaçal do neoliberalismo os restos mortais da grande revolução de outubro 1917, invadiram o Panamá com mortíferos bombardeios sobre a população civil, para, logo depois, despejarem sobre o Iraque um dilúvio de bombas, numa das mais atrozes operações genocidas desde a guerra do Vietnã. Os massacres balísticos da Sérvia¹² do Afeganistão e, novamente, do Iraque, sugerem que há hoje poucos países da periferia a salvo da bestialidade estadunidense.

Há, inegavelmente, uma diferença de grau entre o terrorismo de Estado de Bush filho e o de seus predecessores. Mas exagerar esta diferença serve apenas para mascarar o nexos de fundo entre impe-

¹² Quanto mais destrutivos se tornavam os bombardeios da OTAN sobre a Sérvia, em aberta violação da Carta da ONU, maior era o empenho dos agressores em imputar ao governo sérvio atrocidades que contrabalançassem as que eles próprios estavam cometendo: mísseis mortíferos em escolas, hospitais, embaixadas, pontes, instalações elétricas etc. O massacre da Sérvia pela OTAN é um fato incontestável, ao passo que os “crimes” imputados ao presidente da Iugoslávia Slobodan Milosevic pelos rábulas a serviço da OTAN não foram provados. Parte e juiz ao mesmo tempo, o tribunal penal de Haia prostitui a idéia mesma de uma justiça internacional ao fantasiar o “direito” da força na força do direito. A OTAN utilizou até bombas de urânio “empobrecido” e de fragmentação (em Nis e em Korisa, aldeia do Kosovo, onde foram mortas, a 14 de maio, cerca de cem pessoas) condenadas pela ONU, em resolução de agosto de 1996, como intrinsecamente criminosas. Onde o encarniçado empenho de seus esbirros em criminalizar Milosevic, que enfrenta com dignidade e coragem a grotesca farsa judiciária a que o submetem os rábulas da OTAN.

rialismo e guerra. O componente doentio da personalidade do presidente dos Estados Unidos fica evidente na fixidade alvar, típica dos tresloucados, que paira em sua expressão facial. Mas não convém superestimar o aspecto psicopatológico de sua obstinação anti-iraquiana. Em dezembro de 1998, Clinton, seu predecessor, que não era louco, mandou bombardear Bagdá com violência sem precedentes desde 1991. Precisava distrair a opinião pública estadunidense do processo de “impeachment” que então lhe era movido por transgressões lingüístico-sexuais, mas, evidentemente, se usou a pele dos iraquianos para fugir da sanha dos alcoviteiros mediáticos, foi porque o aniquilamento de Saddam Hussein se inscrevia perfeitamente na lógica do belicismo imperialista.

Em 1991, na primeira edição (revista, corrigida e ampliada em 2003 por Bush filho) do espetáculo de som e fúria que iluminou com os clarões da morte as noites de Bagdá, Bássora e outros alvos da bestialidade imperialista, Bush pai declarou reiterada e inequivocamente que pretendia aterrorizar os iraquianos para minar-lhes a vontade de resistir. Outro não foi o objetivo de Clinton e de seus sócios da OTAN, em 1999, ao demolirem a Sérvia, sob os mais cínicos pretextos “humanitários”, com uma tempestade de mísseis. Utilizaram, de maneira sistemática, o método inaugurado pelos nazistas durante a guerra civil espanhola, triturando por via aérea a indefesa aldeia de Guernica, para quebrar a moral da população apavorada. A tortura é hedionda, mas eficaz. O povo sérvio reagiu com coragem e dignidade às primeiras vagas de bombardeios arrasadores. Formou até muralhas humanas para impedir a destruição das pontes sobre o Danúbio. Mas novas sessões de bombardeio (de “pau-de-arara” coletivo) foram quebrando a resistência dos menos decididos. Mais os cadáveres e escombros se ampliavam, mais o pavor e o desespero abriam brechas na coragem dos sérvios¹³. Pouco a pouco, compreensivelmente, o número de

¹³ Desde o início dos bombardeios, os operários da fábrica Zastava (maior fabricante de automóveis e caminhões da Iugoslávia) dormiam no local de trabalho, formando um permanente “escudo humano”. Enviaram

voluntários para os “escudos” foi diminuindo. As garras da harpia Madeleine Albright (a mesma que declarou considerar o genocídio de cerca de 500.000 crianças iraquianas como um “justo preço” para mostrar a Saddam Hussein quem manda no mundo e acusou os palestinos de “mover um cerco a Israel”) garantiam morte certa para quem se atrevesse a defender com seus próprios corpos os alvos prováveis da grande expedição punitiva.

Em eloquente expressão da degenerescência ético-política do trabalhismo inglês, Mister Blair justificou, naquela ocasião, os bombardeios da Radiotelevisão da Sérvia (Radiotelevizija Srbije, RTS), notadamente o de 23 de abril de 1999, que matou dezesseis trabalhadores, com o notabilíssimo argumento de que a TV sérvia fazia propaganda do governo iugoslavo. Só Goebbels tinha ido tão longe no descaramento. A ralé mediática (seleção pelo avesso do jornalismo inteligente, criativo e honrado), que estava derramando copiosas lágrimas de crocodilo diante do drama dos kosovares, esqueceu até seu forte reflexo corporatista, ao noticiar sem a menor indignação a destruição das emissoras sérvias e a morte dos colegas que estavam do lado errado da linha de tiro.

Elucida-se destarte mais um aspecto da oposição semântica terror/pavor no vocabulário do Pentágono. Por mais contundentes que sejam os golpes de varejistas do terror, como Bin Laden, eles só pode atacar de surpresa, portanto esporadicamente. Agindo na sombra da clandestinidade, não podem se dar ao luxo de destruir países inteiros, mesmo porque os meios à disposição dos atacantes suicidas esgotam-se com a própria vida. Quanto eles têm êxito, arrastam para o abismo da morte algumas ou até muitíssimas vítimas. Matam inocentes, mas ao menos não têm o cinismo daqueles criminosos engravatados que chamam de “efeitos colaterais” o tru-

à OTAN, via Internet, mensagem intitulada “Esperando as bombas”, em que esclareciam estar protegendo “38.000 empregos diretos e 60.000 indiretos”. Em 9 de abril, a fábrica foi desintegrado por um míssil humanitário. Mais de cem foram mortos ou gravemente feridos. Cf. Folha de São Paulo de 10-4-1999.

cidamento da população civil dos países sobre os quais se abate o terrorismo no atacado (o *bom* terrorismo ou *pavor*). A *escala* de vidas humanas que destroem não se compara, com efeito, às operações de aniquilamento de que se incumbiu o Pentágono, de Hiroshima e Nagasaki, à Coréia, Vietnã etc., até as mais recentes em Bassora e Bagdá, Belgrado, Cabul, e novamente Bassora e Bagdá. Em sua multiforme pirotecnia (bomba atômica, napalm, desfolhantes, “corta-margaridas”, urânio “empobrecido”, bombas de fragmentação e mísseis lançados em cadência infernal), a panóplia do pesadelo americano conferiu máxima pujança ao terrorismo no atacado do Estado imperial, que golpeia quem, quando e quanto quer (suas vítimas se contam por milhões). Quantas “vocações” terroristas não há de ter suscitado o método ianque de combater o terrorismo, respondendo com massacres balísticos a atentados clandestinos.

A mentira em escala industrial

Mesmo os meios políticos árabes mais enfeudados ao Grande império delinqüente protestam contra as “informações” da CNN sobre o Médio Oriente, especialmente por reservarem a palavra “terrorista” para referir-se a árabes e islâmicos. O colono israelense que assassinou 29 palestinos numa mesquita de Hebron em 1994 foi sempre qualificado de “extremista” pelos “comunicadores” do dólar. Os protestos contra os assentamentos ilegais construídos por judeus em terra palestina são apresentados como “conflitos de patrimônio”. A edulcoração da brutalidade israelense se completa por relatos distorcidos sobre a “violência palestina”. Sócia mais discreta e menos assumidamente facciosa do que a grande rede estadunidense, a BBC não deixa porém de contribuir para a mistificação terminológica: ordenou a seus repórteres utilizar a expressão “mortes seletivas” para o assassinato de palestinos por Israel.

Outro aspecto característico da mistificação mediática planejada é apagar, tanto quanto possível, a história dos crimes e espoliações sionistas. Centenas de aldeias e outras localidades que levavam nomes árabe-palestinos desde tempos imemoriais, foram atingidas pelo genocídio onomástico sionista. Boa parte da área em que os israelitas construíram Gilo foi arrebatada aos palestinos de Beit Jala (Gilo é o termo hebraico correspondente a Jala). Mas os “comunicadores” da CNN estão proibidos de mencionar este fato. Os escritórios centrais da CNN em Atlanta são, ao menos, sinceros: “Vamos nos referir a Gilo como um bairro judeu no subúrbio de Jerusalém, construído sobre terras ocupadas por Israel em 1967. Não o qualificaremos de assentamento”.

Da intoxicação mediática sequer escapou, infelizmente, o jornal de nossa Universidade. Num caderno temático consagrado ao “Bio-terrorismo”¹⁴, o jornalista Carlos Tidei anuncia, logo nas primeiras linhas do artigo expressivamente intitulado “Ébola, varíola, antraz: o horror invisível”:

Um único membro do Taleban contaminado por varíola, andando no metrô de Nova York, pode causar a morte de centenas de milhares de pessoas em poucas semanas [...]. “Eles são bem capazes de contaminar algum suicida com esse intuito”, alerta a infectologista Maria Luíza Moretti Branchini. A ameaça de uso de armas biológicas tornou-se mais real depois dos recentes atentados com correspondências contendo antraz nos EUA. Do possível arsenal a ser usado por terroristas fazem parte, além da varíola e do *Bacillus anthracis*, o vírus Ébola e a tularemia, entre outros.

A sra. Moretti Branchini, que estuda as infecções do corpo, bem que poderia vacinar-se contra as da mente e o sr. Tidei, ao anunciar, desmentindo antecipadamente os inspetores da ONU e dando razão aos celerados da Casa Branca e do Pentágono, que “pelo menos 12 países possuem comprovadamente armas biológicas, entre

¹⁴ *Jornal da UNICAMP, Caderno Especial I* (1), dezembro de 2001, p. 3.

eles o Iraque, que sintetizou o *Bacillus anthracis*”, só esqueceu de comunicar a fonte de onde extraíra suas belicosas afirmações. O inspetor-chefe Blix, nesta ótica, seria um agente de Saddam Hussein...

Passaporte para o terrorismo

Em “O joio e o trigo”, artigo difundido pela Internet¹⁵, Claudio Tognolli assim sintetizou o risco que correm aqueles que, como ele próprio, persistem em fazer, contra a corrente, jornalismo sério e fundamentadamente crítico:

Escreva uma matéria sobre o que os EUA e a CIA aprontaram por aí: faça um *box* sobre o assassinato de Jacobo Arbenz na Guatemala dos anos 50, sobre Kissinger estar sendo acusado de crimes contra a humanidade (Chile, 1973) pelo juiz espanhol Baltazar Garzon. Sobre os trabalhos na brazilianista Martha Huggins acerca do papel da CIA no movimento de 64, no Brasil; sobre a mentira deslavada (denunciada pelo *Daily Telegraph*) que foi invadir o Kosovo em abril de 99 para contornar uma “limpeza étnica (o site <www.stratfor.com>, da Universidade de Louisiana, sustenta com documentos do FBI que foram encontrados ali menos de 100 corpos, contra os 10 mil alegados por Bill Clinton); fale do Plano Colômbia, segunda prioridade de Bush depois da guerra contra o Iraque; conte que a CIA depôs em agosto de 1953 o primeiro-ministro iraniano Mohamed Mossadegh para pôr em seu lugar o Xá Reza Pahlevi; fale do papel de George Bush pai no escândalo Irã-Contras, em 1986. Você não estará informando, dirão. Será tachado de “pró-terrorista”. Este será o seu passaporte para o mundo de Laden.

Chomsky, no mesmo sentido, declarou ao jornalista John Horgan, editor-chefe da *Scientific American*: “Os EUA são uma superpotência terrorista e a mídia é o seu agente publicitário. Se o *The New York Times* começasse a resenhar os livros que escrevo sobre

¹⁵ O texto de Tognolli está em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/td050320031.htm>

política, isso seria sinal de que eu estou fazendo algo de errado”¹⁶. Tognolli, que refere esta declaração, acrescenta que segundo *Veja* ou *New York Times*, quaisquer críticas aos EUA brotariam da inveja suscitada pela “opulência da maior nação democrática do mundo”. Esta idéia profundinha está exposta com todas as letras na peçonhenta revista do plutocrata Civita:

“Os americanos são ainda odiados por um motivo mais prosaico: porque há décadas vivem uma era de prosperidade sem igual na história humana. Num planeta em que 45% das pessoas subsistem com menos de 2 dólares por dia, os americanos são os beneficiários de uma opulência que agride os brios dos países retardatários. Além disso, os Estados Unidos têm valores, como a democracia e a liberdade absoluta de manifestação de idéias e crenças, que chocam todos aqueles que aprovam regimes totalitários, entre eles os radicais islâmicos. Os EUA, como país, resultaram da convivência das diferenças. O individualismo de seu povo é uma característica cujos resultados são assombrosamente positivos. Isso produz ressentimento”.¹⁷

Tenham ou não haurido de Nietzsche esta denúncia do *ressentimento*, os turiferários do truste Abril apenas projetam seus valores vulgares e sua indigência político-cultural. Mas podem ficar tranqüilos: nenhum anti-imperialista sério almeja ser hospedado no ridículo Castelo de *Caras*, a revista dos cafonas endinheirados e dos basbaques que os admiram.

¹⁶ Noam Chomski, *The End Of Science*, p. 189, citado por Tognolli.

¹⁷ *Veja*, edição nº 1.791, de 26 de fevereiro de 2003, p. 40.

A NECESSIDADE POLÍTICA E A CONVENIÊNCIA ESTRATÉGICA DE DEFINIR “TERRORISMO”

Héctor Luis Saint-Pierre*

“A atividade política tem a sua lógica, que não depende da consciência dos que, com as melhores intenções do mundo, exortam, ou ao terror, ou a que se imprima à própria luta econômica um caráter político...”¹

“Terrorismo”: para que definir?

Numa conjuntura em que a crise está acabando com as economias nacionais da América Latina, sem dar respiro aos impotentes

* Professor Livre-Docente no curso de Relações Internacionais da UNESP, campus de Franca e da Pós-graduação em Relações Internacionais do programa San Thiago Dantas. Coordenador do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES-UNESP) e Diretor do Centro de Estudos Latino Americanos (CELA-UNESP). Co-chair da Seção “*Defense, Democracy & Civil-Military Relations*” de *Latim American Studier Associations*, LASA

¹ V.I. Lenin. “*Que fazer?*” in *Obras Escolhidas*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1986, pp. 132-133. Agradeço a Eduardo Mei pelas observações que me obrigaram a rever alguns conceitos, a esclarecer outros e expor de maneira correta e mais didática todos eles. Sua minuciosa leitura retirou muitos espanholismos e melhorou a redação. Se ainda assim algum erro ficou, não foi pela sua obsessiva vigilância, mas pela minha incorrigível desatenção.

e, em muitos casos, corruptos governos, em que as desigualdades sociais crescem aceleradamente e as iniquidades dominam o panorama continental, a estabilidade regional pende do delgado fio da manobra. Nessa situação, assumir guerras alheias pode provocar uma desestabilização generalizada com conseqüências imprevisíveis para a região. Definir politicamente o inimigo é prerrogativa específica e definidora da soberania. Sem definições claras sobre “terrorismo”, “terrorismo internacional”, “narcoterrorismo”, “narcoguerrilha”, “crime organizado”, etc., correremos o risco de perder aquela prerrogativa e, entrando numa guerra que não nos pertence e por questões que nossa legislação talvez considere meros crimes, transformar a América Latina num horrendo campo de batalha onde a vitória é incerta e no qual apenas ganham os que sempre lucraram com as guerras e que por isso as promovem. Discutamos agora, enquanto a tênue paz o permita, sobriamente, com a seriedade e o rigor que o tema nos impõe – “*sine ira et studio*” como exigia Max Weber das reflexões científicas –, as definições sobre as quais posteriormente os governantes terão que se posicionar, até para declarar a guerra chegado o caso, mas com a certeza da univocidade dos conceitos que estão em pauta e os conteúdos políticos neles contidos.

A necessidade de definir “terrorismo”

Os ataques perpetrados em Nova York e Washington em 11 de setembro mudaram muitos dos conceitos fundamentais nos âmbitos da defesa e da segurança internacional e eclipsaram as teorias das relações internacionais que subestimaram a centralidade das relações de força. Como “nova ameaça”, o terrorismo internacional comoveu o dispositivo de Segurança internacional obrigando a repensar as estruturas defensivas das Nações. Isto significou, em alguns países, a revisão constitucional do seu capítulo de Defesa, a discussão de novas missões para as Forças Armadas e a atribuição

de novas prerrogativas, especialmente na inteligência interna. Aqueles atentados nos Estados Unidos recolocaram a prioridade da análise do fenômeno das relações de força e as questões de Segurança Internacional numa posição destacada na agenda dos estudos das Relações Internacionais e, mais particularmente, o fenômeno do terrorismo no centro da mesma, como catalisador dos arranjos de forças na sua função de critério para distinguir amigos de inimigos² e como orientador principal nas decisões de política de Segurança Internacional.

Seja como objeto de análise dos estudos das Relações Internacionais ou como justificativa da frente de projeção estratégica global do esforço bélico da superpotência, a emergência do fenômeno terrorismo exige uma reflexão urgente. Isto nos obriga, como estudiosos destes temas, a recuperar algumas das manifestações empíricas com que o fenômeno apareceu na história, assim como aquelas reflexões teóricas que esses fenômenos concitaram sobre o terror e o terrorismo. A partir desse trabalho, talvez possamos nos aproximar de uma definição de “terrorismo” que impeça o emprego arbitrário e político do mesmo, que justifique, internacionalmente, punições desproporcionais contra países considerados “terroristas” ou do “eixo do mal” em qualquer parte do planeta e, internamente, a repressão indiscriminada e o atropelo aos direitos humanos e ao Estado de Direito por uma guerra não definida e mal formulada, deflagrada num lugar incerto e contra um inimigo des-

² Distinção essa colocada com a veemência schmittiana que cristaliza e define o âmbito do político. A frase do presidente norte-americano “quem não estiver conosco está contra e será combatido” expressa de maneira descarnada e empírica a formulação que analisa teoricamente Carl Schmitt em *El concepto de lo político*, Buenos Aires, Folio, 1984. Discutimos detidamente esta concepção schmittiana em “Inimigo e Excepcionalidade na teoria da soberania de Carl Schmitt”, revista *Impulso*, V(9), Piracicaba, UNIMEP, 1991 e em “La centralidad del concepto de ‘enemigo’ en la teoría de la soberanía de Carl Schmitt” In: Dotti, J. e Pinto J. (compiladores) *Carl Schmitt: su época y su pensamiento*, Buenos Aires, Ed. EUDEBA, 2002.

conhecido e invisível. O perigo dos Estados, pressionados pela hiperpotência, se lançarem impulsivamente a uma guerra contra o terrorismo é cair no emprego das táticas terroristas, perdendo a base jurídica e a orientação moral, sem as quais, as relações internacionais poderão ser levadas a um limite crítico além do qual, o retorno é difícil, pois, como entende Michael Walzer, “o terror é a forma totalitária da guerra e da política. Joga pelos ares a convenção bélica e o código político. Traspassa os limites morais e, uma vez cruzado esse umbral, não parece já possível estabelecer limitação alguma.”³

Na verdade, o terrorismo não é um fenômeno novo. Ele é tão velho quanto a própria guerra, a mesma que acompanha a sociedade desde os seus primórdios. Os Estados, os exércitos, as etnias, os grupos e os homens isoladamente têm empregado o expediente do terrorismo como forma de diminuir a coragem dos seus inimigos para enfraquecer a sua resistência e facilitar a vitória. De assassinatos até etnocídios, passando por genocídios e magnicídios, com o único objetivo de infundir o terror, a humanidade, em todos os rincões do globo, conhece desde sempre esta particular manifestação da violência. A tétrica característica que recobre com um manto de novidade este velho flagelo talvez seja sua atual e crescente internacionalização.

A característica internacional do terrorismo pode ser nova, mas não surpreende. Com efeito, num mundo cuja novidade consiste na hegemonia incontestada de uma superpotência com interesses globais, onde a realização desses interesses dificilmente se completa sem ferir outros, a colheita de ódio torna-se inevitável. Quando nenhuma ação diplomática é eficiente para defender interesses postergados, quando nenhum organismo internacional é suficientemente forte como para distribuir justiça entre interesses afetados, quando nenhuma forma convencional de violência é eficaz para

³ Walzer, M.: *Guerras justas e injustas*. Barcelona, Paidós, 2001, p. 277.

defendê-los, fica aberta a porta para que o ódio da impotência se manifeste ou bem por acima da regulação convencional da violência, para quem puder, ou bem por abaixo dela, de maneira incontrollável e algumas vezes irracionalmente com relação aos seus objetivos. Na Guerra do Golfo ficou claro, como observou Eric de La Maisonneuve, que qualquer exército convencional é impotente ante a manifestação pretoriana da superpotência. Ante esta constatação, qualquer pretensão estratégica conta com apenas dois caminhos para “democratizar” suas possibilidades, o poder igualitário do átomo, demasiado longe para os países pobres, ou o recurso à guerra assimétrica: a guerrilha e o terrorismo. Especialmente o terrorismo, pela sua simplicidade operativa, o seu baixo custo, seu efeito devastador, a facilidade de transnacionalização e o impacto da visibilidade global pela internacionalização em tempo real da notícia, torna-se uma alternativa tentadora para manifestar o ódio por parte de grupos fanáticos ou de expressão política para grupos descontentes. Com respeito à internacionalização do terror: ante uma hegemonia planetária, com interesses globais que não poupam continentes, o terreno de operações torna-se também global. E assim, “Afastamo-nos das guerras convencionais, limitadas aos especialistas, que podiam constituir uma forma de continuação da política por outros meios; estamos na era da guerra de todos contra todos.”⁴

Os atentados do 11 de setembro provocaram uma nova ordem mundial em função de um realinhamento de alianças e projeções estratégicas com o objetivo de oferecer combate contra um “terrorismo” não definido ou, o que é pior, mal definido. De fato, a frente de projeção estratégica que polariza a atual correlação de forças internacionais é um fenômeno difuso e global que, na sua ambigüidade conceitual, torna-se politicamente versátil para identificar o inimigo em três planos diferentes, superando amplamente a função que desempenhava o conceito polemológico do “comunismo” du-

⁴ Eric de La Maisonneuve, *La metamorfosis de la violencia. Ensayo sobre la guerra moderna*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1998, pp. 175-222. A citação é da página 184.

rante a guerra fria. Este conceito, deliberadamente vago e ambíguo, permite:

- 1) por um lado, delimitar a **frente internacional**, ao definir uma inimizade global com o conseqüente arco de alianças intencionais que divide o mundo em duas esferas eticamente antagônicas e inconciliáveis, o lado do “bem”, representado pelos que concordam com a conceitualização extensional de “terrorismo”, isto é, com as listas elaboradas pelo Departamento de Estado norte-americano, e se comprometem na guerra à morte contra esse inimigo, e o lado do “mal” representada pelos considerados “terroristas”, mais todos aqueles países que os apóiem e todos os que pretendam se manter à margem de guerra que não admite neutros;
- 2) por outro lado, essa ambigüidade e o caráter difuso do inimigo, somado à imprevisibilidade das suas ações e a localização na qual emergirão para despejar sua carga letal, obriga os governos a permanecerem alertas à manifestação nacional do “terrorismo”, delimitando, deste modo, a **fronteira interna** da guerra. Detrás de cada pacato cidadão pode se esconder um impiedoso terrorista, detrás de cada homem e mulher se potencializa uma eventual ameaça que obriga à desconfiança de todo patricio, nacionalizando a inimizade internacional do terror. Esta frente de combate permite aos governos, no limite e conforme suas necessidades de governabilidade, caracterizar as manifestações de descontentamento social como “atos terroristas” e os movimentos sociais que os promovem como “grupos terroristas”;
- 3) finalmente, embora vago e difuso, este conceito parece possuir a característica quase mágica de poder se **condensar materialmente** em algum país representativo do decretado “eixo do mal” ou de seus aliados. Isto cria um excelente cenário bélico convencional sobre o qual, a superpotência pode exhibir sua capacidade imperial despejando armamento bélico convencional (e não convencional, como bombas de fragmentação), de maneira a exhibir ameaçadoramente a tecnologia do seu requintado arsenal militar para potenciais, e muitas vezes obrigados, compradores.

O uso extensivo do conceito de “terrorismo internacional” não leva em conta uma distinção iniludível entre os critérios especificamente acadêmico-definicionais e os pragmático-políticos. Por exemplo, houve outros notórios incidentes no Cone Sul, como o atentado contra a Embaixada de Israel na Argentina e, posteriormente, aquele que atingiu ferozmente à *Asociación Mutual Israelita Argentina* (AMIA), que aparentemente tiveram apoio financeiro e organizacional do estrangeiro, mas que ainda assim, eles não foram considerados, naquele momento, como pertencentes ao conceito de “terrorismo internacional” e que tivessem ameaçado a segurança internacional. Para estes casos não se solicitou e muito menos se ofereceu, como depois do 11 de setembro, um incondicional apoio internacional à luta contra o terrorismo. Tampouco foram investigados depósitos bancários nem foram rastreados os fluxos financeiros que poderiam ter conexão com os atentados, ninguém propôs organizar uma internacional de inteligência para prevenir e antecipar outros atentados similares. Naquele momento não houve a solidariedade internacional hoje exigida com prepotência: o perigo ainda parecia infinitamente austral, demasiado longe para a potência que ainda se sonhava invulnerável.

Mas desta vez, que o impacto foi deflagrado no simbólico coração do sistema financeiro internacional e no centro do sistema nervoso da pletora que o defende, que ficou claro que não existe escudo nuclear suficiente nem superpotência absolutamente invulnerável às mutantes formas do terror, que qualquer um pode ser alvo de um ataque terrorista interno ou externo, realizado não com fantásticos mísseis de grandes potências, mas por um pequeno grupo de fanáticos determinados a colocar sua vida como vetor da morte, apenas armados de aviões comerciais carregados de combustível nacional ou pelas infinitas variáveis de ataques imprevisíveis, a comunidade internacional reúne-se num ato condenatório e decide combater solidariamente numa “guerra” que foge de toda e qualquer caracterização clássica, contra toda e qualquer forma de “terrorismo”, independentemente do peso semântico que oculte este esquivo conceito.

O terrorismo pode ser combatido. Negar essa possibilidade é decretar de antemão a impotência da estratégia. Mas precisamente por isso e para isso devem ficar perfeitamente claros os critérios da sua definição, assim como devem ser explicitados os critérios de aplicação da mesma e discutidos os meios mais eficazes para levar a cabo esse combate e, particularmente, para poder desenvolver uma teoria sobre o terrorismo. Como diz Grant Wardlaw, “Sem uma definição fundamental, não é possível dizer se o fenômeno a que chamamos terrorismo é ao menos uma ameaça, se a sua natureza é diferente das suas manifestações anteriores e se poder-se-ia estabelecer uma teoria do terrorismo”⁵

Além das taxonômicas, as ciências contam com dois tipos diferentes de definições. Existe a definição que os lógicos chamam de “definição *intencional*”, que define pela caracterização de um atributo específico do definido, como o aristotélico “gênero próximo e diferença específica”, ou aquela conhecida como “definição *extensional*”, que define pela enumeração extensiva dos elementos que fazem parte do conjunto definido, e cujo critério é o de inclusão ou exclusão do conjunto. A precaução sobre os critérios empregados para definir “terrorismo” fica dramaticamente justificada quando aquela potência hegemônica, através de uma definição puramente extensional de terrorismo, isto é, pela inclusão ou exclusão nominal de grupos de indivíduos ou países, publica, sem discutir com a comunidade internacional nem explicitar os critérios de inclusão, as famosas “listas” daqueles que ela considera “terroristas”, e contra os quais os governos solidários naquela “guerra” poderão ver-se compelidos a combater.

A importância destas definições reside no fato de que, por um lado, elas delimitam a frente de projeção estratégica do combate internacional ao terrorismo e sua caracterização geopolítica ou cultural e, por outro, essas listas, hoje definidas arbitrariamente, pro-

⁵ Wardlaw, Grant, *Terrorismo Político. Teoría, Táctica y contramedidas*, Madrid, Ediciones Ejercito, 1986, p. 38.

vocam pânico⁶ nos povos e seus governantes e confusão na hora de deliberar sobre as prioridades estratégicas nacionais e as verdadeiras ameaças que permitam formular as políticas de defesa com alguma autonomia, especialmente para os países latino-americanos. Nessas listas – que por obedecer a critérios extensionais em lugar de definir o terrorismo intencionalmente estão sujeitas arbitrariamente a caprichos políticos – aparecem grupos guerrilheiros que disputam o monopólio da violência em países da região, como por exemplo as FARC, que combatem na fronteira norte do Brasil. Pode-se argumentar que as FARC talvez pratiquem atos terroristas, ainda assim, e independentemente da verdade dessa asseveração, o que deve ser discutido para determinar seu peso definicional, é se essas ações táticas terroristas são suficientes para incluir ao grupo que as pratica dentro da definição de terroristas. Táticas terroristas são frequentemente usadas por grupos de crime organizado, por traficantes, por governos e em muitos casos por exércitos regulares, inclusive o da Colômbia e dos EUA, por exemplo, mas esses atos terroristas por si só não tornam terroristas aqueles que os realizam, do contrário, George Bush seria terrorista pelo seu grito bélico, claramente terrorista, que ecoou pelo mundo: “quem não estiver do lado dos Estados Unidos estará contra e será aniquilado”.

As dificuldades para uma definição objetiva de “terrorismo”

Uma das primeiras dificuldades que surge na hora de definir o que seja terrorismo decorre da característica eminentemente subjetiva do terror. Tendo como propósito “destruir a moral de uma nação ou de uma classe, socavar sua solidariedade”⁷, o terrorismo é uma forma de violência cuja realização se objetiva no âmbito psicológico do indivíduo. Seu efeito, procurado ou não (pode aconte-

⁶ Destaquei a face terrorista desta guerra contra o terrorismo em “Até tu Arafat?”, *Jornal do Brasil*, RJ, 14-09-01.

⁷ Walzer, M.: *Op. cit.*, p. 269.

cer que esse efeito não seja procurado e até indesejado pelo sujeito da ação), é uma disposição psicológica e portanto íntima: o terror, isto é, um pavor incontrollável, um fenômeno especificamente psicológico. Esta natureza subjetiva do terror, para Wilkinson, constitui precisamente um dos problemas fundamentais que se apresenta na hora de tentar defini-lo.⁸ O medo é um fenômeno subjetivo e não há como determinar objetivamente um umbral único para o terror, que dependerá de fatores tão variáveis como os pessoais, os funcionais e os culturais. Mas, embora esta indeterminação seja talvez fatal como caminho para uma almejada teoria do terrorismo, é precisamente o objetivo estratégico de esta peculiar forma de violência, como adverte Reinares:

“a intenção de suscitar reações emocionais tais como ansiedade, incerteza ou amedrontamento entre os que formam parte de um determinado agregado da população, de maneira que resulte factível condicionar suas atitudes e dirigir os seus comportamentos numa direção determinada, prima nos atos terroristas sobre o desejo de causar danos tangíveis a pessoa ou coisas.”⁹

Outra das dificuldades que concorre na discussão para definir de maneira objetiva e clara o conceito de “terrorismo”, apontada por vários autores que trabalharam este tema, é o sentido pejorativo com que pragmaticamente empregou-se esta palavra ao longo da história. A aplicação da palavra “terrorismo” vem sempre acompanhada de um juízo de valor e, portanto, subjetivo: o grupo que para alguns é terrorista para outros poderá estar formado por guerreiros da liberdade, em geral, o terrorista é sempre o “outro”, independentemente de que, como advertira Trotsky, depois de uma luta prolongada, os meios e táticas de combates empregados por ambos os lados da linha de frente sejam essencialmente os mes-

⁸ Wilkinson, P.: *Terrorism and the Liberal State*, London, Macmillan, 1977, p. 43.

⁹ Reinares, F.: *Terrorismo y Antiterrorismo*, Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 1998, p. 16.

mos, “os inimigos aprendem um do outro: rejeitam o inútil e remediavam as carências”.¹⁰ Este fato dificulta a adoção de um conceito objetivo, unívoco, aceito por todos e que possa permitir o desenvolvimento de uma teoria do terrorismo. Frequentemente se emprega o apelativo “terrorista” para desumanizar ou desacreditar adversários políticos ou qualquer oposição ao regime estabelecido. O apelativo de “terrorista”, por um lado, parece justificar o emprego de todos e quaisquer meios na sua eliminação e, por outro, procura abrir uma brecha entre o grupo assim considerado e a população em geral, evitando a simpatia desta com a causa daquele. Por outro lado, parece haver uma certa dificuldade generalizada para considerar como “terroristas” alguns dos atos de violência e comportamentos regulares, oficiais, aqueles praticados pelos governos e, em alguns casos, em nome da *ultima ratio* do Estado. Todavia, essa dificuldade desaparece quando se trata de caracterizar o comportamento de indivíduos que manifestem sua inconformidade com a violência, ou de algum grupo que se insurja contra o monopólio da violência, do Estado, mesmo que seja contra aqueles Estados que não duvidariam em empregar táticas terroristas contra a sociedade. Como diz Michael Walzer, “A imposição sistemática do terror sobre populações inteiras é uma estratégia que se utiliza tanto na guerra convencional como na guerra de guerrilhas e é um recurso que empregam tanto os governos estabelecidos quanto os movimentos radicais.”¹¹

Na verdade, esta dificuldade parece se fundar no preconceito daqueles que forçam a distinção entre força e violência e que já apontáramos em outro lugar.¹² Hobbes, por exemplo, reivindicava

¹⁰ Trotsky, L.: *Escritos militares. Ejército, milicias, guerrillas*. Buenos Aires, Amaicha, 1973, p. 122.

¹¹ Walzer, M, Op. Cit., p. 269.

¹² Saint-Pierre Héctor Luis: *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo, Editora da UNESP, 2000. Trato deste tema no capítulo 3, pp. 81-113, especialmente nas pp. 85-92.

todo o poder e força para o soberano.¹³ Poder e força, dois elementos freqüentemente confundidos porque ambos concorrem para o exercício de governo. “Trata-se – pensa Arendt – de uma triste reflexão sobre o atual estado da Ciência Política o fato de que nossa terminologia não distinga entre palavras-chaves tais como ‘poder’, ‘força’, ‘autoridade’, e, finalmente ‘violência’.”¹⁴ Confusão que a autora atribui ao fato de que “poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras para indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função.”¹⁵ Para Arendt o poder, diferentemente da violência, se relaciona com o número. Poder é a capacidade de agir em unísono, em comum acordo, o que o torna um fenômeno quantitativo. Por sua vez a violência, para a autora, reveste-se de caráter instrumental. Para ela, o poder é o contrário da violência, a esta se recorre quando não se conta com aquele: “A forma extrema do poder resume-se em ‘Todos contra Um’, e a extrema forma de violência é ‘Um contra Todos’.”¹⁶

Contrária à posição de H. Arendt, pode-se destacar uma corrente filosófica para a qual a violência constitui a própria essência da política, sua verdadeira natureza. Para não ir muito atrás na gaveta da história poderíamos datar o começo desta maneira de interpretar a política, que passou a ser conhecida como “Filosofia da Força”, no século XVI, e poderíamos também nomear, sem originalidade nem perigo de sermos contestados, Maquiavel como seu fundador. Para esta corrente o eixo fundamental do fenômeno político é o exercício da força guiado pela ótica do príncipe, do Estado ou dos interesses de classe. Nela encontramos, entre muitos outros, pensadores representantes de posições tão dissímiles como Hobbes, Marx, Weber, Lênin, Trotsky, Carl Schmitt e Raymond Aron. Den-

¹³ Hobbes, Thomas, *Leviatán*, Madrid, Editora Nacional, 1983, pp. 266-7.

¹⁴ H. Arendt. Da violência, Brasília, UnB, 1985, p. 23.

¹⁵ *Ibidem*, p. 23.

¹⁶ *Ibidem*, p. 22.

tro desta corrente e em oposição radical a Arendt, Georges Sorel propõe uma definição terminológica que distingue força e violência por critérios ideológicos, tornando supérflua a obscuridade “quantitativa” da definição daquela. Vejamos a passagem na qual o apologista da violência tece suas considerações a respeito:

“Os termos *força* e *violência* são empregados ora ao se falar dos atos da autoridade, ora ao se falar dos atos de revolta. É claro que os dois casos dão lugar a conseqüências bem diferentes. Sou da opinião de que seria mais vantajoso adotar uma terminologia que não resultasse em ambigüidade e de que se deveria reservar o termo *violência* para a segunda acepção. Diríamos portanto que a força tem por objetivo impor a organização de uma certa ordem social na qual uma minoria governa, enquanto a violência tende à destruição dessa ordem. A burguesia empregou a força desde o início dos tempos modernos, enquanto o proletariado reage agora contra ela e contra o Estado pela violência.”¹⁷

Embora a violência vise à destruição da ordem, não se deve concluir que ela é em si mesma desordenada. Em outras palavras, não devemos, baseados na formulação de Arendt, supor que, porque a “força” é institucional e racional, a violência – por visar a destruição dessa ordem, e até dessa racionalidade – só possa ser irracional. Pelo contrário, a violência não é necessariamente um transbordo descontrolado das forças reprimidas; ela pode ser *a canalização estratégica* dessas forças com o objetivo meridianamente claro e *racionalmente* deliberado da tomada do poder do Estado. A racionalidade da violência não deve ser procurada na sua peculiar natureza (desse ponto de vista não há diferença com a violência institucional: nenhuma violência é racional na sua essência), mas pode ser avaliada nos resultados substantivos de sua aplicação e na adequação dos meios – racionalidade da ação – empregados para a realização dos fins propostos.

¹⁷ Georges Sorel. *Reflexões sobre a violência*, SP, Martins Fontes, 1992, p. 195.

Esta distinção entre a pretensa racionalidade da violência dos governos, por um lado, e a irracionalidade da violência individual que se atira contra aqueles, por outro, é uma das maiores dificuldades para uma definição clara de terrorismo ou para reconhecer, em algumas formas de domínio do governo, claras manifestações de terrorismo. Este fato não passou inadvertido para Wardlaw, quem, tentando explicar a tendência generalizada a classificar como força a ação dos governos e de terrorismo a dos indivíduos, aponta que os primeiros servem-se de recursos substanciais e títulos bem reconhecidos pela sua legitimidade, enquanto que os indivíduos não podem reivindicar igual legitimidade e caracterizam-se pelos seus escassos recursos e modos de violência pobres. Mas por outro lado, este autor afirma que um forte motivo para não considerar o acionar dos governos como terrorismo e ação contra estes são as formas como a sociedade percebe esta diferença:

“A primeira delas é a representação dos atores da nação-estado como seres racionais cujas ações servem a um fim maior. Fomenta-se a impressão de pessoas com autodomínio, idéias lógicas e sentido da responsabilidade, impressões que se reforçam com os estilos de vida do conservadorismo e com qualidades atrativas. Pelo contrario, o ator, que é o terrorista individual, mostra-se como irracional, impulsionado por uma mente insana e com propósitos egoístas e de destruição ilógica. A esta diferença contribuem ainda mais as armas que cada um pode escolher e a forma em que as levam (...) O soldado pode-se se descrever como um indivíduo controlado que leva legitimamente a sua arma às vistas de todo o mundo. (...) A pessoa que coloca uma bomba carece dessa legitimidade. A bomba coloca-se secretamente, tem efeitos imprevisíveis. (...) Assim, a violência do terrorismo oficial está coisificada e legitimada, mas não a do indivíduo.”¹⁸

Ante a divulgação das imagens dos atentados de Nova York, refletindo plasticamente o ponto a que pode chegar a ira “irracional”

¹⁸ Wardlaw, op. cit., pp. 42-3

dos terroristas “islâmicos”, passou quase inadvertida a atitude terrorista do presidente da maior superpotência que o mundo já conheceu ameaçando “a todos aqueles países que não estivessem do lado dos Estados Unidos”. Para o olhar eletrônico do mundo, a redução a escombros do miserável Afeganistão pareceu uma resposta “racional”, adequada e “justa” pelo que os norte-americanos sofreram – independentemente de que não tenham aportado provas até agora sobre a conexão entre uma coisa e a outra. Encontrar-se-á sempre algum jurista que consiga argumentar a favor da “racionalidade” dos tribunais excepcionais e da suspensão dos direitos individuais para preservar a “ordem democrática”. Não faltarão sofismas para justificar a “racionalidade” do emprego de quaisquer meios, até os repulsivos para qualquer critério democrático, para defender a civilização e a democracia, dificultando ainda mais o acesso acadêmico, sem preconceitos nem juízos valorativos, ao fenômeno do terrorismo. Depois de tudo, como diz Wardlaw, “A coisificação e legitimação do terrorismo oficial permite condenar o terrorismo individual como moralmente repugnante e não reconhecer em absoluto o terrorismo oficial ou aceitá-lo como duro, mas necessário.”¹⁹

Acredito que o preconceituoso manto de névoa que ainda encobre e impede uma teoria que se proponha disputar a aceitação acadêmica sobre o terrorismo, a gravidade da situação internacional, impelida a uma “guerra global” contra um inimigo invisível, a necessidade de combater consciente e eficazmente o flagelo do terrorismo, as exigências éticas e políticas que devem orientar os métodos empregados nesse combate e a urgência de discutir critérios claros para definir esse fenômeno, justificam um pequeno exercício teórico em torno do conceito de “terrorismo” tentando tornar mais nítidos os seus contornos e firme o núcleo duro da sua definição.

Análise do terrorismo

¹⁹ *Idem, ibidem*, p 44

Abordei o tema do terrorismo no livro *A política armada*.²⁰ Aí proponho uma definição vitimológica de terrorismo, mais precisamente, ela se fundamenta no peculiar critério com que o terrorista seleciona a sua vítima. Os atentados do 11 de setembro e suas conseqüências suscitaram novamente minha reflexão sobre este tema. A constatação da falta de conceitualização adequada sobre “terrorismo” com que a *mídia* mundial cobria os acontecimentos, assim como a confusão e pânico que esta inadequação provocou na opinião pública em geral, convenceram-me a retomar aquele trabalho, aprofundá-lo e melhorá-lo da forma que tratarei de expor aqui.

O terrorismo é uma forma de violência cujo efeito realiza-se, como dissemos, no âmbito psicológico do indivíduo.²¹ Seu objetivo é produzir uma reação psicológica no indivíduo: o terror, isto é, um pavor incontrollável. O terrorismo é um ato de violência que provoca uma comoção social, uma ação social reativa, isto é, ele é uma violência que procura condicionar comportamentos, uma relação de força. Enquanto exercício de força, o ato terrorista pode ser analisado nos três níveis nos quais normalmente se manifesta sua violência, tratando de identificar em cada um deles os objetivos aos quais o terrorismo se devota:

Nível Tático: Este é o aspecto mais visível de toda relação de força, é a sua expressão concreta e manifesta, a aplicação direta e visível da força, o ataque propriamente dito, o combate, a “gramática da guerra” como diria Clausewitz. Neste nível, o objetivo visado pelo terrorismo é provocar o maior dano possível e com a maior publicidade. Matar, mutilar, com a maior visibilidade e crueldade possíveis, expressado com os requintes de qualquer meio. Desde facas até bombas passando por todos os tipos de armas, convencionais ou não, são empregadas para mostrar que não há limite para o

²⁰ Op. Cit.

²¹ Ver de Reinales, Fernando: *Terrorismo y Antiterrorismo*, Op. Cit. e de Wardlaw, Grant: *Political Terrorism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, especialmente o Cap. IV.

seu acionar. O emprego epistolar da bactéria Antrax (*Bacillus anthracis*), nos Estados Unidos, nos dias que se seguiram aos tentados do 11 de setembro ou o gás sarin, utilizado no metrô de Tóquio, são exemplos de que armamento químico, biológico e eventualmente nuclear (como a guerrilha nacionalista tchetchena assegurou possuir para usar contra a Rússia), se caísse nas suas mãos, poderia fazer parte do arsenal do terror para provocar o maior dano possível e obter a maior visibilidade e divulgação do seu acionar.

Nível Estratégico: O objetivo estratégico do estabelecimento político de uma relação de força é outorgar a vitória na guerra, seja pelo uso dessa força no combate ou pela ameaça da sua aplicação. No nível estratégico define-se a gramática da guerra. O que se espera neste nível é desobstruir de impedimentos o caminho para a execução dos fins pelos quais a política estabeleceu essa relação de força, dito de outra maneira, retirar a capacidade de combate e de resistência do inimigo para impor a vontade política do vitorioso. No caso do terrorismo, o objetivo estratégico é sempre provocar terror, aquele pavor incontável que produz nas pessoas a sensação irresistível de ser vulnerável e de estar desamparadamente exposto à violência homicida. O terrorismo manifesta no nível estratégico uma especificidade que o torna singular: diferentemente de outras ações de violência política, esta forma de violência não emprega os seus meios táticos para lograr a vitória na guerra nem a tomada do poder que permitiria impor a vontade política do vencedor, mas, provocar uma comoção social, um pânico incontável em toda a população indiscriminadamente ou em uma parte definida desta. Por tanto, *o objetivo estratégico do terrorismo, que o distingue de qualquer outra relação de força e o define, é provocar terror.*

Nível Político: Neste nível realizam-se os objetivos pelos quais uma guerra é levada a cabo. É a política quem escolhe o inimigo; quem define a lógica da guerra, a força e o tempo estratégicos e as formas de retorno à paz; quem regula os acordos e os custos que serão impostos ao vencido; quem exerce a imposição da vontade para a qual os meios diplomáticos resultaram impotentes tornando

a guerra viável. No caso do terrorismo não há imposição da vontade (o atentado não torna soberana a vontade do terrorista), mas apenas, quando consegue o seu objetivo, a fratura da vontade do inimigo. Como não objetiva a tomada do poder (nenhum grupo terrorista deseja obter de maneira direta o poder político, mas apenas sua destruição) não pode pretender impor a sua vontade, pelo menos não a sua vontade positiva, mas sim a sua vontade negativa, a desestabilização do inimigo, o desmembramento do tecido social, a falência do Estado. Ainda assim, nem todos os grupos terroristas têm ou perseguem fundamentos políticos. O atentado com gás sarin no metro de Japão acima referido, com seu objetivo especificamente milenarista, é um exemplo. Portanto, é difícil definir o terrorismo pela sua finalidade política, como pode ser feito com qualquer outro tipo de relação de força, inclusive a guerra. Raymond Aron dizia que uma guerra se define pela caracterização política dos beligerantes e pelas formas de retorno à paz. No caso do terrorismo esta definição é inaplicável: é difícil caracterizar politicamente os terroristas (que nem beligerantes são, em sentido estrito) e não existe a possibilidade de se pensar no retorno à paz. Por outro lado e no limite definicional, toda violência ou emana do monopólio legítimo do Estado ou o contesta, e portanto, teoricamente, todas suas manifestações seriam políticas.

Não poucas vezes o senso comum (o que é compreensível), e os meios de comunicação de massa que o informam (o que é injustificável), não percebem uma sutil natureza que distingue os diferentes tipos de vítimas do terrorismo. Há uma vítima que morre ou fica ferida no atentado, aquela que é atingida diretamente pelas letais garras do terror; outras, que ficam em pânico e descontroladas criando uma comoção social; outras ainda, são as que arcam com o preço político do atentado. Em função daquela tripartição tipológica do fenômeno do terrorismo proposta acima, podemos pensar na diferente natureza que a vítima deste tipo de acionar assume para cada um dos três níveis de análise. Assim, para o nível tático, estratégico e político poderemos encontrar:

1. A **vítima tática** é a vitima direta, o morto, o esfaqueado, o assassinado, o mutilado, o explodido, o seqüestrado, enfim, aquele que sofre na sua própria pessoa a violência do atentado e deixa sua vida no mesmo ou por ele é diretamente afetado. Ele poder ter sido deliberadamente escolhido por alguma característica ou por pertencer a um grupo definido de pessoas ou, pelo contrário, ser apenas um número estatístico de uma escolha aleatória e indiscriminada;
2. A **vítima estratégica** são todos aqueles que sobrevivem ao atentado, mas que se encontram de alguma maneira dentro do grupo de risco dos vitimados, seja por uma característica que o identifica com esse grupo ou pela deliberada indiscriminação da vitima, o que coloca a todos no grupo de risco e ante a possibilidade de ser a próxima vitima. A vitima estratégica, aquela que não é atingida diretamente pelo atentado, mas que, achando-se vulnerável, considerando a imprevisibilidade do atentado e ante à possibilidade de ser a próxima vitima tática, é presa do pânico. Esta é a vitima estrategicamente visada pelo terrorista: é aquela que não morre, mas a que permanece viva e aterrorizada;
3. O terrorismo pode e normalmente tem uma **vítima política**²²: é o Estado, aquela estrutura que deveria garantir a vida dos seus cidadãos, para o qual recolhe pesados tributos com o argumento e a justificativa de montar uma estrutura capaz de assegurar a vida, a propriedade e a tranquilidade de todos os cidadãos.

²² Conforme Max Weber, o Estado pode ser definido pelo exercício legítimo e monopólico da força dentro de um determinado território, pelo qual, toda manifestação da violência que seja emanada desse monopólio ou o que o confronto será política. Note-se que a violência criminal, até a das organizações de crime organizado, nacional ou internacional, embora possa provocar medo na população não postula o monopólio da violência e portanto não é uma violência política. Tampouco é terrorismo, porque seu objetivo não é provocar o pânico na população, ainda que o provoque, senão o lucro fácil e delitivo.

Note-se que a vítima preferencial e o objetivo precípua do terrorismo, a vítima que chamamos “estratégica”, não é o morto ou o ferido no atentado, a vítima tática. Inegavelmente o terrorista procurará provocar o maior dano possível e por tanto tentará executar com a maior visibilidade e a maior quantidade possível de vítimas no nível tático da operação. Porém, se o objetivo estratégico do terrorismo é provocar um pânico incontrollável, obviamente a vítima estratégica não pode ser nunca a vítima tática, aquela que perde a sua vida no atentado, por uma questão eminentemente ontológica: os mortos (e desconheço bibliografia que defenda o contrário) não temem. Com efeito, a vítima objetivada estrategicamente pelo terrorismo não é o morto que tomba no atentado, mas todos aqueles que ficam vivos e se sentem indefensos ante a vontade do terrorista; aqueles que, conscientes de sua vulnerabilidade, percebem sua inclusão potencial na contabilidade daqueles que podem ser o próximo alvo do terror, a vítima tática. *O fundamento do terror não é a morte ou o aniquilamento, mas a insegurança que provoca a certeza da vulnerabilidade ante o acionar do terrorista. O fundamento do terror é o sentimento inequívoco de desamparo ante a vontade do terrorista.*

Classificação tipológica do Terrorismo

Vários autores propõem classificações tipológicas de terrorismo obedecendo a diferentes critérios. Em função do sujeito do terrorismo, por exemplo, poderíamos tipificá-lo a partir da pergunta “quem é o terrorista?” Nesse caso poderíamos agrupar as ações como *individuais*, quando o atentado é realizado por um indivíduo isolado e sem ligação com nenhuma organização; *grupais*, quando a autoria do atentado é atribuído a organizações que podem ser políticas, religiosas, étnicas, etc.; finalmente *estatais*, quando na origem do terrorismo ou como seu autor material se encontra o próprio Estado. Conforme o âmbito no qual o terrorismo espalhe o

terror, pode se falar de terrorismo *nacional* (seja este terrorismo de Estado ou antiestatal, este último também chamado de “terrorismo revolucionário”), quando realizado no âmbito do próprio Estado. Será considerado terrorismo *internacional*, quando atuar num contexto político internacional, como no caso das guerras de libertação contra as formas de ocupação do inimigo.²³ Finalmente, pode-se falar de terrorismo *transnacional*, quando pela possibilidade de mobilizar recursos humanos e materiais, os grupos terroristas atuam em países alheios ao de sua população de origem.²⁴

Tendo em conta a modalidade do atentado, pode se distinguir o terrorismo sexual, psicológico, econômico, militar, etc. Pela consideração dos meios, o terrorismo pode ser perpetrado com qualquer tipo de armas, desde as brancas como nos simbólicos degolamentos na Argélia, até bombas de diferentes poder de explosão. Além disso, com o atentado no metrô de Tóquio, ficou claro que as armas químicas não estão excluídas nas ações do terrorismo, e, seguindo esta lógica, podemos concluir que armas biológicas e também atômicas possam fazer parte do arsenal do terror:²⁵ isto é, ar-

²³ Para uma visão mais pormenorizada desta classificação ver de Luigi Bonanate o verbete “*Terrorismo Político*” In: Bobbio N. *et alii: Dicionário de Política*. Brasília, ed. UnB, 1986.

²⁴ Ver de Reinares, F., *Op. Cit.*, especialmente o capítulo 5 “Terrorismo en la sociedad internacional”.

²⁵ Já foram desmantelados vários intentos de contrabandear material nuclear, em pequenas doses, para a Europa aparentemente vindos da ex-URSS. Em maio de 1992 já advertíamos para esta possibilidade: “O gelo da guerra fria derreteu e sua água radioativa penetrou a porosidade ideológica do mundo (...) O controle nuclear do Leste, caracterizado pela “racionalidade” burocrática, hoje se dilui em vários gatilhos nas mão de líderes tão populistas quanto imprevisíveis” In: “A nova (des)ordem mundial”, O Estado de S. Paulo, 19-05-92, p. 2. As armas nucleares e biológicas já estão ao alcance dos grupos terroristas, nada impedirá, chegado o caso, que estes grupos as usem. O exemplo do metrô de Tóquio e também o do prédio de Ocklahoma são a constatação de que o terrorismo não tem limites éticos para atingir seus objetivos.

mas de destruição em massa (ADM) em mãos do terrorismo, inclusive na sua forma transnacional.²⁶

Em função dos alvos visados, ordenados pela pergunta “para quê?”, poderíamos falar de terrorismo patológico, quando não há um objetivo claro, mas o motivo da ação é de ordem psicopatológica, como na maioria dos atentados individuais; religioso, quando o objetivo é aniquilar um grupo religioso ou provocar a adesão religiosa por meio do medo; econômico, quando o efeito procurado é nessa área, como no caso do terrorismo contra os turistas, em países onde o turismo é a principal fonte de renda, ou contra fontes de energia, etc.; e político, quando o objetivo visado são as relações de força, como quando se mata uma personagem política importante, como no assassinato de J. F. Kennedy em 1963, quando este era presidente dos EUA.

Para os objetivos deste trabalho defendemos um critério classificatório acorde com a caracterização de terrorismo que propusemos acima. Com esse objetivo, procuramos um critério classificatório baseado na peculiar seleção da vítima, conforme o terrorista procure intencionalmente precisão identificatória (seja pela profissão, a “raça”, a “cor”, a religião, a cultura, a classe social, o estamento, o sexo, etc.) ou simplesmente procure intencionalmente evitar essa identificação atingindo como vítima tática a maior variedade e quantidade de pessoas. Em função do critério que aqui propomos, conseguimos distinguir dois tipos de terrorismo: o discriminado ou sistemático e o indiscriminado ou aleatório.

a. Terrorismo sistemático ou discriminatório

O terrorismo sistemático ou discriminatório é aquele que escolhe suas vítimas por alguma característica identificatória, seja esta

²⁶ Ver sobre este aspecto de HOFFMAN, Bruce: *A mano amada. Historia del terrorismo*, Madrid, Ed. Espasa Calpe, 1999, especialmente o capítulo 7: “El terrorismo hoy y mañana”.

a religião, a profissão, a “cor”, a etnia, a classe social, etc. Atentados terroristas com esta característica são, por exemplo, os cometidos pelo Movimento Separatista Basco (ETA);²⁷ pelo Exército Republicano Irlandês (IRA); pelos argelinos pertencentes ao braço armado da Frente Islâmica de Salvação (FIS) especialmente contra jornalistas e formadores de opinião; pelos comandos palestinos da Hammas, contra postos militares israelitas;²⁸ pelos ataques da aviação israelita sobre acampamentos palestinos; pela guerrilha colombiana, contra companhias petroleiras estrangeiras. Este tipo de ação terrorista baseia sua eficácia na correta precisão da identificação da vítima, pois é a partir dessa identificação que os campos da amizade e da inimizade assumem seus contornos políticos com maior nitidez, obrigando a sociedade a tomar partido por um ou outro dos campos.

O que todas estas ações têm em comum é que, ainda que esses grupos possam procurar em última instância a tomada do poder, em nenhum caso essas operações terroristas são decisivas. Porém, todas elas se revestem de uma significação muito clara: identificar o inimigo; tornar nítida à frente de combate; manifestar abertamente a opção desse grupo pela luta armada; levar seu inimigo a tomar consciência de que sua posição não é invulnerável; disseminar a intranquilidade e o terror entre seus membros para forçar a deserção pelo medo e a perda de prestígio da instituição. A diferença entre este terrorismo sistemático e o aleatório é que, se com a discriminação do inimigo no primeiro estabelecem-se os campos da inimizade, no segundo o inimigo não é identificado, não estabe-

²⁷ Sobre o terrorismo da ETA, pode-se consultar, de Goldie Shabad and Francisco José Llera Ramo, “Political Violence in a Democratic State: Basque Terrorism in Spain”, In: Crenshaw, M: *Terrorism in Context*. Pennsylvania, Pennsylvania State University Press, 1995.

²⁸ Sobre o terrorismo da OLP assim como sobre o terrorismo israelense, consultar, de Hoffman, Bruce, *A mano armada. Historia del Terrorismo*. Madrid, Espasa Calpe, 1999, especialmente o cap. 3 para o caso da OLP e o cap. 4 para o caso israelense.

lece campos de confronto, não há frente de combate, ele apenas provoca uma comoção social desintegradora: o espanto.

O terrorismo sistemático, diferentemente do aleatório, pode ser uma ferramenta para a luta política na medida em que galvaniza o âmbito social em campos de combate, mas, em contrapartida o risco que corre é de desvincular o grupo armado da mobilização popular. Como nota Carlos Nuñez,

“um princípio revolucionário e uma exigência prática: suas ações [refere-se às dos Tupamaros, grupo guerrilheiro uruguaio operante nos fins dos 60 e aniquilado nos primeiros anos dos 70.] golpeiam o sistema e os interesses que ele representa, mas evitam provocar vítimas inocentes com o que ganhariam a rejeição da população.”²⁹

Com efeito, freqüentemente as ações terroristas tornam-se contraproducentes para as forças políticas que fazem uso tático delas, na medida em que podem desatar uma violência maior e indiscriminada por parte das forças da repressão. O castigo descarregado sobre os movimentos populares como forma de retaliar os atentados terroristas, acompanhados de uma profusa campanha de propaganda, pode levar à direção política desse movimento a colocar-se contra o acionar terrorista. Ainda que isto não se concretize, as forças repressivas podem tomar os atentados terroristas como pretexto para reprimir e desarticular a organização dos movimentos sociais. As ações terroristas podem fortalecer o acionar das organizações populares, auxiliar na sua defesa, apoiá-las nas negociações, mas também pode ser utilizada como motivo ou justificativa da repressão. Em alguns processos revolucionários ela contribuiu com as formações populares para fomentar o ódio, necessário para manter acesa a chama revolucionária, mas tentando evitar a todo custo espalhar o medo entre elas. Esta foi a difícil e controvertida função do terrorismo nos movimentos revolucionários: fornecer segurança, coesão e ódio às

²⁹ Nuñez, C.: *Tupamaros: la única vanguardia*. Montevideo, Provincias Unidas, 1969, p. 63.

forças populares e terror às fileiras do aparelho repressivo. Este fato não foi negligenciado por “Che” Guevara:

“Há um ponto sumamente controvertido na apreciação do terrorismo. Muitos consideram que ao se usar e exacerbar a opressão policial, impede todo contato mais ou menos legal ou semiclandestino das massas e impossibilita sua união para as ações que seriam necessárias em um momento determinado. Isto, em si, é exato, mas sucede também que, nos momentos de guerra civil e em determinadas populações, a repressão do poder governante é tão grande que, de fato, está suprimida toda classe de ação legal e é impossível uma ação de massas que não seja apoiada pelas armas.”³⁰

b. Terrorismo indiscriminado ou aleatório

O terrorismo é aleatório ou indiscriminado quando sua vítima não é claramente definida nem obedece a uma seleção sistemática. Este tipo de terrorismo procura deliberada e indiscriminadamente vitimar inocentes, em grande número e com a maior diferenciação social possível. O atentado terrorista ideal deste grupo é conseguir matar, num único ato, homens e mulheres, velhos, jovens e crianças, brancos e negros, militares, sacerdotes, pessoas comuns: não definir “grupo de risco” delimitado, qualquer um pode ser a próxima vítima. Não há atividade, idade, profissão, credo, “cor”, ideologia, posição política que esteja isento da possibilidade de ser o alvo do atentado.

A universalidade da vítima é a característica principal do terrorismo aleatório, outra é a espetacularidade e a visibilidade do atentado.³¹ O momento escolhido é normalmente a plena luz do dia e

³⁰ Ernesto “Che” Guevara. “Esencia de la lucha, estrategia y táctica guerrilleras” In: *Obras Completas*, Buenos Aires, Ediciones Metropolitanas, 1984, p. 52

³¹ A natureza espetacular do atentado terrorista, sua repercussão nos meios de comunicação de massa e a necessidade dessa divulgação para a

quando o movimento de pessoas é maior. O lugar às vezes é representativo da ordem social imperante, como tribunais, supermercados, lojas, prédios onde funcionam repartições públicas (as Torres Gêmeas e o Pentágono), meios de transporte coletivos (como o metrô de Tóquio), enfim, lugares de grande concentração ou circulação de pessoas. A morte de crianças indubitavelmente inocentes, como no atentado perpetrado no edifício de Oklahoma onde funcionava uma creche, permite mostrar que não há lugar para a piedade, que o terrorista é inclemente e precisa manifestá-lo. Seu objetivo é criar um terror incontrolável e generalizado. O cidadão vê em qualquer outro o possível terrorista inimigo. Quando o terrorismo aleatório é eficaz, todo mundo é suspeito, e, como não há identificação política nem ideológica, sua repressão é muito difícil sem cair num também indiscriminado terrorismo de Estado.

O efeito principal deste tipo de terrorismo é fazer o cidadão sentir-se abandonado por parte do Estado; que ele nada pode fazer para se defender, que não controla a situação, que o Estado não pode garantir sua segurança e tranquilidade: é o que chamamos de *desamparo aprendido*.³² O cidadão sente-se desprotegido e vulne-

efetividade do ato terrorista são muito bem trabalhados Hoffman no cap. 5, “Terrorismo, Médios de Comunicación y Opinión Pública”, In: Hoffman, Op. Cit., pp. 194-235. Ver também de Wardlaw, Op. Cit., o cap. 9: “¿Hay alguna relación simbiótica entre el terrorismo y los medios de comunicación?”, pp. 144-164.

³² Tomamos esta expressão de um modelo animal usado para estudar doenças mentais, especialmente a depressão. O modelo é construído a partir da sujeição do animal à técnica do choque incontrolável, isto é, à aplicação de choques elétricos de intensidade e frequência variáveis, mas inescapáveis. Depois de se debater por algum tempo e procurar a fuga por todos os meios, o animal desiste da fuga, *aprendendo* que qualquer intento é inútil. Esse é o momento em que o animal aprende que está desamparado, constituindo-se no modelo de depressão. O notável é que, a partir desse momento, o animal não procurará a fuga inclusive em situações em que esta seja possível. Veja-se entre outros de M.S. Faria and N.A. Teixeira, “Reversal of learned helplessness by chronic lithium treatment at a prophylactic level” In: *Brasilian Journal*, 26: 1201-1212 (1993). No

rável ao ataque imprevisível e indiscriminado do terrorismo. Ele sente que o Estado, com suas estruturas preventivas e repressivas, é impotente para protegê-lo. Se o soberano, depositário de todas as vontades e forças, não pode cumprir a mínima contrapartida que o contrato social dele exige a saber, a proteção da vida do cidadão, então perde a legitimidade, o elemento de coesão afrouxa-se e o tecido social se abre até deixar o cidadão sozinho e aterrorizado.

O terrorismo não tem como objetivo direto a tomada do poder, nem poderia tê-lo. Seu objetivo direto é a desestabilização do regime vigente por meio do terror induzido na população. Por isso, quanto mais irracional e aleatório seja seu acionar, mais eficiente será. Este tipo de terrorismo, diferentemente do sistemático, não identifica um inimigo, não define âmbitos de inimizade, não projeta frentes de combate, apenas provoca uma comoção social desintegradora: o espanto.

Os atentados do 11 de setembro

Os acontecimentos do 11 de setembro acertaram um golpe espetacular e prenhe de simbolismo na mística norte-americana. Com esses atentados, os terroristas colocaram os cidadãos norte-americanos no que descrevemos acima como “situação de desamparo”, isto é, eles ficaram surpresos, atônitos, perplexos e apavorados, sentindo pela primeira vez na própria pele e no próprio território a tão humana e vertiginosa sensação da vulnerabilidade. No seu próprio país perceberam que o seu Estado, o mais poderoso do

caso que estamos analisando, o terrorismo funcionaria como os choques elétricos, seus atentados são aleatórios, de intensidade variável e de frequência incerta; como o Estado não tem condições de garantir a segurança do cidadão, para este a situação apresenta-se como “inescapável”. Como o cidadão não pode fazer nada para se salvar do atentado, para garantir sua exclusão da possibilidade de ser a próxima vítima, ele cai em desamparo.

mundo e de toda a história da humanidade, mostrava-se impotente para protegê-los desse terrível perigo global e difuso, sem rosto, sem bandeira, sem frente de combate, sem ostentação e sem clemência. No primeiro momento o ataque alcançou seu objetivo: subsumiu os Estados Unidos no mais profundo soçobro e assombro e aos seus cidadãos no paralisante desamparo. O ataque inscreve-se no tipo que chamamos “terrorismo aleatório”. Procurou-se deliberadamente a maior quantidade possível de vítimas táticas para que nenhum cidadão norte-americano possa jamais se sentir seguro. Todo norte-americano sentiu-se incluído no “grupo de risco”. A vítima tática, o morto, o mutilado, não teve qualquer sentido estratégico. A vítima estratégica desse atentado não foram os três mil mortos sepultados sob os escombros das orgulhosas torres, mas os restantes milhões de norte-americanos que ficaram vivos e sujeitos ao terror.

Tal como descrito no modelo comportamental, o golpe sofrido pelo cidadão norte-americano levou-o ao sentimento de desamparo afrouxando a urdume do tecido social. Ele percebeu que o seu Estado, com o exército mais poderoso do mundo, com seu fantástico escudo nuclear, quebra-se ante um único e certo golpe, provocado por um pequeno grupo de “fanáticos” decididos a dar sua vida pela causa e perpetrado com um simples avião comercial nacional. O cidadão sente que aquele imponente Estado já não pode garantir sua vida na sua própria casa e se sente desamparado, a coesão social se dissolve corroendo a legitimidade do poder. Assim é como o terrorismo atinge o seu objetivo político. A vítima política do atentado é o Estado norte-americano. Daí o grito marcial do presidente norte-americano George Bush convocando à “guerra contra o terrorismo” e “aquele país que não se comprometa com essa guerra será considerado inimigo e combatido à morte”. O grito de guerra do presidente Bush tinha naquele momento um duplo objetivo: por um lado, manifestar de maneira convincente que ainda havia um poderoso Estado e que esse Estado iria até as últimas conseqüências, isto é, a guerra em qualquer lugar do planeta, para

proteger o cidadão de qualquer ameaça; por outro lado, insuflar a confiança no cidadão de que sua única proteção está em fechar as fileiras ao amparo desse Estado. Assim, com esta dupla mensagem, o presidente procurou e conseguiu tencionar novamente a trama do tecido social recuperando a legitimidade, e também elevou o espírito do povo norte-americano devolvendo-lhe a esperança e a confiança na luta contra o “mal”. Com estes resultados logrou o objetivo político almejado com aquele grito de guerra: recuperar a tensão social e preparar o moral do povo para o que seria uma breve e cirúrgica guerra – a que agora sabemos inevitavelmente permanente.

O combate ao terrorismo é possível. Negar essa possibilidade é uma declaração de impotência estrategicamente inaceitável. Mas a guerra não é a forma adequada nem o militar o meio mais eficaz para lograr esse objetivo. Há meios de inteligência policial que podem auxiliar no desmonte dos grupos terroristas e dissuadi-los da sua intenção, como provaram os europeus. Há formas políticas de diminuir as tensões e ódios, de antecipar e resolver os conflitos. O governo de um país que pretenda e de fato exerça a liderança mundial, como o dos Estados Unidos, não pode rasgar, em menos de duas semanas, sete importantíssimos tratados internacionais referidos à segurança de todos os habitantes da terra, como, por exemplo, sobre o controle da produção e comércio de pequenas armas, sobre o controle de armas químicas, das biológicas e das nucleares, sobre o controle de emissão de poluentes, etc. Uma potência líder, com capacidade de intervir, não pode ficar de costas, criminosamente omissa aos muitos conflitos do mundo que colocam em risco a segurança humana e que poderiam ser politicamente resolvidos. Particularmente com relação ao conflito entre Palestinos e Israelenses, central na estabilidade do Oriente Médio, e que apenas pela intermediação política e pressão diplomática dos Estados Unidos as forças de ocupação israelense se retirarão dos territórios palestinos para voltar a se sentar à mesa e recuperar os canais de negociação pacíficos. Bastaria que os EUA deixassem de obstruir

as propostas de resoluções da ONU sobre o Estado de Israel para que este parasse a quotidiana carnificina estatal dos palestinos, retirando um dos motivos da resposta assimétrica, último gesto que resta aos esquecidos do direito internacional ante sua impotência militar convencional. Ao final, “tampouco devemos nos espantar de que os povos cometam vinganças inusitadas contra os que violentam sua liberdade” – as palavras do florentino que nenhuma potência pode ignorar³³.

Os efeitos do 11 de setembro na América Latina e o Brasil

A ambigüidade conceitual de “terrorismo” o predispõe para uma finalidade política caprichosa e economicamente oportunista, propícia para a endêmica situação de crise latino-americana. A monotemática retórica centrada na “guerra ao terrorismo” que caracteriza a política externa norte-americana desde o começo do período Bush, mais especialmente depois dos atentados, orienta a política de alguns governos latino-americanos que, impotentes para resolver os problemas que se avolumam nas suas agendas domésticas, procuram seu “terrorista” interno que lhes permita esgrimir as prerrogativas próprias daquela guerra.

Embora ninguém realmente sério acredite que o flagelo do terrorismo possa ser combatido mediante uma guerra, a promulgação da mesma tem importantes conseqüências, sociais, políticas, econômicas e jurídicas. A declaração de guerra subordina as prioridades do Estado à segurança e às necessidades do preparo bélico, favorecendo à elite da indústria bélica em conluio com as Forças Armadas e com uma elite política politicamente impotente e moralmente corrupta. A situação de guerra favorece a preeminência do setor militar nas decisões sobre as questões de Estado o que, na América Latina, significa a recuperação de prerrogativas – que ha-

³³ Maquiavel, N.: *Discorsi sopra la prima década di Tito Livio*, III, 2,

viam perdido com a democracia – por parte dos militares e o aumento da autonomia das Forças Armadas no Estado. Por se tratar de uma guerra “diferente” pela qualidade estratégica do inimigo, ela é resolvida fora do arcabouço jurídico que regulamenta as guerras: prisões extrajudiciais, torturas, tribunais excepcionais, violações da privacidade, etc., são arbitrariedades toleradas ante o argumento desta guerra contra um “inimigo cruel, inumano e impiedoso”. Esta associação entre elite militar, elite industrial e elite política, matizada pela autonomia da ordem jurídica, gera uma lógica de retroalimentação baseada no argumento de uma “guerra permanente”³⁴, dinamizando o círculo vicioso.

Efetivamente pouco fez América latina nessa “guerra contra o terrorismo” fora de algumas declarações de efeito puramente retórico no âmbito discursivo. O Brasil chegou a propor a aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), deixando em evidência o México, que o tinha denunciado uma semana antes dos atentados. O Ministro da Defesa da Argentina, Jaunarena, declarou à imprensa³⁵ que ordenaria “blindar” a fronteira, mas poucos dias depois se desdisse. Como forma de mostrar empenho na causa, foram reforçados os contingentes já numerosos de pessoal de inteligência na Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil, Para-

³⁴ . Esta lógica e essa configuração sociológica cuja máxima expressão é a “guerra permanente” foi magistralmente denunciada pelo mais destacado sociólogo norte-americano por ocasião da Guerra Fria, refiro-me a Wright Mills. Com relação à aliança das elites militar, empresarial e política, colocada no texto mais acima, permanecem perfeitamente atuais as profundas reflexões e considerações de Mills, ativo intelectual que denunciou essa aliança de interesses como a causa eficiente da tendência à Terceira Guerra Mundial, na metade do século passado, sem medo ao terrorismo de Estado que naquele momento conhecia-se como “macarthismo” e que afundou os Estados Unidos numa época de obscuro terror anticomunista. Para compreender a natureza sociológica das guerras atuais é imprescindível ler deste autor *The Cause of World War Three*, New York, Ballantine Books, 1960.

³⁵ Diário El Clarín, Buenos Aires, 17/09/01, Cuaderno Política.

guai) congestionando ainda mais o inútil aparato que não foi além de algumas temporárias detenções.

Porém, esta filosofia do novo inimigo, que oferece uma divisão política internacional, mas também oferece a configuração política do “inimigo interno” na figura do terrorista, foi e poderá ser amplamente empregada com outros fins. Três exemplos bastarão para ilustrar como conflitos de diferente natureza transmutam-se em “guerra contra o terrorismo” para atingir seus objetivos não necessariamente antiterroristas: 1) O conflito interno colombiano, que inicialmente era considerado, com algum critério, de “guerra subversiva”, ou “guerra revolucionária”, posteriormente, quando as linhas de créditos atrelaram-se à luta contra o narcotráfico e tentando aproveitar os fundos do “Plano Colômbia”, aquele conflito passou a ser considerada pelo governo colombiano como “guerra contra o narcotráfico” e os guerrilheiros passaram a ser denominados com o termo equívoco de “narcoguerrilheiros”. Quando este plano de erradicação de cultivos fracassou pelo gasto sem retorno na luta contra o narcotráfico³⁶, e já depois da emblemática data do 11 de setembro, o presidente Pastraña rompeu unilateralmente o diálogo com as FARC e declarou (com a anuência dos EUA) esse grupo guerrilheiro como “terrorista”, facilitando a aprovação de apoio financeiro do congresso norte-americano para essa guerra, agora percebida como “guerra contra o terrorismo”. 2) O presidente do Peru, Toledo, não admite o fracasso do seu projeto econômico neoliberal e os efeitos catastróficos para a sociedade peruana e pede linhas de crédito aos organismos internacionais com o argumento de “enfrentar o terrorismo”, se referindo a uma centena de guerrilheiros atualmente inoperantes na selva. 3) O ministro brasileiro da Reforma Agrária durante o governo de Fernando Henrique Cardo-

³⁶ Em apoio à posição contrária ao emprego de FAs contra o narcotráfico e a inutilidade e o custo da inútil guerra contra o narcotráfico e algumas de suas nefastas conseqüências culturais, sociais e políticas pode-se consultar a compilação de SMITH, Peter H. (comp.). *El combate a las drogas en América*. Mx., Fondo de Cultura Económica, 1993.

so, Raul Jungman, chamou grosseiramente os integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) de “terroristas”, criando as bases para uma repressão fora dos limites juridicamente admitidos (infiltração, inteligência interna, tortura, detenções extrajudiciais) contra um movimento social legalmente reconhecido, tudo isso amparado na lógica excepcional da “guerra ao terrorismo”.

Estes três casos, aqui apresentados apenas anedoticamente e sem o rigor que merecem, são apenas exemplos que devem chamar à reflexão na definição e aplicação deste conceito, pois ele não apenas orienta as relações internacionais na atualidade, mas também pode reinstalar pela janela do cinismo a Doutrina da Segurança Nacional, que fora defenestrada com as transições democráticas e o fim da bipolaridade. Amanhã os “terroristas” poderão ser os “piqueteiros” argentinos, os “coqueros” bolivianos, os movimentos étnicos equatorianos, os golpistas venezuelanos, os sindicalistas mineiros do Chile, professores em greve, ou qualquer movimento que se oponha aos governos ou que coloque em risco a aplicação do modelo econômico de depredação das nações. Assim, este conceito substitui com vantagens o de “comunista” nesta nova guerra nada fria, com uma versatilidade que permite tanto decretar uma guerra universal permanente quanto definir a frente estratégica internacional (a lista de países do “Mal”) ou discriminar o “inimigo interno”.

Considerações finais

Condenados os atentados e lamentados os mortos, pode-se aproveitar a oportunidade, do ponto de vista epistemológico, para refletir sobre o fenômeno do terrorismo, sua natureza, suas causas, sua tipologia para fundamentar uma teoria do terrorismo. Também podem ser discutidas, do ponto de vista político, as formas mais eficientes para combatê-lo e reprimi-lo como forma perversa e inaceitável de atividade política. Esta poderia ser uma tarefa permanente da comunidade internacional, pois a natureza internacional

do terrorismo exige uma prevenção e repressão também internacional. Mas, por outra parte, é urgente a adoção de uma definição estritamente intensional, clara e internacionalmente unívoca do fenômeno que impeça a aplicação caprichosa e arbitrariamente política de definições extensionais, formalizadas em “listas” que, como um “*ranking*” do terrorismo, se imponha ao mundo exigindo, contra os que nela constem, uma atitude bélica. Embora se deva enfrentar o terrorismo, esse combate não pode admitir todos e quaisquer meios, bestializando, desse modo, a guerra e a nobreza dos seus objetivos. É possível combater o terrorismo, mas justamente por isso, não se deve perder de vista os contornos morais e jurídicos desse combate para não cair no paradoxo de, para combater aqueles acusados de se oporem à democracia e às liberdades individuais, anular a democracia e atropelar os direitos inalienáveis dos indivíduos como meio para tornar eficaz o combate.

Muitos dos grupos incluídos naquelas caprichosas listas talvez sejam terroristas, mas não o sabemos nem teremos condições de discuti-lo seriamente sem uma ferramenta conceitual adequada, isto é, uma definição intensional baseada nas características específicas do fenômeno. Acredito ter apontado neste trabalho algumas notas que podem iluminar a procura de uma definição consistente. Mais que se tornar uma definição universalmente aceita, com ela proponho uma discussão do terrorismo sobre bases objetivas. Pode ser entendido como um chamado ao debate, a uma discussão impostergável sobre a sua pertinência e utilidade para definir quem está por trás das “novas ameaças”, se um inimigo, um criminoso, um transgressor ou simplesmente um opositor político cujos caminhos de manifestação política foram sem exceção fechados.

A TRINDADE DE CLAUSEWITZ E SUA APLICAÇÃO À ANÁLISE DO TERRORISMO

*Carlos Eduardo M. Viegas da Silva**

1. Introdução: A Guerra contra o terror e a superação de Clausewitz

A obra do general prussiano Carl von Clausewitz parece estar vivendo seus melhores dias como referência paradigmática sobre a Teoria da Guerra mas, ao mesmo tempo é considerada superada como um esquema analítico adequado à interpretação dos conflitos desta passagem de século. Na verdade a tradição de proclamar a inadequação da obra de Clausewitz iniciou-se com o seu contemporâneo e rival, o General Antoine-Henri Jomini, atravessou o século XIX e chegou ao período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial sistematicamente atacada por outro autor militar, o capitão Liddel Hart, que a apontava como uma espécie de causa oculta das carnificinas da Primeira Guerra Mundial. Mas, como considerar Clausewitz ultrapassado, se seus ensinamentos foram recentemente resumidos para constar como livro de instrução dos oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos?¹

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

Ainda assim, a tradição de considerá-lo superado é vigorosa e está bem viva. Há pouco, o respeitado historiador da guerra John Keegan publicou um livro dedicado a demonstrar que a guerra não é “a continuação da política por outros meios”², como escreveu Clausewitz, mas sim uma expressão da cultura, pois a “guerra (...) é sempre uma expressão de cultura, com freqüência um determinante de formas culturais e, em algumas sociedades, é a própria cultura”³. Outra linha de ataque, que nos parece muito mais sólida em sua argumentação, é a que procura demonstrar que a guerra do século XXI não será mais travada entre entidades como Estados, mas por outros atores tais como organizações que se colocariam para além dos Estados, organizações constituídas em redes transnacionais, e que não teriam o estatuto de soberania sobre um território e uma população como uma Nação-Estado. O combate entre estas organizações e o Estado, ou entre organizações inimigas, não poderia ser examinado através das mesmas categorias de pensamento que os teóricos da guerra, Clausewitz à frente de todos, usaram para escrever sobre as guerras dos séculos passados. Este ponto é o ponto de vista de Martin Van Creveld, que escreveu o importante *The transformation of war*⁴. Os acontecimentos do 11 de Setembro parecem confirmar que a Teoria da Guerra necessita ser revista. Tudo o que hoje é de conhecimento público sobre “redes de terroristas” e, ainda mais, a maneira “high-tech” como foi e ainda está sendo conduzida a campanha no Afeganistão, parece reforçar que a guerra não é mais como era antes. O inimigo que é combatido não possui exércitos, não possui um território e não é representado por um Estado, pelo menos desde a tomada de Cabul.

Como então, neste mundo transformado, no qual é difícil reconhecer o inimigo e onde a guerra não tem “front”, pode ter

¹ 1997, “Warfighting”, PCN 142 000006 00, U.S. Government Printing Office.

² Clausewitz (1984:87).

³ Keegan (2001:28).

⁴ Creveld (1991:121).

Clausewitz alguma relevância? Não sabemos que ele combateu e escreveu em uma época em que os fuzis não abriam pela culatra; o combate de infantaria se travava em linha em curta distância, à vista do inimigo, respeitando às vezes, as regras do melhor cavalheirismo?

Ocorre que *Da Guerra*, a obra magna de Clausewitz publicada em 1831 após a sua morte, muito mais citada do que efetivamente lida, tem mostrado uma surpreendente resistência como fonte de inspiração para a reflexão estratégica. Certamente esta resistência é devida a que Clausewitz procurou compreender o que é uma guerra, e seu esforço analítico foi dirigido a analisar a complexa relação das forças que agem dentro de um conflito em lugar de produzir uma teoria repleta de fórmulas prescritivas sobre como conduzir uma campanha.

Nossa tarefa neste trabalho será, então, expor quais são estas forças que atuam dentro do quadro de uma guerra convencional e examinar se elas atuam dentro daquilo que estamos designando como combate ao terrorismo. Em alguma extensão este será um esforço de estabelecer definições conceituais que podem ter importância para esclarecer os complexos fenômenos que inauguram o Século XXI.

2. A guerra e as forças que atuam dentro da guerra

Clausewitz é amplamente conhecido por sua afirmação básica sobre a guerra: “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Também são abundantes na literatura especializada as citações sobre uma construção conceitual chamada “a Trindade de Clausewitz”, que faz referência às partes constitutivas da guerra; ou seja, cada beligerante participa de uma guerra através de seu povo, seu exército e seu governo.

Neste sentido, Edward Villacres e Christian Bassford, da National Defense University, em um artigo intitulado “Reclaiming the

Clausewitzian Trinity”⁵, levantaram um argumento a respeito desta Trindade, que nos parece muito relevante para a análise da guerra e para a construção de uma teoria a respeito. O argumento de Villacres e Bassford é que quando se diz que a Trindade de Clausewitz é composta pelos atores “Povo”, “Forças Armadas” e “Governo”, está se cometendo uma impropriedade. Como se sabe, usualmente se faz a ligação entre tal assertiva de Clausewitz e este conjunto de atores como parte da demonstração do caráter político da guerra, notadamente quando está se raciocinando sobre o embate entre Estados.

Para facilitar a compreensão do assunto, é necessário aqui fazer a citação por completo da passagem relevante de *Da Guerra*:

“A guerra é mais do que um verdadeiro camaleão que superficialmente adapta suas características a cada caso. Como um fenômeno total suas tendências dominantes sempre fazem da guerra uma notável trindade – composta de violência primordial, rancor e inimizade, as quais devem ser consideradas como uma força natural cega; do jogo do acaso e da probabilidade dentro do qual o espírito criativo é livre para vagar; e do seu elemento de subordinação, como um instrumento da política, o qual a faz sujeita apenas à razão...”⁶

No artigo citado, Villacres e Bassford chamam a atenção para este trecho de Clausewitz, na tentativa de recuperar o sentido original do texto:

“A definição da trindade como “povo, exército e governo” parece ter se originado no importante e influente estudo de Harry Summer, *On Strategy: A Critical Study of the Vietnam War* (1982). Esta versão do conceito de Clausewitz foi derivada de uma discussão secundária na qual ele desenvolveu uma ligação entre sua “notável trindade” da guerra (emoção violenta, acaso

⁵ Villacres, Edward and Bassford, Christian; 1995; “Reclaiming the Clausewitzian Trinity” In *Parameters*, Autumn.

⁶ Clausewitz (1984:89).

e política racional) e a trindade social do povo, exército e governo”.

E continuam:

“Interpretar o curso tortuoso de qualquer guerra do mundo real como o produto de forças (emoção, acaso e racionalidade) é completamente diferente de discutir uma trindade de atores (povo, exército e governo). O conceito de notável trindade é a base para a análise político-militar prática de guerras particulares, não uma descrição das estruturas sociais – as quais podem se alterar através do tempo – que sustentam a guerra”.⁷

A nosso ver esta observação recupera a visão clausewitziana da guerra que, em sua totalidade, é um fenômeno social, presente sob as mais diferentes formas, em todas as culturas e sociedades. No que nos interessa, ou seja, a guerra tal como tem se manifestado dentro da sociedade ocidental, a análise de Clausewitz a revela como um fenômeno complexo, que não se submete a ser descrito por análises lineares e dentro do qual estas forças interagem, mantendo entre si um equilíbrio instável. Pode-se argumentar que outras forças também atuam para compor um conflito, mas nos parece que no mínimo estas três características estarão sempre presentes, e não há como reduzir o seu número e ainda assim imaginar uma guerra. Por outro lado, como forças, elas necessariamente devem atuar sobre atores, impulsionando sua ação, fazendo com que representem seus papéis na guerra.

O general Antoine Henri Jomini, contemporâneo e adversário de Clausewitz, definia a guerra como um grande drama. Podemos aceitar aqui esta definição para ressaltar o postulado de *Da Guerra*, que as forças que agem dentro do drama da guerra se manifestam através de três atores. A força da violência, o ódio e rancor deve atuar *sobre e através* da população, para que este drama seja um fenômeno social, o que é bastante simples de se perceber. Mais

⁷ Villacres and Bassford, opus cit.

complexo é o campo de atuação da força do acaso e da probabilidade; mas basta acompanhar o relato de qualquer dos combates da historiografia militar para compreender como o aleatório muitas vezes definiu as coisas de maneira surpreendente, atuando através das decisões do líder militar e da organização – o exército – que comanda. Este aspecto da guerra é o terreno de atuação do gênio militar, de sua capacidade de criar alternativas, de perceber num relance as possibilidades e tudo arriscar para tudo ganhar. E por fim, uma guerra tem sempre um propósito, seja ele ritual (como nas sociedades mais simples) ou é um instrumento da luta pelo poder (como na política entre os Estados), ou seja, nas sociedades contemporâneas a força da racionalidade encontra o seu ator através das decisões de governo.

3. A guerra e o terrorismo

Antes de seguirmos adiante, pensamos ser relevante examinar outras duas passagens de *Da Guerra* onde se trata das definições de alguns dos termos em questão; a primeira é uma definição do conflito, que consideramos importante para efeito de comparação: “A guerra não é mais do que um duelo em grande escala. Inúmeros duelos se juntam para compor uma guerra, mas a imagem dela como um todo pode ser formada imaginando-se um par de lutadores”.⁸

A imagem que Clausewitz constrói é muito expressiva, pois para ocorrer um duelo é necessário que os duelistas apesar de toda animosidade, ódio e conflito, se ponham ao menos de acordo quanto ao local e momento do duelo, e ainda que não usem armas, se agarrem, com unhas e dentes, músculos e força bruta, com o excludente propósito de vitória de um ou outro. Isto não é menos verdade se estamos falando de exércitos, o que nos leva à outra passa-

⁸ Clausewitz (1984:75).

gem, que trata do ato constitutivo da guerra, sua unidade mais elementar: o combate: “O combate é o ato militar central; todas as outras atividades meramente o sustentam (...). O engajamento significa combate. O objeto do combate é destruição ou derrota do inimigo.”⁹

Pelo acima exposto, podemos ver que temos que resolver algumas dificuldades para aplicar estes conceitos, tomados de Clausewitz, à análise do terrorismo, mas estas dificuldades têm um grau diferente entre si. A maior dificuldade é ligar o estrito conceito clausewitziano de embate, tomado como engajamento de tropas em combate, à luta contra uma organização terrorista. Pois, sem recorrer a disputas que envolvam a ética, sobre qual valor moral que devemos atribuir àquilo que chamamos de “terrorismo”, é evidente que por definição, um grupo terrorista não oferece combate, não se empenha em combate, sua sobrevivência mesmo depende da habilidade em não se engajar em combate. Pode parecer apenas uma desnecessária sutileza, mas precisamos esclarecer se o combate ao terrorismo pode ser tomado como uma guerra. Sabemos que a luta contra o terrorismo não se constitui em um duelo como acima exposto; antes disto, exige outro tipo de habilidades e de recursos e se assemelha mais à caça.

Na verdade, não é possível haver uma guerra se não ocorre o combate, tanto quanto não pode existir um duelo sem contato e luta com o oponente. Faz parte, evidentemente, da habilidade do comandante militar escolher o local e o momento mais propícios para estabelecer o contato com o inimigo e engajar suas forças em combate. Tanto quanto, percebendo uma situação desvantajosa evitar tudo isto; mas definitivamente, se desejamos evitar os absurdos lógicos, não podemos imaginar uma guerra sem a decisão mútua de buscar o duelo e engajar tropas em combate.

Por isto, pensamos que será sempre mais adequado raciocinar, no caso da repressão ao terrorismo, como uma operação policial,

⁹ Clausewitz (1984:227).

mesmo que esta operação policial mobilize até mesmo um porta-aviões com milhares de tripulantes. A grandeza dos recursos mobilizados não modifica, ao nosso ver, a natureza das coisas e veremos que existem outros motivos, além dos de natureza tática, ou operacional, para evitar chamar de guerra aquilo que não é uma guerra, *strictu sensu*.

4. A Trindade de Clausewitz

Já dissemos que a aplicação de uma análise clausewitziana ao combate ao terrorismo apresenta graus diferentes de dificuldade. Talvez a menor dificuldade para esta aplicação esteja no uso de sua Trindade como um instrumento de análise, pois tanto o fenômeno do terrorismo quanto a luta contra ele também são constituídos pelas mesmas forças que, como já vimos, atuam dentro da guerra convencional: a violência; o acaso e probabilidade; e seu caráter de subordinação à política.

Antes de examinarmos em maior detalhe como estas forças atuam, é importante afastar o equívoco de considerar que elas se apresentam em quantidades ou intensidades iguais dentro de um conflito, ou que mantenham uma relação de proporcionalidade entre elas. Isto seria reduzir a dinâmica da guerra e a tentativa de análise teórica a um esquema aritmético, o que estaria em flagrante contradição como o que Clausewitz pensava.

A este respeito, ele escreveu:

“Estas três tendências são como três diferentes códigos de lei, profundamente enraizados em seus objetos e ainda assim variáveis em sua relação uma com a outra. Uma teoria que ignore qualquer uma delas ou procure estabelecer uma relação arbitrária entre elas iria conflitar com a realidade em tamanha extensão que apenas por esta razão seria totalmente inútil”¹⁰.

¹⁰ Clausewitz (1984:89).

Nossa tarefa, então, deve ser compreender estes diferentes códigos e, sem tentar estabelecer uma relação fixa entre eles, examinar sua relação recíproca.

4.1. A violência

A guerra é o domínio da violência, do ódio, do rancor e do derramamento de sangue. Um ato terrorista tem o propósito de exercer a violência sobre seu alvo, tanto quanto uma campanha de um exército tem por objetivo a destruição física do inimigo, através do uso da violência. Neste sentido, tanto o combate travado entre Estados, quanto um ataque terrorista encontram o seu elemento comum, que tomado em si mesmo, em nada difere para um caso ou outro. A diferença entre a violência terrorista e a violência de uma guerra convencional só pode ser determinada por seu contexto e seu valor ético ou político fica submetido a esta contextualização.

O essencial na interpretação que Clausewitz faz sobre a violência, no contexto de uma guerra, é a interação que a ação violenta produz entre os combatentes. A ação militar, ou ação da violência, não é exercida sobre um objeto inanimado, sem emoções e sem vontade própria. Muito ao contrário, cada ação de violência provoca a reação oposta do inimigo, e se toda a racionalidade pudesse ser excluída deste intercurso, estaríamos diante de um duelo que, entre golpes e contra-golpes, iria crescendo em intensidade até atingir os seus extremos. Esta é a maneira, conforme Clausewitz, como a força da violência – a primeira que nomeia em sua tríade de forças – atua dentro da guerra e que apenas a sua subordinação à política pode moderar.

Pois, diz ele, somente

“a política é capaz de transformar um montante – uma terrível espada de batalha que um homem precisa de toda a força para segurar com as duas mãos e com a qual desfere apenas um golpe no seu alvo – em um espadim, às vezes não mais que um manobrável florete para a troca de estocadas, fintas e paradas”¹¹

¹ ¹ Clausewitz (1984:606).

A situação que envolve um ataque terrorista, às vezes, segue um padrão bem conhecido: a organização que o executa não possui os meios de engajar-se em combate contra as forças do poder que escolhe como alvo. Na verdade isto nem mesmo se coloca como possibilidade tática, tamanha a desigualdade dos recursos para a luta. O ataque visa, então, não apenas os efeitos de demonstração espetacular para impressionar audiências, mas também provocar a reação de violência do poder afrontado sobre os grupos sociais supostamente simpatizantes dos perpetradores do ataque. Se o ataque consegue disparar esta reação, pode encontrar a justificativa e os meios de atuar novamente com mais força. Assim, se instala uma interação de ações que buscam seus extremos.

O que pode se tornar bastante problemático para um governo é como encontrar o equilíbrio entre a necessidade de agir, fazendo uso de suas forças, e as múltiplas pressões políticas a que é submetido. Pois, assim como uma guerra não ocorre apenas no campo da pura troca de golpes, como se pudesse fazer abstração de todo o contexto político em que ocorre; também a luta antiterrorista é contextual e o uso da violência encontra restrições a sua aplicação.

A este respeito existe um interessante trabalho intitulado “Clausewitz and counterterrorism: the relevance of his theory to policy options and force doctrine in dealing with terrorists acts”, de autoria de Frank J. Young, apresentado como “Core Course 5602 Essay”, no National War College, em 1997. Este trabalho antecipou algumas das questões que o governo norte-americano teve que enfrentar após o 11 de Setembro, notadamente sobre como se posicionar diante da opinião pública que exigia uma punição proporcional à indignação nacional e a racionalidade que se espera das ações governamentais.

Em seu ensaio Young utiliza aquilo que designa como “princípios” de Clausewitz para tecer uma série de recomendações para a construção de uma doutrina para a luta antiterrorista. Consideramos ser adequado fazer a transcrição de alguns dos seus pontos principais, ainda que isto se transforme numa citação um tanto longa:

“No entanto, três princípios em Clausewitz são relevantes à política contra-terrorista, incluído como e onde aplicar a força. Estes são: a guerra como a continuação da política por outros meios, o princípio da proporcionalidade ou estar certos sobre a espécie de guerra/conflito em que estaremos embarcando de tal maneira que isto não se torne em alguma coisa estranha à sua natureza; e a importância da vontade moral”.

E propõe quatro diretrizes que devem guiar o uso da força como uma ferramenta da política contra-terrorista norte-americana aplicando os “princípios de proporcionalidade de Clausewitz” e a primazia dos objetivos políticos:

- “1- O uso da força deve assumir que não vai resultar em uma resposta maior do que a força que empregamos (...).
- 2- Uma vez que exista a decisão de se usar a força, sua aplicação deve ser desapassionada e controlada (...).
- 3- Maximizar o uso de procuradores (forças policiais de outros Estados, grupos que competem com os grupos terroristas, etc.) como um meio para conter e deter atos terroristas pode ser uma eficiente aplicação indireta da força (...) O uso do segredo e da furtividade não deve implicar em imoralidade ou ilegalidade.
- 4- Nas raras instâncias onde empregamos forças especiais norte-americanas em operações diretas, os comandantes devem fornecer diretrizes específicas sobre os tipos e uso efetivo de força apropriada à missão”.¹²

Percebemos que Young se refere a um certo “princípio de proporcionalidade” no uso da violência, o qual, com este nome não se encontra no texto de *Da Guerra* e que parece referir-se a uma passagem de Clausewitz, no capítulo intitulado “Propósitos e Meios na Guerra” o qual, ainda que citado que por Young, revela na ver-

¹ ² Young, Franck Y; 1997; “Clausewitz and counterterrorism: the relevance of his theory to policy options and force doctrine in dealing with terrorist acts”; In *Core Course 5602 Essay, National Defense University*.

dade, a proposição de Clausewitz de que o valor político do objeto da guerra é que deve ditar os sacrifícios e esforços a serem feitos para a sua conquista. Contudo, este ensaio é revelador de uma preocupação, dirigida à formulação de doutrinas para a conduta militar, de não permitir que a violência de um ataque terrorista contra alvos norte-americanos determinasse uma interação de trocas de golpes, na base de “respostas à altura”. Young parece, então, estar de acordo com Clausewitz em que a guerra (ou a luta contra o terrorismo) não é e nem pode transformar-se num ato de paixão insensata, mas deve se subordinar à racionalidade política.

4.2. O acaso e a probabilidade

Para Clausewitz, o acaso, a incerteza e a probabilidade atuam dentro da guerra como a segunda força de sua Trindade. Dentro do espaço criado pelas incertezas da guerra é que se revela o caráter do líder militar e de seu exército; neste espaço é que a genialidade desfruta de sua capacidade criativa. Devemos ter em mente, como já argumentamos, que não existe um equilíbrio estático entre estas três tendências da guerra e qualquer tentativa de criar esquemas de quantificação *a priori*, está destinado a falsificar a sua realidade. No trecho já citado, Clausewitz nos diz como isto deve ser compreendido: “Estas três tendências são como três diferentes códigos de lei, profundamente enraizados em seus objetos e ainda assim variáveis em sua relação uma com a outra”.

Como, então, a incerteza que qualquer comandante militar sabe estar presente no mais modesto engajamento, se revela nas condições especiais que envolvem o terrorismo? A resposta, se seguirmos o raciocínio de Clausewitz, está no caráter variável com que cada uma destas tendências vai compor cada conflito concreto e que, no caso do terrorismo, faz com que o acaso, a incerteza e a probabilidade adquiram o aspecto de *tendência principal* da luta. Pois este é o aspecto dominante da questão e da qual tudo depen-

de. O atentado terrorista retira sua força não dos recursos que mobiliza, pois estes, até este momento da história dos atentados, são sempre modestos quando comparados aos recursos militares que um Estado pode mobilizar; a força de um ataque terrorista, medido pela destruição que pode causar, parece sempre se originar de sua característica de ser inesperado e incerto.

Ainda seguindo Clausewitz, podemos compreender que no caso de um conflito convencional, a incerteza é um dos principais componentes daquilo que ele designou como a “fricção” na guerra: “Tudo na guerra é muito simples, mas a coisa mais simples é difícil. As dificuldades se acumulam e terminam por produzir uma espécie de fricção que é inconcebível a menos que se tenha a experiência da guerra”; e ainda mais: “Esta fricção tremenda, a qual não pode, como na mecânica, ser reduzida a uns poucos pontos, está em toda a parte em contato com o acaso, e traz efeitos que não podem ser mensurados, justamente porque eles são grandemente devidos ao acaso”¹³.

Significativamente Clausewitz constrói sua analogia explicativa dos efeitos do acaso e da incerteza nos assuntos da guerra, tomando por base o fenômeno físico da fricção. Afinal, temos que manter em mente que toda a construção teórica de *Da Guerra* tem como pressuposto o deslocamento de tropas que buscam o contato e o combate; a unidade fundamental da guerra – o combate – ocorre em um espaço bidimensional e sua dinâmica é a do movimento de tropas, tal como se pode simular na superfície plana de um mapa de operações. Assim, ele completa: “A ação na guerra é como o movimento em um elemento resistente”¹⁴.

No caso do terrorismo, que não desloca tropas, a incerteza é o elemento onde toda a ação se desenrola e por isto adquire um caráter de principalidade; pois se o êxito da ação terrorista depende da incerteza quanto ao momento e local de sua ocorrência, também é

¹ ³ Clausewitz (1984:119).

¹ ⁴ Clausewitz (1984:120).

verdade que para o perpetrador que sabe que está sendo caçado, a incerteza sobre o quanto as forças policiais sabem a seu respeito constitui a maior pressão psicológica a ser enfrentada.

Mais importante, em todo o caso, é levarmos em conta que a ação terrorista necessita buscar os meios de potencializar a incerteza quanto à ocorrência do ataque e nisto não é muito diferente da necessidade, na tática militar convencional, de confundir ou contra-informar sobre os movimentos que sempre vão procurar, inicialmente, dispersar forças para em seguida concentrá-las contra o ponto mais vulnerável do inimigo. Na nossa época, mais do que nunca, a tecnologia da informação proporciona os meios, facilmente disponíveis, para este duplo movimento de dispersão-concentração do ataque e coloca sérios problemas a serem resolvidos no combate contra o terrorismo.

4.3. A subordinação à política

Durante o século XX ocorreu o dismantelamento dos impérios coloniais que haviam sido construídos pelos países europeus durante o século XIX. Este dismantelamento foi feito sempre através de guerras localizadas no interior destas colônias. A América Latina esteve fora deste ciclo de insurreições contra as metrópoles européias porque este capítulo já havia sido vivido, neste continente, durante o século XIX. Do ponto de vista da herança revolucionária jacobina, que formou ao menos em parte a consciência libertária dos insurretos latino-americanos, a palavra Terror não possuía uma conotação negativa, pois remetia apenas ao período de maior radicalização da Revolução Francesa, o que podia até mesmo ser visto com legítima simpatia anticolonialista e republicana. Porém, já no século XX, na Ásia, África e Oceania a libertação das colônias ocorreu através de revoluções e insurreições que se colocaram dentro dos esquemas de referência da Guerra Fria. Estas revoluções e insurreições na sua maioria foram duramente reprimidas pe-

las metrópoles. Muitas vezes a desigualdade de recursos militares, somada à disposição de desequilibrar psicologicamente as forças metropolitanas, fez com que as forças de libertação nacional usassem o recurso do atentado a bomba e o assassinato. Foram então designadas como “terroristas” entidades tão diferentes entre si quanto o Irgun, em Israel; a FLN, na Argélia; o Vietminh, na Indochina; e o MPLA em Angola, somente para ficar entre alguns daqueles movimentos que estão na origem de Estados que atualmente possuem reconhecimento internacional.

A respeito da tumultuada situação internacional nas duas décadas finais deste século, assim como sobre o uso da palavra “guerra”, que até 1945 teve um significado bem preciso, o historiador inglês Eric Hobsbawn escreveu:

“Nos anos seguintes a situação se complicou ainda mais devido à tendência de usar publicamente o termo “guerra” para se referir à disposição de forças organizadas contra várias atividades nacionais internacionais vistas como anti-sociais – a “guerra contra a máfia, por exemplo, ou a “guerra contra os cartéis da droga”. Não é apenas muito diferente a luta para controlar ou até mesmo eliminar tais organizações ou redes, incluindo grupos terroristas de pequena escala, das grandes operações de guerra: também se confundem as ações de dois tipos de força armada. Uma força – vamos chamá-la de “soldados” – é dirigida contra outras forças armadas com o objetivo de derrotá-las. A outra – vamos chamá-la de “polícia” deve manter ou restabelecer o grau de lei e ordem pública dentro de uma entidade política existente, tipicamente um Estado. A vitória, fato que não necessariamente possui uma conotação moral, é o objetivo de uma força; trazer à Justiça violadores da lei, fato que tem uma conotação moral, é o objetivo de outra”.¹⁵

O próprio Departamento de Estado dos Estados Unidos, em um documento chamado “Patterns of Global Terrorism – 2000”, reco-

¹ ⁵ Hobsbawn, Eric; 2002; “A epidemia da guerra”; In *Caderno Mais!*, *Folha de S.Paulo*, 14 de Abril de 2002.

nhece que nenhuma definição de terrorismo conquistou aceitação universal; no entanto para propósitos daquele relatório usa a definição oficial norte-americana (*United States Code – Title 22 – Section 2656f(d)*) :

“O termo “terrorismo” significa violência premeditada, motivada politicamente, perpetrada contra alvos não-combatentes, por grupos sub-nacionais ou agentes clandestinos, usualmente com a intenção de influenciar uma audiência.

O termo “terrorismo internacional” significa terrorismo envolvendo cidadãos ou o território de mais de um país.

O termo “grupo terrorista” significa qualquer grupo que pratique, ou que tenha subgrupos significativos que pratiquem, terrorismo internacional”¹⁶.

Parece então que a definição do terrorismo necessita partir do agente da ação terrorista e não do seu alvo, pois seria muito simples demonstrar que a violência perpetrada contra não-combatentes não é a sua característica distintiva. Ao longo do século XX, a ação militar foi se deslocando do campo de batalha onde procurava destruir a maior quantidade possível de combatentes inimigos e seu material bélico, para as cidades e sua população civil, que passaram a ser tomados como alvos legítimos para a formulação de estratégias por parte dos Estados. A situação criada com a Guerra Fria proporcionou a utilização, por estes mesmos Estados, de grupos dissidentes ou clandestinos, que eram financiados, equipados e instruídos para atuarem através de fronteiras, dentro do território da nação cujo governo fosse alvo de tentativas de desestabilização. Os exemplos e episódios a respeito são abundantes e os Estados que patrocinaram ações deste tipo ainda encontram grandes dificuldades em admiti-lo.

¹⁶ U.S. Department of State; 2001; “Patterns of Global Terrorism – 2000” , *Released by the Office of the Coordinator for Counterterrorism, April,*

Não se trata, em nossa opinião, de disputar a respeito de uma palavra para designar um mesmo objeto, mas sim de dois objetos distintos. Um objeto é a guerra, o fenômeno político que envolve ao menos dois oponentes com soberania reconhecida em uma disputa com uso da violência. Isto inclui o caso das guerras civis, onde entidades políticas lutam pela conquista da soberania sobre um Estado já existente. Outro objeto é a repressão violenta a um grupo criminoso, que pela magnitude das forças envolvidas pode, exteriormente, se assemelhar a um conflito entre governos. Mas, o enfoque institucional e político é diferente conforme estejamos tratando de “trazer à justiça” uma organização criminosa ou quando se trata do confronto entre entidades políticas com soberania sobre um povo e um território. Como se sabe, os acordos jurídicos internacionais existentes não constituem uma estrutura institucional que possa servir de apoio a uma “polícia planetária”, o que traz grandes dificuldades para a repressão ao terrorismo. De qualquer forma, mesmo que um consenso seja atingindo e a luta contra o terrorismo “global” seja considerada apenas uma operação policial em grande escala, isto não vai significar uma “despolitização” da ação policial. Sabemos, conforme a argumentação de Schumpeter que não existe o consenso sobre o que seja o Bem Comum ou a Vontade Geral, e muito menos obteremos consenso sobre que seja a Razão do Estado ou a Razão de Ser da política. As tentativas de se construir uma meta-política ou de se colocar para além da pluralidade de interesses, como se de fato existisse o Farol Óbvio do comportamento ético na luta pelo poder é que produz manifestações que seriam impensáveis no contexto anterior a 1990. Uma delas foi externada recentemente pelo Dr. John Chipman, diretor do *International Institute for Strategic Studies*, de Londres, que em seu pronunciamento por ocasião do lançamento do *Strategic Survey 2001-2002*, disse:

“Um segundo problema, já levantado através da década de 1990 com as crises do Iraque e dos Bálcãs, é a da efetiva prote-

ção dos povos dentro de estados governados por líderes os quais cometem atrocidades contra eles. Estados que abandonam sua *raison d'être* – proteção de seus cidadãos – no interesse da *raison d'état*, perdem a legitimidade que os isola da interferência externa. Está se tornando mais difícil para ditadores tornarem-se imunes à intervenção externa e até ao ataque proclamando que o território que controlam tem direitos maiores que os habitantes que suprimem”

Ainda que seja verdade que esta maneira de ver as coisas possa, eventualmente, impedir a atuação de novos Idi Amin, em nossa opinião ela também implica no rompimento do paradigma da soberania do Estado sobre sua população e território, que remonta em seus fundamentos ao Tratado de Vestfália de 1648. Se este paradigma for ultrapassado isto não vai significar, certamente, que o poder político deixará de existir em termos da sua aplicação sobre estes dois objetos. Qual nova configuração poderia substituí-lo nos parece tão controverso de se definir quanto a obtenção de consenso sobre o que é “a efetiva proteção dos povos”.

5. Conclusões

Nesta análise que terminamos de apresentar, dois eixos de reflexão se cruzam e produzem efeitos recíprocos. O primeiro trata da questão da guerra, suas sucessivas transformações ao longo da história e, particularmente, nesta passagem de milênio. Aqui teríamos tema suficiente para romper os limites deste trabalho. Podemos, no entanto apenas tocar em algumas destas transformações: os efeitos da chamada “globalização” sobre sociedades, os fluxos internacionalizados da economia mundial, o papel das organizações transnacionais, a questão das organizações que tentam desempenhar algum ordenamento supranacional; todos estes assuntos, para ficar apenas nestes pois a lista é demasiado longa, quando colocados na perspectiva da formação do pensamento estratégico têm

conduzido a diversas incertezas sobre a caracterização do que pode vir a ser a guerra “típica” do século XXI. Uma certa linha de raciocínio chega, rapidamente, a já ver o definhamento dos Estados nacionais e, portanto, a superação dos seus exércitos e da própria guerra. Se a configuração do poder sobre um território e sobre uma população será substituída por outra configuração parece ser uma questão aberta à especulação, tanto quanto a crença, de raiz um tanto quanto iluminista, de que as guerras interestatais entre potências importantes teriam sido ultrapassadas com o final da Guerra Fria. Como sabemos, Clausewitz tem sido desde a publicação de *Da Guerra*, em 1831, seguidamente declarado equivocado, obsoleto ou simplesmente irrelevante para o desenvolvimento do pensamento estratégico, por diversos estudiosos de renome, o que levou Christian Bassford a designar, com fina ironia “a tradição de jogar Clausewitz no lixo”. Neste cenário, considerá-lo superado pode ser tudo, menos uma novidade.

Da mesma forma, não chega a se constituir em novidade a criminalização de atos de violência política, como maneira do Estado desqualificar seus opositores. Já examinamos isto; e tão pouco um ato criminoso de violência perpetrado contra não combatentes pode ser santificado em nome da Causa, seja ela qual for, mesmo que seja uma Causa do Estado. A sabedoria do senso comum aconselha a não se colocar pessoas em situação de desespero e o 11 de Setembro foi um duro golpe sobre aqueles que, desde as décadas de crise de 1980 e 1990, se iludiam a respeito da gravidade dos fatos concernentes à crise que se abatia sobre o Terceiro Mundo. Foi analisando este cenário que Robert Kurtz escreveu em 1991, dez anos antes dos acontecimentos, com uma quase profética clarividência sobre os determinantes políticos da tragédia que se anunciava:

“Assim, o Islã constitui no fundo apenas um invólucro ideológico para tendências de desenvolvimento da barbárie secundária, nas quais as massas desraigadas e depauperadas estão lu-

tando cegamente e sem perspectiva alguma contra a lógica do mercado mundial, tentando escapar a esta. Mas esse fundamentalismo torna-se tanto mais perigoso e pseudo-estratégico quanto mais vai além das massas encorticiadas das revoltas de fome e toma conta daquelas camadas de classe média que pelas leis do dinheiro e por seus executores do FMI são expulsas de sua vida anterior e lançadas na miséria. Isto já nos mostrou o desenvolvimento no Irã, que dificilmente deve ter sido a última palavra da islamização antiocidental.

(...)

A ideologia secundária islâmica, apesar de ser apenas uma formação regressiva e reativa, incapaz de legitimar alguma socialização alternativa no nível do desenvolvimento moderno da força produtiva, pelo menos serve para expressar de alguma forma o sofrimento das massas desorientadas na modernização em colapso. É bem possível que do fundamentalismo possam nascer empreendimentos agressivos de comando e *kamikazes* ou até maiores golpes militares desesperados contra os centros do mercado mundial”¹⁷.

O panorama mundial, depois que já aconteceram os “golpes desesperados contra os centros do mercado mundial”, é um cenário de profunda crise da capacidade do capitalismo em produzir estabilidade político-econômica e crescimento, e que se materializa na impotência das políticas nacionais em colocar ordem em cada caos doméstico, seja no que diz respeito à gestão financeira do Estado, seja na solução que só pode ser social da questão da criminalidade. No entanto, quando as sociedades se vêm diante da tarefa de ter que enfrentar as expressões malignas deste caos – o terrorismo e a criminalidade – não existe, ainda, outro ator que possa ser o executor da violência legal, senão o Estado. Se esta profunda crise poderá terminar por produzir entidades, com reconhecimento universal, que exerçam “globalmente” o poder de polícia ao menos para en-

¹⁷ Kurtz (1991: 180-181).

frentar o terrorismo internacional e as redes criminosas mundiais, não sabemos. Pode ser. Neste Novo Mundo, que seria também um Novo Império, o conflito interestatal estaria terminado e, talvez, Clausewitz possa estar definitivamente obsoleto ao menos quanto a este aspecto.

O outro eixo de reflexão é mais centrado na dinâmica interna do conflito, e é representado, como vimos, pelas três forças que operam dentro da guerra e acreditamos termos discorrido o suficiente sobre o assunto para demonstrar que, onde existir um combate, não importa por qual razão seja travado, a violência, o acaso e seu caráter instrumental estarão atuando. Neste sentido, a atualidade de Clausewitz estará presente sempre que, diante de cada caso concreto, procurarmos compreender os “códigos de lei” que governam esta dinâmica e o complexo equilíbrio destas três forças sobre seus atores.

Bibliografia

- Clausewitz, Carl von; 1984; *On War*; Princeton, NJ; Princeton University Press.
- Creveld, Martin Van; 1991; *The transformation of war*; New York; Free Press.
- Hobsbawn, Eric; 2002; “A epidemia da guerra”, In: Caderno Mais! *Folha de S.Paulo*, 14 de Abril de 2002.
- Keegan, John; 2001; *Uma história da Guerra*; São Paulo, Cia. Das Letras.
- Kurtz, Robert; 1991; *O colapso da modernização*, São Paulo; Editora Paz e Terra.
- U.S. Marine Corps, *Warfighting*, PCN 142 000006 00, U.S. Government Printing Office, 1997.
- U.S. Department of State, *Patterns of Global Terrorism – 2000*, Released by the Office of the Coordinator for Counterterrorism, April, 2001.

- Villacres, Edward and Bassford, Christian; 1995; “Reclaiming the Clausewitzian Trinity”; In: *Parameters*; Autumn 1995.
- Young, Frank J.; 1997; “Clausewitz and counterterrorism: the relevance of his theory to policy options and force doctrine in dealing with terrorist acts” , In: *Core Course 5602 Essay*.

Violência e globalização

Renato Ortiz

Palavras-chave: globalização, Estado-nação, violência.

Resumo: Muito do que ocorreu a partir da destruição do World Trade Center pode ser considerado sob o ângulo da globalização. O novo na ordem que inaugurou o século XXI é que a violência se organiza em outro molde, distinto do monopólio que a confinava aos limites dos territórios nacionais. O evento do World Trade Center simbolizou também o declínio do império americano, num contexto em que os Estados Unidos se tornam uma ameaça mundial.

Abstract: Much of what took place after the destruction of the World Trade Center can be considered from the angle of globalization. The *new* in the *new order* that brought in the 21st century is that violence is being organized according to other molds, different from the monopoly that had confined it to the limits of the national territories. The attack on the World Trade Center also sym-

bolized the decline of the American empire in a context where the United States itself has become a worldwide threat.

A luta do Santo Guerreiro contra o Dragão da Maldade: considerações sobre o 11 de setembro

João Roberto Martins Filho

Palavras-chave: terrorismo, imperialismo, política externa-EUA.

Resumo: O artigo procura mostrar que os ataques de 11 de setembro ao Pentágono e às torres gêmeas de Nova Iorque – imprevistos e imprevisíveis na forma específica em que aconteceram – eram possíveis de antever diante dos indícios de que um grupo de fundamentalistas antes incentivados pelos Estados Unidos crescera a ponto de se tornar uma ameaça ao poderio americano e de que Osama bin Laden e a Al-Qaeda já eram suficientemente conhecidos dos serviços de inteligência norte-americanos. Nesse quadro, tenta-se focar os atentados como um exemplo do tipo de reação

tardia a políticas militaristas americanas que o historiador Chalmers Johnson chamou de *blowback*.

Abstract: This article argues that the attacks of September 11 on the Pentagon and the Twin Towers in New York - unforeseen and unpredictable in the specific form they took on - were in fact foreseeable. There were indications that a group of fundamentalists, formerly encouraged by the United States, had expanded to the point of becoming a threat to American power. In addition, Osama bin Laden and the Al-Qaeda were already quite familiar to the American intelligence services. These attacks are seen here as an example of the type of delayed reaction to militarist U.S. policies that the historian Chalmers Johnson referred to as *blowback*.

As faces e conseqüências do terror: de 11/09 à doutrina Bush

Cristina Soreanu Pecequilo

Palavras-chave: terrorismo, estratégia, segurança internacional, EUA, doutrinas de segurança, política externa.

Resumo: Fenômeno conhecido, o terrorismo sempre foi considerado uma ameaça à segurança e à estabilidade do sistema mundial e dos regimes internos. Apesar de alguns analistas sugerirem que seu ciclo de consolidação e expansão esgotara-se com o final da Guerra Fria e o nascimento de uma suposta nova ordem mundial, 11/09 demonstrou sua vitalidade e diversidade, trazendo novas fontes de preocupação globais. Mais ainda, nos EUA, acelerou um processo prévio de revisão de doutrinas estratégicas.

Abstract: A well-known phenomenon, terrorism has always been considered a threat to the safety and stability of the world system and internal regimes. Although some analysts suggested that its cycle of consolidation and expansion came to an end after the Cold War and the so-called birth of a new world order, 09/11 showed its strength and diversity bringing into fore new sources of global problems. In addition, in the US, it accelerated a previous process of rethinking strategic doctrines.

A Doutrina Bush e o terrorismo

Eliézer Rizzo de Oliveira

Palavras-chave: doutrina Bush, estratégia de defesa dos Estados Unidos, terrorismo.

Resumo: A Estratégia de Defesa dos Estados Unidos, nos últimos anos, colocou o terrorismo num lugar especial: findada a Guerra Fria, da qual aquele país saiu como única super-potência dotada da maior concentração de fatores de poder, somente estruturas terroristas internacionais são capazes de oferecer riscos graves aos interesses americanos. Pois nenhum país ou aliança de países representa risco considerável em razão da assimetria de preparo militar e desenvolvimento tecnológico dos Estados Unidos com relação ao mundo. Os atentados de 11 de setembro de 2001 condicionaram não uma mudança de rumo, mas de ênfase na Estratégia de Defesa. Daí o exame da sua versão mais atual, conhecida como Doutrina Bush, adotada um ano depois.

Abstract: In recent years The United States Defense Strategy has given a special place to ter-

rorism. With the Cold War over, from which the USA emerged as the only super power, equipped with the greatest concentration of factors of power, only international terrorist structures are capable of representing serious risks to American interests. Indeed, no country or alliance of countries represents a significant risk, due to the asymmetry of American military preparation and technological development in comparison with the rest of the world. The offensives of 11 September, 2001 conditioned not a change in direction, but in emphasis on Defense Strategy. Its most up-to-date version, known as the Bush Doctrine, adopted a year later, is examined in this article.

O grande império delinqüente e a caça ao terrorista

João Quartim de Moraes

Palavras-chave: terrorismo, imperialismo, terrorismo de Estado.

Resumo: Os dispositivos jurídicos internacionais contra o terrorismo pretendem puni-lo sem defini-lo. Este insólito paradoxo não decorre de enigmas ou apo-

rias conceituais. Até os manuais do Pentágono são capazes de definir o termo: utilização calculada, para fins políticos ou religiosos, da violência, da coerção ou do medo. Esta definição, porém, tem o inconveniente, apontado por Chomski, de se aplicar muito exatamente à chamada guerra de baixa intensidade, inventada e praticada em larga e mortífera escala pelos Estados Unidos. Tanto assim que, em dezembro de 1987, quando a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução contra o terrorismo, só dois países votaram contra, os Estados Unidos e Israel. É que, então aliados da África do Sul racista, incomodava-os o parágrafo da resolução que reconhecia o direito dos povos de lutarem contra um regime colonialista ou contra uma ocupação militar. Excluir da definição o *terrorismo de Estado*, bem como aqueles que Reagan e assecclas chamavam *guerrilheiros da liberdade*, portanto *bons terroristas*, para criminalizar exclusivamente os *maus terroristas*, hostis aos interesses estadunidenses e de seus sócios, tal é o problema jurídico-politológico com que se defronta a cruzada imperia-

lista de caça ao (mau) **terrorista**.

Abstract: International provisions against terrorism propose to punish it without defining it, and this peculiar paradox is not the result of conceptual enigmas or aporias. Even the manuals of the Pentagon have their clear definition of terrorism, as the calculated use of violence, coercion or fear for political or religious purposes. As Chomski has pointed out, however, this definition has the drawback of very precisely applying the so-called low-intensity war, invented and practiced on a broad and deadly scale by the United States. So much so that, in December, 1987, when the UN General Assembly approved a resolution against terrorism, only two countries voted against it, the United States and Israel. These two countries, then allies of racist South Africa, were uncomfortable with a paragraph in the resolution that recognized the right of peoples to struggle against a colonialist regime or against military occupation. The imperialist crusade of hunting down the (bad) terrorists faces the problem of excluding from

the definition not only *state terrorism*, but those whom Reagan and his partisans called *freedom fighters*, therefore *good* terrorists, as well, thus penalizing only *bad* terrorists, hostile to the interests of the United States and its partners.

A necessidade política e a conveniência estratégica de definir “Terrorismo”

Héctor Luis Saint-Pierre

Palavras-chave: terrorismo, terrorismo internacional, segurança internacional.

Resumo: Neste artigo questionamos o emprego de um conceito extensional de terrorismo que, aplicado arbitrariamente, submerge o mundo numa guerra contra ninguém, destruindo países indefensos, milenares culturas e permitindo à hiperpotência ocupar centros de gravidade estratégica pelo mundo. Alertamos sobre os riscos democráticos de militarizar o combate a um terrorismo vago e indefinido ante a possibilidade de retrocesso do controle civil sobre as forças armadas, pela autonomia que estas adquiririam com o argumento de “combate eficiente”

ao terrorismo. Finalmente, focalizamos o contexto latino-americano e brasileiro, discutimos os efeitos da estratégia internacional contra o terrorismo nas relações políticas do país com os seus vizinhos e entre civis e militares no Brasil.

Abstract: In this article we question the use of an extensional concept of terrorism that, applied arbitrarily, plunges the world into a war against no one, shattering defenseless countries and age-old cultures, and allowing the hyperpower to occupy strategic centers of gravity around the world. We warn of the risks to democracy created by the militarization of the fight against a vague and undefined terrorism in view of the possibility of reversal of civil control over the armed forces. These latter would acquire, greater autonomy based on the argument of "efficient combat" against terrorism. Finally, we look at the Latin-American and Brazilian contexts, discussing the effects of the international strategy against terrorism in the political relationships of Brazil with its neighbors, and between civil and military sectors in Brazil.

A Trindade de Clausewitz e sua aplicação à análise do terrorismo

Carlos Eduardo M. Viegas da Silva

Palavras-chave: Clausewitz, trindade, terrorismo, guerra.

Resumo: Neste trabalho é examinada a aplicação de conceitos retirados de Carl von Clausewitz na análise da guerra e do terrorismo. Procura-se fazer um paralelo entre o conceito clausewitiziano clássico da guerra como a continuação da disputa política entre Estados por outros meios e o fenômeno do terrorismo moderno. Discute-se a caracterização da guerra a partir do engajamento de tropas em combate e como isto se aplica ao terrorismo. A Trindade de Clausewitz – a violência, o acaso e a subordinação à política – as forças que segundo este autor, atuam dentro da guerra convencional e que a compõem é examinada dentro do contexto do combate ao terrorismo. Procura-se demonstrar, utilizando este método de análise, que o terrorismo assim como a guerra convencional, está subordinado ao contexto político em que ocorre e que na luta anti-terro-

rista, o acaso e a incerteza adquirem um caráter de principalidade.

Abstract: Some Carl von Clausewitz concepts are studied in terms of its adequacy to the analysis of war and terrorism. The classical clausewitizian concept of war as a consequence of the political dispute between States by other means is compared to the modern terrorist phenomena. The definition of war as the troops engagement is commented and how to apply this definition to the fight against terrorism. The Clausewitz Trinity – violence, chance and political instrument – the forces that act inside the conventional war are examined within the counter-terrorism context. The paper intent is to explain how the fight against terrorism, as well as the conventional war, is subordinated to the political context where it takes place; and in the counter-terrorism warfare the chance has the principal role.